



Fase III – Versão Final do Estudo

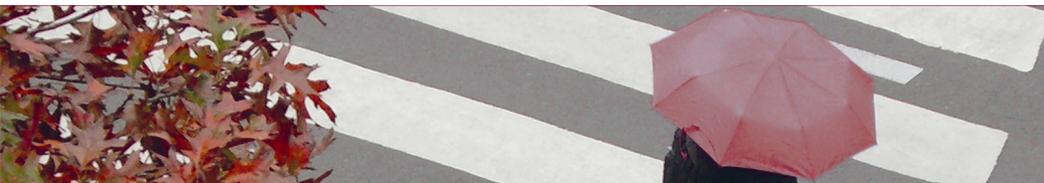
Plano Local de Promoção da Acessibilidade do Município de Vila Franca de Xira

Cap. I – Introdução

Cap. II – Levantamento e Diagnóstico

Caixa 1

Setembro 2010



Fase III – Versão Final do Estudo

Plano Local de Promoção da Acessibilidade do Município de Vila Franca de Xira

Cap. III – Propostas de Intervenção

Caixa 2

Setembro 2010



Fase III – Versão Final do Estudo

Plano Local de Promoção da Acessibilidade do Município de Vila Franca de Xira

Cap. IV – Sistemas de Informação Geográfica

Peças Desenhadas

Caixa 3

Setembro 2010

Índice Geral

Equipa Técnica

Preâmbulo

Capítulo I – Introdução

1. Enquadramento Conceptual em Matéria de Acessibilidade e Mobilidade Para Todos	3
A. Os Novos Paradigmas da Mobilidade Urbana nas Cidades Contemporâneas	4
B. Desenhar Cidades Para Todos, uma obrigação	7
C. A Mobilidade e Acessibilidade Para Todos, um desafio	10
D. O Papel das Autarquias e da Sociedade Civil	12

2. Âmbito do Projecto	19
2.1. Objectivo do Projecto	20
2.2. Vila Franca de Xira e as Boas Práticas	22
2.3. Metodologia	23

3. Legislação	24
----------------------	-----------

Capítulo II – Levantamento e Diagnóstico

1. Introdução ao Tema	1
2. Espaço Público	9
2.1. Área de Intervenção	10
2.2. Diagnóstico das barreiras à acessibilidade e mobilidade para Todos	11
2.2.1. Diagnóstico por Tipologia de Barreira	11
2.2.2. Quadros Resumo das Barreiras	20
2.2.3. Análise dos Percursos Acessíveis	22

2.3. Outras orientações – aumento do nível de qualidade da acessibilidade	24
2.3.1. Localização de Mobiliário Urbano	24
2.3.2. Design Inclusivo	26
3. Edificado	27
3.1. Introdução	28
3.2. Metodologia de Abordagem	29
3.3. Análise das Condições do Edificado	30
3.3.1. Atendimento SMAS Vila Franca de Xira	31
3.3.2. Biblioteca Municipal de Franca de Xira	34
3.3.3. Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira	37
3.3.4. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (Paços do Concelho)	40
3.3.5. Casa da Juventude de Vila Franca de Xira	43
3.3.6. Casa Museu Mário Coelho	46
3.3.7. Centro de Emprego de Vila Franca de Xira	48
3.3.8. Centro de Saúde de Vila Franca de Xira	51
3.3.9. DPGQU Norte – Departamento de Planeamento Gestão e Qualificação Urbana do Norte	54
3.3.10. DPGQU Sul – Departamento de Planeamento Gestão e Qualificação Urbana do Sul	57
3.3.11. Edifício DHSAS Departamento de Habitação, Saúde e Acção Social de Vila Franca de Xira	60
3.3.12. Edifício Dr. Manuel Arriaga	63
3.3.13. Estação de Comboios de Vila Franca de Xira	66
3.3.14. Finanças de Vila Franca de Xira	69

3.3.15 Hospital de Vila Franca de Xira	72	6. Infoacessibilidade	149
3.3.16 Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira	75	6.1. Introdução	150
3.3.17 Núcleo Museológico de Arte Sacra da Igreja do Mártir Stº Sº Sebastião de Vila Franca de Xira	78	6.2. Metodologia da Avaliação	151
3.3.18 Museu do Neo Realismo de Vila Franca de Xira	81	6.3. Espaço Internet Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	152
3.3.19 Museu Municipal de Vila Franca de Xira	84	6.3.1. Importância Relativa	152
3.3.20 Pátio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	87	6.3.2. Acessibilidade Digital	152
3.3.21 Comando da PSP de Vila Franca de Xira	90	6.3.3. Capacitação dos monitores	153
3.3.22 Quinta da Mina de Vila Franca de Xira	93	6.3.4. Necessidade de apoio externo	153
3.3.23 Segurança Social de Vila Franca de Xira	96	6.3.5. Avaliação Global	153
3.3.24 Tribunal 1º Juízo Civil de Vila Franca de Xira	99	6.4. Biblioteca Municipal, Pólo de Alverca do Ribatejo	153
3.3.25 Tribunal de Família, Menores e Comarca de Vila Franca de Xira	102	6.4.1. Importância Relativa	154
3.3.26 Tribunal do Trabalho de Vila Franca de Xira	105	6.4.2. Acessibilidade Digital	154
3.3.27 Varandas da Lezírias	108	6.4.3. Capacitação dos monitores	154
4. Transportes	111	6.4.4. Necessidade de apoio externo	155
4.1. Introdução	112	6.4.5. Avaliação Global	155
4.2. Metodologia	113	6.5. Biblioteca Municipal, Pólo de Fonte da Casa	155
4.3. Diagnóstico da Acessibilidade	115	6.5.1. Importância Relativa	156
4.3.1. Veículos	116	6.5.2. Acessibilidade Digital	156
4.3.2. Infra-estruturas de apoio	118	6.5.3. Capacitação dos monitores	156
4.3.3. Transportes Colectivos nas Áreas Específicas	120	6.5.4. Necessidade de apoio externo	156
4.5. Fichas de sistematização de tipologias de problemas	128	6.5.5. Avaliação Global	156
5. Comunicação	129	6.6. Biblioteca Municipal, Pólo da Quinta da Piedade	157
5.1. Introdução	131	6.6.1. Importância Relativa	157
5.2. Critérios da análise	132	6.6.2. Acessibilidade Digital	157
5.3. Análise – PARTE A	134	6.6.3. Capacitação dos monitores	158
5.4. Análise – PARTE B	137	6.6.4. Necessidade de apoio externo	158
5.4.1. Itens da “lista de verificação” e Metodologia de Análise	137	6.6.5. Avaliação Global	158
5.4.2. Tabelas da análise	138	6.7. Espaço Internet de Vila Franca de Xira	158
5.4.3. Resumo da Análise	147	6.7.1. Importância Relativa	159
5.5. Remate	147	6.7.2. Acessibilidade Digital	159
5.6 Referências	148	6.7.3. Capacitação dos monitores	159
		6.7.4. Necessidade de apoio externo	159
		6.7.5. Avaliação Global	159
		6.8. www.pontedabarca.com.pt	160
		6.8.1. Avaliação Global após verificação com a Ferramenta Automática HERA	161

6.8.2. Avaliação Global após verificação manual	169
6.8.3. Conclusões	169

2.4.2.3. Rebaixamentos tipo 03	50
2.4.2.4. Rebaixamentos tipo 04	51
2.4.3. Perfis Tipo de Rua	52
2.4.3.1. Ruas com perfil médio inferior a 5,15m	53
2.4.3.2. Ruas com perfil médio entre a 5,15m e 5,40m	54
2.4.3.3. Ruas com perfil médio entre 5,40m e 8,40m	55
2.4.3.4. Ruas com perfil médio entre 8,40m e 9,60m	56
2.4.3.5. Ruas com perfil médio superior a 9,60m	57
2.4.3.6. Cruzamentos e entroncamentos	61
2.4.3.7. Conclusões	62
2.5. Soluções específicas de acessibilidade da área-plano	63
2.5.1. Ruas Estratégicas em Estudo	64
2.6. Boas práticas de acessibilidade em Vila Franca de Xira	84

Capítulo III – Propostas de Intervenção

1. Introdução	1
2. Espaço Público	4
2.1. Introdução	5
2.2. Estratégia	8
2.3. Metodologia de abordagem	9
2.4. Propostas de correcção às Condições de Acessibilidade em Espaço Público	14
2.4.1. Soluções gerais por tipologia associadas à Rede de Percursos Acessíveis	14
2.4.1.1. Papeleiras	19
2.4.1.2. Pilaretes / Mecos / Floreiras	20
2.4.1.3. Árvores e Caldeiras de árvores	21
2.4.1.4. Degraus, Escadas e Rampas	23
2.4.1.5. Candeeiros, Semáforos, Sinais de Trânsito	29
2.4.1.6. Placas Toponímicas, poste com floreira e poste com bandeira	30
2.4.1.7. Obstáculos comerciais	31
2.4.1.8. MUPIs	32
2.4.1.9. Esplanadas	33
2.4.1.10. Gradeamentos, vedações e tapumes	34
2.4.1.11. Marcos do correio e Parcómetros	35
2.4.1.12. Bocas-de-incêndio e armários de infra-estruturas	36
2.4.1.13. Abrigos, quiosques, telefones e WCs no espaço público	37
2.4.1.14. Contentores	39
2.4.1.15. Cicloparques	40
2.4.1.16. Iluminação de festas e romarias e painéis de divulgação de eventos	41
2.4.1.17. Bancos	42
2.4.1.18. Estacionamento para pessoas mobilidade condicionada	43
2.4.2. Soluções específicas Passagens de Peões	45
2.4.2.1. Rebaixamentos tipo 01	48
2.4.2.2. Rebaixamentos tipo 02	49

3. Edificado	85
3.1. Metodologia de Abordagem	86
3.2. Propostas de sistematização e correcção do edificado	87
3.2.1. Acesso ao edifício	88
3.2.1.1. Soleiras / Degraus	88
3.2.1.2. Portas	89
3.2.1.3. Escadas	91
3.2.1.4. Rampas	93
3.2.1.5. Estacionamento	95
3.2.2. Distribuição do edifício	96
3.2.2.1. Soleiras / Degraus	96
3.2.2.2. Portas	96
3.2.2.3. Acessos Horizontais	97
3.2.2.4. Acessos Verticais – Escadas	103
3.2.2.5. Acessos Verticais – Rampas	103
3.2.2.6. Acessos Verticais – Ascensores	104
3.2.2.7. Acessos Verticais – Plataformas elevatórias	105
3.2.3. Funcionalidade do Edifício	106
3.2.3.1. Áreas de atendimento	106
3.2.3.2. Instalações Sanitárias	107

3.2.3.3. Equipamentos com usos específicos	114	3.3.27. Varandas da Lezírias	197
3.2.3.4. Sinalética	116		
3.2.4. Espaço Exterior Privado	117		
3.3. Fichas de sistematização e correcção do edificado	118	4. Transportes	200
3.3.1. Atendimento SMAS, Vila Franca de Xira	119	4.1. Introdução	201
3.3.2. Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira	122	4.2. Metodologia	203
3.3.3. Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira	125	4.3. Caracterização Geral das Tipologias de Intervenção	208
3.3.4. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (Paços do Concelho)	128	4.3.1. Frota dos Operadores de Transportes Colectivos Rodoviários	214
3.3.5. Casa da Juventude de Vila Franca de Xira	131	4.4. Serviços de Táxi	217
3.3.6. Casa Museu Mário Coelho	134	4.5. Paragens de Transporte Colectivo Rodoviário	219
3.3.7. Centro de Emprego de Vila Franca de Xira	136	4.6. Conclusões	227
3.3.8. Centro de Saúde de Vila Franca de Xira	139		
3.3.9. DPGQU Norte – Departamento de Planeamento Gestão e Qualificação Urbana do Norte	142	5. Comunicação	228
3.3.10. DPGQU Sul – Departamento de Planeamento Gestão e Qualificação Urbana Sul	145	5.1. Introdução	229
3.3.11. Edifício DHSAS – Departamento de Habitando, Saúde e Acção Social de Vila Franca de Xira	148	5.2. Metodologia de intervenção	230
3.3.12. Edifício Dr. Manuel Arriaga	151	5.3. Sugestões relacionadas com a imagem e logótipo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	232
3.3.13. Estação de Comboios de Vila Franca de Xira	154	5.4. Algumas regras práticas	234
3.3.14. Finanças Vila Franca de Xira	157	5.5. Sugestões de Intervenção	237
3.3.15. Hospital Vila Franca de Xira	160		
3.3.16. Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira	163	6. Info-acessibilidade	248
3.3.17. Núcleo Museológico de Arte Sacra da Igreja do Mártir Santo São Sebastião - Vila Franca de Xira	166	6.1. Web	249
3.3.18. Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira	169	6.2. Espaços Públicos de Acesso à Internet	252
3.3.19. Museu Municipal de Vila Franca de Xira	172	6.2.1. Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira	252
3.3.20. Pateo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	175	6.2.2. Biblioteca Municipal, Pólo de Alverca do Ribatejo	254
3.3.21. Comando PSP Vila Franca de Xira	179	6.2.3. Biblioteca Municipal, Pólo de Forte da Casa	256
3.3.22. Quinta da Mina	182	6.2.4. Biblioteca Municipal, Pólo da Quinta da Piedade	257
3.3.23. Segurança Social de Vila Franca de Xira	185	6.2.5. Espaço Internet de Vila Franca de Xira	259
3.3.24. Tribunal 1º Juízo Cível de Vila Franca de Xira – edifício em obras	188	6.3. Centros de recursos recomendados para apoio	260
3.3.25. Tribunal de Família, Menores e Comarca de Vila Franca de Xira	191	6.4. Empresas fornecedoras de produtos de apoio (Ajudas Técnicas)	260
3.3.26. Tribunal do Trabalho	194		

7. Programa de Acção	261
7.1. Introdução	262
7.2. Estrutura de implementação do Programa de Acção	265
7.2.1. Organização do Programa de Acção	265
7.2.2. Estrutura do Programa de Acção	267
7.2.3. Implementação do Programa de Acção	268
7.3. Orientação estratégica para os sectores específicos da acessibilidade	269
7.3.1. Espaço Público	270
7.3.2. Edificado	271
7.3.3. Transportes	272
7.3.4. Comunicação	273
7.3.5. Infoacessibilidade	274
7.4. Fichas de Intervenção para sectores específicos de Acessibilidade	275
7.4.1. Espaço Publico	275
7.4.1.1. Desenho Urbano	277
7.4.1.2. Obras de adaptação pontual	281
7.4.1.3. Remoção de Obstáculos / relocalização de elementos urbanos	294
7.4.1.4. Intervenções Mistas	307
7.4.2. Edificado	312
7.4.3. Transportes Colectivos	324
7.4.4. Comunicação em Documentos Impressos	330
7.4.5. Infoacessibilidade	336
7.5. Monitorização do Programa de Acção	342

Capítulo IV – Sistemas de Informação Geográfica

1. Procedimentos de Análise	2
Identificação das soluções a adoptar no território analisado – georreferenciação das intervenções	4
Tecnologia SIG	4
2. Estimativas orçamentais para a remoção de barreiras	7

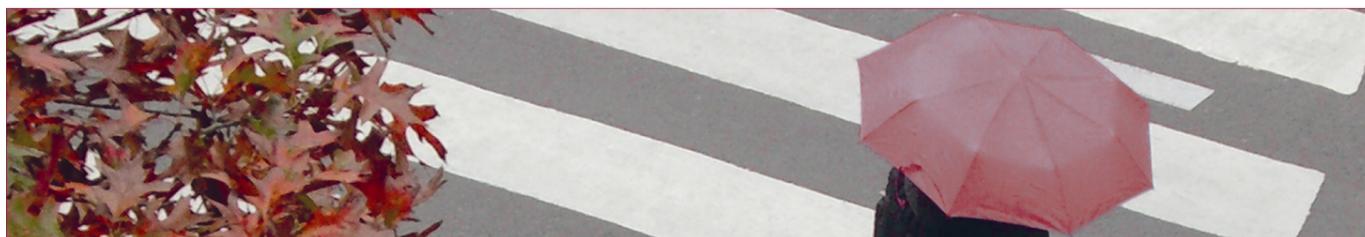
PEÇAS DESENHADAS

Peças Desenhadas – Cap II

1. Planta de Condições da Acessibilidade de Espaço Público (01A – 01D)
2. Planta de Condições da Acessibilidade de Transportes (01A – 01D)

Peças Desenhadas – Cap III

2. Planta Tipologias de Intervenção para o Espaço Público (EP01 – EP02)
3. Propostas de Intervenção para os Transportes (TP01 – TP02)
4. Planta Síntese (EP01 – EP02)



Fase III – Versão Final do Estudo Plano Local de Promoção da Acessibilidade do Município de Vila Franca de Xira

Capítulo I – Introdução

1. Enquadramento Conceptual
2. Âmbito do Projecto
3. Legislação



Índice

Capítulo I – Introdução

1. Enquadramento Conceptual em Matéria de Acessibilidade e Mobilidade Para Todo	3
A. Os Novos Paradigmas da Mobilidade Urbana nas Cidades Contemporânea	4
B. Desenhar Cidades Para Todos, uma obrigação	7
C. A Mobilidade e Acessibilidade Para Todos, um desafio	10
D. O Papel das Autarquias e da Sociedade Civil	12
2. Âmbito do Projecto	19
2.1. Objectivo do Projecto	20
2.2. Vila Franca de Xira e as Boas Práticas	22
2.3. Metodologia	23
3. Legislação	24



CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira avança, pela primeira vez, com a elaboração do Plano Local de Promoção da Acessibilidade, com uma nova estratégia em torno do planeamento urbano, juntando a esse processo a visão da acessibilidade nos núcleos urbanos do município.

As áreas consideradas prioritárias terão agora um caminho distinto a percorrer no âmbito do desenvolvimento sustentável, na procura da melhoria da qualidade dos espaços e serviços municipais, diligenciando, nesse sentido, as medidas necessárias para a consecução de uma sociedade mais livre, democrática e inclusiva.

Seguindo estes pressupostos, facilmente o município poderá promover a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos que aí vivem e trabalham.

O presente relatório constitui a compilação e o resultado dos estudos e propostas desenvolvidos no âmbito do Plano Local de Promoção da Acessibilidade, culminando na obtenção de um documento cujo intuito final está ligado à operacionalização do plano, abrangendo, de igual modo, as cinco áreas transversais de Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Info-acessibilidade.

O Capítulo I estrutura-se em três subcapítulos:

- **1. Enquadramento Conceptual;**
- **2. Âmbito do Projecto;**
- **3. Legislação.**

«A cidade é a rua, o lugar (...). A cidade do desejo não é a cidade ideal, utópica e especulativa,

mas a cidade que se quer e reclama, repleta de conhecimento quotidiano e de mistério,

de segurança e de encontro, de liberdades prováveis e transgressões possíveis, com direito à mobilidade.»

Borja, Jordi (2002)

«A nossa cidade só fará sentido quando todos a percorrermos livremente, cada um com as suas diferenças de capacidade de mobilidade.»

Teles, Paula (2006), Os Territórios (sociais) da Mobilidade.



ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

1

A. OS NOVOS PARADIGMAS DA MOBILIDADE URBANA NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

A HISTÓRIA DA MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana cresceu de forma exponencial e alterou-se muito significativamente nas últimas décadas, especialmente nas cidades. Fruto da dispersão urbanística residencial e da desnuclearização das actividades, das novas formas de organização profissional, dos novos modos e estilos de vida que a sociedade contemporânea despoletou, a mobilidade urbana, em particular a dos espaços metropolitanos, é hoje uma realidade muito diversificada e heterogénea, marcada por uma maior complexidade das cadeias de deslocação diária. Estas alterações desencadearam um alongamento das distâncias a percorrer e, portanto, de maior duração, tornando-se um convite à utilização desmedida do automóvel.

Como consequência, nos locais mais urbanos, a rede viária encontra-se congestionada e, conseqüentemente, com menos qualidade de vida. Por outro, a agressividade urbana que se tem vivido nos últimos tempos, despoletou a desorganização do espaço público com consequências imediatas no aumento das barreiras urbanísticas, impedindo o acesso à cidade de algumas pessoas, em particular, das portadoras de mobilidade reduzida. Estes novos paradigmas, resultantes das sociedades contemporâneas em emergência, colocam-nos novos desafios, quer do ponto de vista social, quer do planeamento urbanístico dos transportes e da comunicação, na construção de uma cidade segura e Acessível a Todos.

OS NOVOS DESAFIOS DA MOBILIDADE

Mas falar de mobilidade é também compreender as novas realidade sociais. Não é possível falar de mobilidade sem perceber as suas relações como o território e com as estruturas sociais.

De acordo com *Os Territórios (Sociais) da Mobilidade* (Teles, Paula 2005) as actuais reflexões conduzem ao conhecimento e valorização de novos padrões de mobilidade, que não podem ser ignorados aquando dos projectos de planeamento urbanístico e da mobilidade, uma vez que, essa ignorância pode causar *territórios excluídos*. O envelhecimento da sociedade, o surgimento intensivo da mulher no mundo profissional e as novas exigências das pessoas de mobilidade reduzida são exemplos desses novos paradigmas. Estas perspectivas de exclusão de mobilidade são contudo, enormes desafios ao futuro planeamento das cidades, face à sua tendência crescente e face aos novos desafios de uma sociedade democrática e livre.

Simultaneamente, ser móvel é percorrer a nossa espantosa condição urbana, que é condição humana, porque o território, muito para além da sua vertente física, é uma imensa construção social. A cidade é, por excelência, o lugar onde o homem pode encontrar a sua maior e mais expressiva dimensão.

De acordo com Ribeiro da Silva (2005), a cidade é o lugar de exponenciais fontes de informação, múltiplas formas de comunicação, absoluta mobilidade, diversidade de culturas e formações, oportunidade de ofertas, infinitas possibilidades de relações sociais. Lugar de encontros, culturas, religiões, mas também memórias, ideias, atitudes, aprendizagens. Em suma, a polis é o lugar da própria democracia.

Todas estas novas reflexões sobre as cidades e as pessoas que elas contêm, remetem-nos para novos pensamentos e orientações que têm, obrigatoriamente, de ser materializados no planeamento da cidade. E a cidade, que cresce todos os dias, tem que ser trabalhada a diversas velocidades: se por um lado, tem de se adaptar a estes novos conceitos e estilos de vida, cada vez mais flexíveis e democráticos, através de medidas meramente curativas (como a eliminação de uma simples barreira para permitir um sistema de continuidade), por outro, tem de agilizar os mecanismos de índole preventiva, planeando e organizando a cidade, de forma a que, a nova cidade que se constrói todos os dias, seja para Todos.

AS (I)MOBILIDADES QUE SEGREGAM

Assim, a cidade não pode ter limites de mobilidade. Porém, a realidade tem mostrado que, muitas vezes, a cidade em vez de unir, separa as pessoas e em vez de incluir, exclui, justamente, porque na generalidade, sem qualquer preocupação e cumprimento das leis em vigor, realizam-se passeios estreitos, interrompem-se os sistemas de continuidade pedonal, não se colocam passeadeiras, não se fazem rebaixamentos de acesso aos passeios. Coloca-se a sinalética informativa, publicitária e de trânsito em qualquer sítio, localizam-se as árvores nos passeios em vez de se colocarem nos canteiros, os eco-pontos nos passeios e não se adaptam os transportes e os acessos. Todas estas barreiras simples, nada complexas, tornam o dia-a-dia de muitos, quase impossível de ultrapassar.

Mas as barreiras não se limitam ao espaço público ou ao edificado. Os transportes são também essenciais em grande parte das deslocações, em particular na ligação entre pontos não suportados pela mobilidade pedonal. Por outras palavras, estes constituem-se decisivos na ligação das redes dos percursos que o cidadão deseja efectuar.

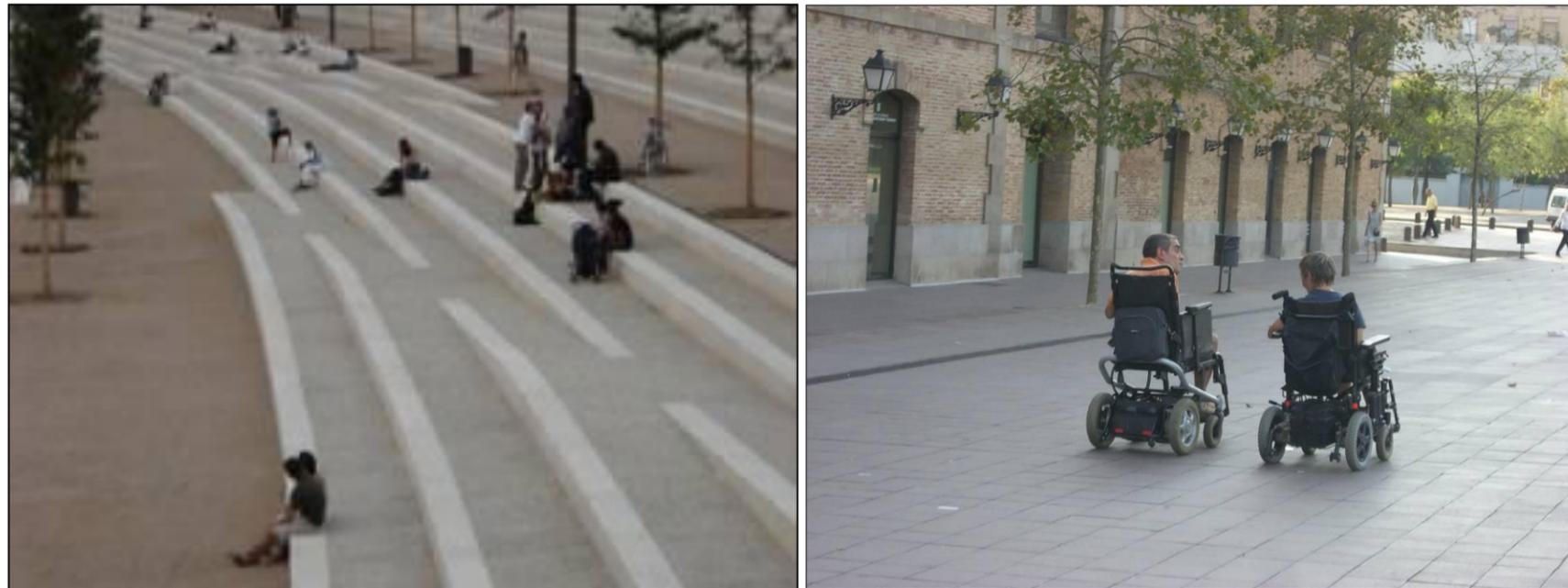


Figura 1.1 - Cidades sem barreiras, cidades para Todos.

Mas as cidades, na sua grande maioria, não correspondem às reais necessidades da sua população. O espaço público, o edificado e os transportes têm sido projectados para o **homem médio**, de idade madura, com força e gozando de plena saúde, como tão bem evidenciam as teorias de *Da Vinci*. Porém, são poucas as cidades que têm ajudas técnicas capazes para as necessidades especiais das pessoas com deficiência ou incapacidade ou mesmo para os mais idosos, de forma a possibilitar de forma autónoma e segura a deslocação entre lugares, a utilização dos equipamentos e dos transportes. Por vezes, têm um ou outro equipamento ou pormenor técnico mas que, no conjunto, não permitem o mínimo de deslocações básicas, necessárias à vivência urbana. Ou seja, é necessário planear com mais profissionalismo e desenvolver com mais rigor os projectos, com vista à definição de uma deslocação completa, autónoma e sem interrupções.



Figura 1.2 - Novos desafios à mobilidade.

O DESAFIO DA ACESSIBILIDADE COMO FACTOR INCLUSÃO

Cabe assim salientar que a melhoria da qualidade de vida das pessoas com mobilidade reduzida, constitui uma obrigação cívica de todos os cidadãos, na melhoria das suas responsabilidades. Se considerarmos que as dificuldades de mobilidade afectam um conjunto vasto de pessoas (60% nos países da OCDE), que as torna impedidas de participar na vida económica, social e cultural, devido à existência de barreiras, torna-se imperioso adoptar soluções técnicas que garantam o acesso aos edifícios, bem como a utilização de todos os espaços públicos e transportes. De resto, prevê-se que na Europa, no ano de 2050, 22% da população tenha menos de vinte anos e cerca de 40% tenha mais de 65 anos.

As *(i)mobilidades que desenham as cidades*, são pois uma problemática do desenvolvimento sustentado das cidades. Por isso, torna-se urgente e obrigatório que sejam um factor a ter em conta no planeamento, desenvolvimento e gestão corrente da mobilidade nas diferentes escalas nacional, regional e local assim como sentida e fiscalizada pelos diferentes agentes que participam na sociedade, sob pena de que, para alguns, apenas serão cidades de desejo.

B. DESENHAR CIDADES PARA TODOS

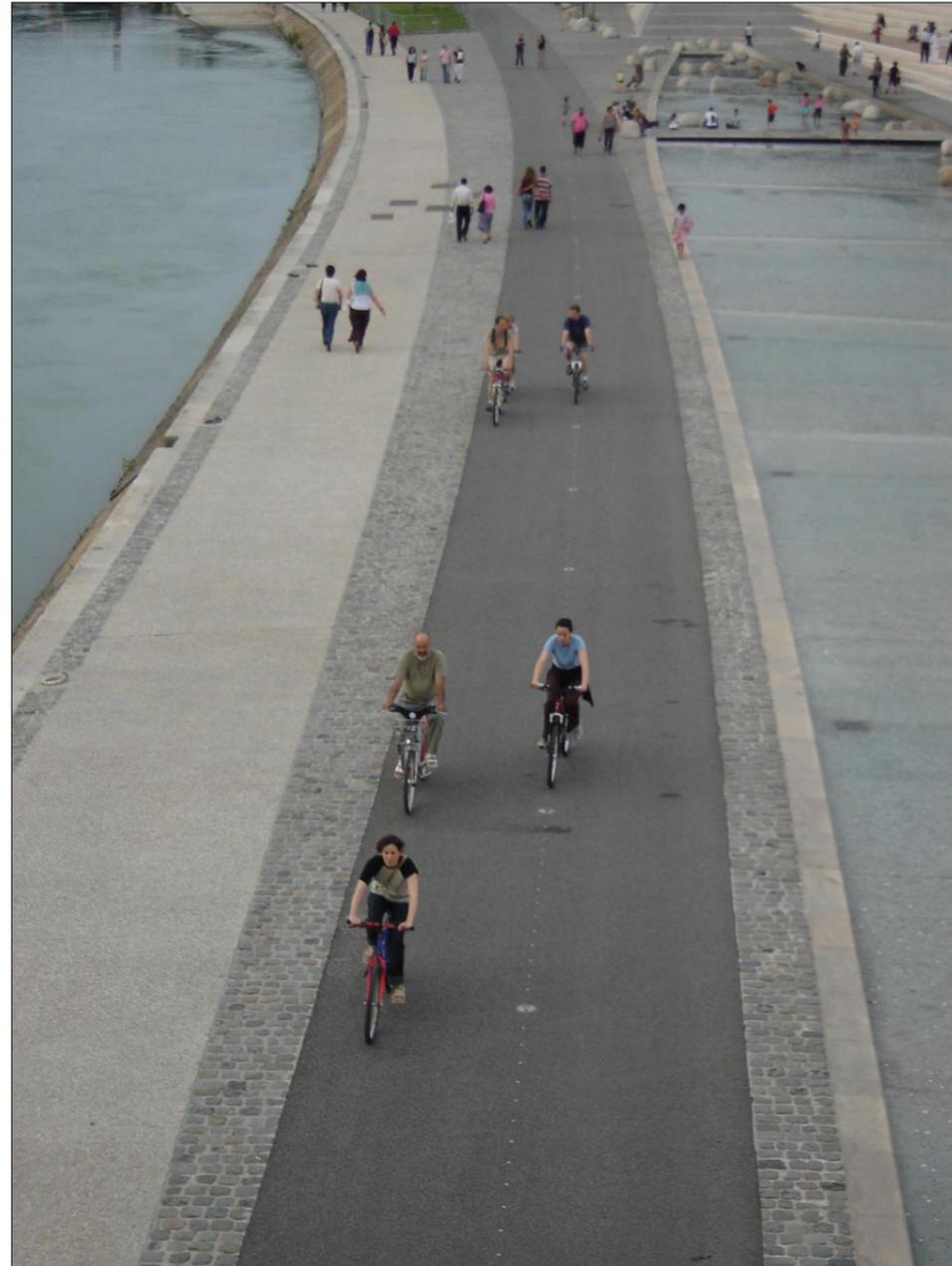


Figura 1.3 - Novos desafios à mobilidade.

APROXIMAR SÍTIOS, EXCLUIR ASSIMETRIAS

Nesta complexa e diversa realidade como são os territórios em que uma das únicas questões em comum é a diversidade, o “espaço público” tem um papel absolutamente estruturante na vitalidade da própria cidade. Reestruturar, conceber ou desenhar o espaço público é garantir continuidades, é relacionar as funções que cada espaço específico deverá prestar a cada um, é incluir na cidade as áreas excluídas, é aproximar os sítios, é reforçar a coesão urbana e humana, é não excluir.

O desenho de “espaço público” em que uma rua se abre numa praça contornada por edifícios, alguns também públicos, em que envolve um jardim onde se pratica a magia do descanso e do convívio entre gerações, que ladeia a margem calma de um rio, ou a margem, por vezes agreste, de um mar, que entretanto remata numa esplanada refrescante ou num correr de cafés, de restaurantes, padarias, farmácias, ou outros pequenos comércio, tem de estruturar um percurso de continuidades, onde seja possível sentir a unidade. Esse desenho tem de permitir o tão desejado lugar de encontro, entre a vida privada e a vida pública de cada um, entre os destinos e a circulação.



Figura 1.4 - Barreiras à acessibilidade.

UMA CIDADE ACESSÍVEL, UMA CIDADE MAIS COMPETITIVA

Estudos económicos recentes evidenciam que cidades acessíveis são, efectivamente, cidades mais competitivas. Claramente mais competitivas para viver e trabalhar. Hoje já não se pode negligenciar a escolha dos lugares onde se vive face à translação do factor quilómetro para o factor tempo, entre o local de residência e de trabalho. Mas o mesmo se passa relativamente à escolha dos sítios para visitar.

A CIDADE, O LUGAR DOS SONHOS

O direito à mobilidade é um direito que assiste a qualquer um: o direito de correr livremente a cidade, como se a nossa casa corrêsemos, o direito de poder trocar olhares sobre a paisagem, de sentir os cheiros, de ouvir os diferentes sons, de poder ir às compras, de poder usufruir dos serviços da cidade, de poder ir ao cinema, à escola, ao trabalho.

Embora a cidade seja também o lugar dos sonhos, como tão bem expressa Borja (2002), ela mesmo utopicamente, tem de conter realidades. A cidade deve ser entendida nas suas diversas funções: a cidade que se habita, a cidade que se trabalha, a cidade que se visita. Neste sentido, a acessibilidade é determinante nas diferentes funções e valências da cidade.



Figura 1.5: Boas práticas de acessibilidade e mobilidade.

AS (I)MOBILIDADES QUE DESENHAM AS CIDADES

A realidade tem mostrado que a cidade, muitas vezes, não está ao alcance de todos os cidadãos. É a escala humana que sublinhamos agora. É a decalage que muitas vezes existe entre o elemento construído com a sua funcionalidade. Não obstante, muitas vezes possuem rara beleza arquitectónica ou prestigiada solução de engenharia. São as escalas entre os dois elementos: homem e meio edificado.



Figura 1.6 - Mobilidade urbana.

A ausência de passeios, a degradação dos mesmos, o excessivo abuso de elementos urbanos no espaço público, a degradação do chão, os obstáculos permanentes nas ruas e nas praças, consubstanciam a degradação da qualidade do ambiente urbano.

Estas cidades não correspondem, do ponto de vista físico, informativo e comunicacional, às reais necessidades da sua população. Será necessário para a sua sustentabilidade a eliminação de tais barreiras, pela introdução de percursos acessíveis, sem descontinuidades, que permitam a Todos circular, em condições de independência, conforto e segurança.

Resta-nos, pois, voltar às barreiras que a cidade possui e que nós, arquitectos ou engenheiros, designers ou planeadores, devemos eliminar. Estas (i)mobilidades existem e continuam a proliferar nas cidades. Cabe a cada um de nós, ser um agente de mudança nos territórios onde vivemos ou trabalhamos, contrariando essa tendência.

C. A MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE PARA TODOS, um desafio

De acordo com Virilo (1995) as deslocações das pessoas foram aceleradas pelo uso do automóvel, as empresas aumentaram as deslocações rápidas de bens e serviços, as telecomunicações e as altas tecnologias tornaram a informação rápida e on-line. De resto, ao contrário do que se pensava, e de acordo com as teorias de Ascher (2003), as telecomunicações, onde se incluem por exemplo os telemóveis, vieram despoletar ainda mais o número de deslocações nas cadeias gerais de mobilidade, face às flexíveis e inúmeras possibilidades da mobilidade individual. As distâncias passaram a ser medidas nas unidades de tempo, os estilos e modos de vida aproximaram novos territórios, novas redes sociais e empresariais iniciaram novos clusters de actividades.

O Turismo e o Património são clusters inequivocamente relacionados com a acessibilidade e mobilidade como já foi abordado anteriormente. O trabalho desenvolvido em Portugal ao nível dos municípios já demonstrou claramente a necessidade de serem acessíveis os hotéis, *resorts* e outros equipamentos hoteleiros e da restauração como os restantes, espaços em torno das centralidades urbanas, uma vez que os turistas para voltarem exigem mais qualidade urbana fora das áreas delimitadas pelos empreendimentos turísticos.

O Turismo sénior é claramente um dos motivos mais sérios que hoje se coloca à qualidade do ambiente urbano de forma generalizada, pela possibilidade que este grupo etário tem tido na realização de um turismo considerável, inclusive várias vezes ao ano. Consequentemente, o desenho da cidade acessível, será a única via capaz de potenciar e estimular o desenvolvimento da competitividade dos destinos que pretendem ser potencialmente turísticos.



Figura 1.7 - Turismo Sénior.

Não são só as pessoas portadoras de deficiência que estão em causa. São as famílias e os amigos que as acompanham. São as pessoas idosas. São as famílias que têm filhos ainda crianças.

A este respeito, o turismo acessível já é em alguns países da Europa, considerado como uma vertente importantíssima na economia local e nacional e, inclusivamente, já é “vendido” como tal.

A este nível a ENAT – European Network for Accessible Tourism – está a fazer um trabalho notável nos países parceiros europeus e pretende, dentro em breve, apresentar um relatório sobre esta temática.

Contudo, e ainda a este respeito, não podemos ignorar outras áreas que, embora transversais, colidem ainda com as escolhas dos lugares para este efeito, designadamente o património e a comunicação. Cada vez mais a acessibilidade ao património é um factor importante na decisão da escolha do local da visita. Em Portugal dá-se agora os primeiros passos, pela aposta na marca da acessibilidade como um factor de competitividade e diferenciação em torno dos edifícios.

A ACESSIBILIDADE: UM CONCEITO TRANSVERSAL

A acessibilidade e mobilidade são, pois, conceitos transversais, com implicações no acesso a actividades tão diversas como o planeamento e o ordenamento do território, a gestão urbanística, as obras da via pública e do edificado, o património, o trânsito, os transportes, o ambiente, o turismo, o design, a acção social, etc. Simultaneamente, tem de funcionar em rede e de forma integrada. Provavelmente esta obrigatoriedade de transversalidade disciplinar tem sido o mote para a não aplicabilidade do conceito de acessibilidade e design “for all” ao longo dos tempos, tanto mais que exige o trabalho em equipa, também algo ainda pouco tradicional nas rotinas das entidades e instituições portuguesas.

Contudo, parece-nos que está aqui o segredo da aplicabilidade desta matéria. Não é possível desenhar vilas e cidades acessíveis se, cada um dos sectores que trabalha e constrói todos os dias as vilas e cidades não tiver presente esta preocupação.

Uma cidade ou um sistema acessível não admite descontinuidades. Autocarros ditos acessíveis são ineficazes se não for possível chegar às paragens ou cais de embarque, tal como a casa de banho adaptada não cumpre a sua função, se o acesso tiver dois ou três degraus embora que bem dimensionada no seu interior. Uma intervenção à escala da cidade deve ser pensada de forma a evitar o mínimo de pontos de descontinuidades. Esta é a questão chave, responsável pela não inclusão do conceito da acessibilidade no desenho e construção das cidades. A forma tendencial das organizações verificada nas últimas décadas, assente em estruturas hierárquicas rígidas que não facilitam o trabalho em equipa, não permitiu a troca de saberes e conhecimentos e, conseqüentemente, a ausência de políticas consertadas de monitorização das diferentes acções sectoriais.



Figura 1.8 - Acessibilidade no espaço público.

Felizmente, as novas organizações já assentam em trabalho de equipas flexíveis, multidisciplinares e transversais e esta nova atitude vem permitir a aplicabilidade desta matéria. De resto, sem qualquer crítica para algumas instituições por não terem evoluído de acordo com esta exigência, muitas entidades, designadamente autarquias, a Acessibilidade e Mobilidade para Todos, tem sido pioneira e caracterizadora em matéria de organização dos serviços e governância, desencadeando novas formas de trabalho supra departamentais com resultados à vista muito positivos. Mais, tem permitido a descoberta das diferentes tipologias de plataformas de coordenação que, nem sempre coincidem com as ditas mais clássicas, como “tráfego e arruamentos”. Esta atitude tem permitido a maximização dos recursos humanos e financeiros e, em muitos casos, envolvendo periodicamente políticos e técnicos com formas rápidas e eficazes no conhecimento e na tomada de decisão.

D. O PAPEL DAS AUTARQUIAS E DA SOCIEDADE CIVIL

OS MUNICÍPIOS, PRINCIPAIS AGENTES LOCAIS

Falar dos municípios e da sua importância em matéria de acessibilidade é, efectivamente, um dos temas mais interessantes, mas simultaneamente, um dos mais complexos de abordagem, face à diversidade de escalas e de intervenções, de agentes e de problemáticas de implementação.

Contudo, uma certeza existe: é que são as autarquias os maiores agentes com poder efectivo de mudança. São as autarquias que podem, efectivamente, intervir no território, mudar mentalidades, alterar processos, corrigir erros e omissões, envolver os agentes locais, criar parcerias de intervenção, formar e sensibilizar uma sociedade que é, obrigatoriamente, a responsável pelas (i) mobilidades que desenham as cidades de hoje.

Não se quer, com estas afirmações, apontar os responsáveis pelas (i) mobilidades, muito menos as autarquias, pelas más condições da acessibilidade em Portugal. Também neste caso, os problemas e as responsabilidades são de Todos. De todos, sem excepção. No entanto, cabe naturalmente às autarquias, o envolvimento de todos os munícipes neste processo, apelando à sensibilidade, inculcando hábitos de mudança de mentalidades. Nesse sentido, a informação e a formação à escala local são claramente acções de grande importância, talvez a base para um novo olhar sobre esta matéria a que o município não deve ficar indiferente.



Figura 1.9 - O conceito multidisciplinar da acessibilidade.

A RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA DA ACESSIBILIDADE

De acordo com Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto, “no que concerne à eliminação das barreiras arquitectónicas, limitadoras da mobilidade (...), foi atribuído um importante papel às câmaras municipais, pois são estas entidades responsáveis pelos licenciamentos e autorizações”. Nesse sentido, cabe aos municípios grande parte da responsabilização sobre esta temática. É, pois, absolutamente necessário e urgente pensar e praticar a acessibilidade ao nível local.

Algum trabalho já vem a ser feito por muitos municípios portugueses considerados como boas práticas. Um exemplo, reconhecido publicamente, pelos mais altos dirigentes municipais e pelo governo português, como de resto foi referido publicamente, no dia 8 de Outubro de 2008, em Lisboa, no lançamento de Programa “Portugal mais Acessível”, é o projecto REDE NACIONAL DE CIDADES E VILAS COM MOBILIDADE PARA TODOS.

Nesse encontro nacional, este projecto foi considerado o projecto pioneiro nesta matéria ao nível municipal, com resultados positivos pela metodologia utilizada, designadamente, na eliminação sistematizada das barreiras arquitectónicas e urbanísticas das vilas e cidades portuguesas. O trabalho efectuado desde 2005, parte ainda em desenvolvimento em cerca de 80 municípios portugueses, evidenciou a vontade e esforço municipal para desenhar territórios inclusivos, sem que estes tivessem linhas próprias de financiamento para o efeito.

A RESPONSABILIDADE DOS TÉCNICOS NA ACESSIBILIDADE

Todos os técnicos que, de forma directa ou indirecta desenham e constroem as vilas e cidades são absolutamente determinantes no processo da garantia da acessibilidade. Muita tinta corre sobre a responsabilidade ou não dos diferentes agentes em matéria da acessibilidade.

Contudo, embora existam muitos agentes com enormes responsabilidades nesta matéria, não podemos ignorar o facto da responsabilidade técnica de quem desenha, planeia, projecta, constrói e fiscaliza o espaço público, o edificado e os transportes. A actual legislação em vigor é agora mais rígida sobre esta matéria, mas também mais determinada e define um conjunto de sanções pelo incumprimento da mesma. Compete aos técnicos, a responsabilidade de incluir nos projectos, as leis que garantem a Acessibilidade e Mobilidade para Todos, como de resto, acontece com outras matérias, tais como o cálculo das estruturas face aos sismos, ou o dimensionamento das condutas, face às águas de saneamento ou pluviais. A acessibilidade é apenas mais um parâmetro a incluir no dimensionamento do espaço construído.

Deste modo, o Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto deve ser absorvido pelos técnicos não como mera orientação mas como obrigação exigida. Esta atitude evitaria claramente grande parte dos problemas que hoje determinam a inacessibilidade presente nas nossas vilas e cidades.

PLANEAR AO NÍVEL MUNICIPAL

A última década de trabalho no terreno permitiu verificar que a Acessibilidade para Todos só se conquista quando o município planejar concertadamente as suas prioridades e intervenções. Um dos princípios da acessibilidade para Todos é garantir o percurso acessível. Neste conceito, a eliminação de barreiras de forma pontual, pode não garantir essa continuidade. Ao mesmo tempo, é necessário agir em conformidade com as maiores necessidades e prioridades dos seus utentes. A inclusão da análise sociológica à escala municipal é, também, um factor determinante para o sucesso das intervenções. Daí a importância do Planeamento Participado por parte dos diferentes agentes locais (entidades governamentais e não governamentais, entidades privadas, organizações generalistas, pessoas individuais) que, de uma forma ou de outra, tenham opinião em matéria de definição das prioridades da promoção da acessibilidade.



Figura 1.10 - Boas Práticas.

Por outro lado, os instrumentos de gestão do planeamento e ordenamento do território ao nível do município, designadamente o Plano Director Municipal (PDM), os Planos de Urbanização (PU), os Planos de Pormenor (PP) e restantes planos, mesmo que não vinculativos, designadamente, Planos Estratégicos de Mobilidade, Planos de Segurança, Planos de Chão, Planos de Turismo, etc. Devem conter orientações específicas sobre Acessibilidade e Mobilidade para Todos, assim como sobre a ocupação do espaço público com utilização obrigatória em matéria de design inclusivo.

Contudo, não basta planear e projectar a acessibilidade. É imprescindível desenvolver mecanismos de avaliação dos mesmos. Esta atitude irá marcar a diferença na qualidade de um plano, projecto ou obra, permitindo a reflexão sobre a aplicabilidade da legislação em vigor, em particular, do Decreto-Lei nº. 163/2006, de 08 de Agosto.



Figura 1.11 - Boas Práticas.

OUTRAS ESCALAS DE INTERVENÇÃO

A acessibilidade não é uma acção obrigatória ou exclusiva do poder local. É cada vez mais importante perceber as diferentes escalas de intervenção a este nível, designadamente a escala central e a regional. Cabe a cada organização elaborar as políticas e definir as acções necessárias às diferentes áreas territoriais e sociais em causa. Na escala da governação central, é de ressaltar o elevado número de programas e planos que, nos últimos anos, têm vindo a ser desenhados com o objectivo da integração das pessoas com deficiência ou incapacitadas.

De resto, é igualmente de sublinhar a importância da realização de parcerias entre entidades governamentais, entidades públicas e privadas, associações, empresas e cidadãos da sociedade civil com vista à execução das acções delineadas. Nas sociedades modernas, este tipo de Governância é cada vez mais utilizada e a exigência destes mecanismos é cada vez mais necessária. Há que compreender de que forma os agentes da sociedade, na sua diversidade, podem contribuir, de forma integrada, para a construção de cidades acessíveis.

O ESPAÇO – TERRITÓRIO PRIORITÁRIO DE INTERVENÇÃO

De acordo com a lei portuguesa em vigor, o espaço público e os equipamentos devem adaptar-se gradualmente às necessidades de Todos. Urge reconhecer que, embora os estratos sociais sejam diversos nas suas capacidades de mobilidade, todos sem excepção devem ter acesso à cidade.

A necessidade de planear a cidade como um todo, embora de forma sistematizada, e ao mesmo tempo definir âmbitos de intervenções prioritárias locais, seguindo políticas estratégicas definidas a montante, pode ser um modo de actuar no curto prazo de tempo.

Aproveitar as oportunidades em curso, designadamente das grandes infra-estruturas e equipamentos projectados ou em projecto, poderá constituir-se como uma importante medida preventiva que acompanhará, efectivamente as actuais tendências e de futuro, adequando vilas e cidades à diversidade humana.

Neste sentido, surgem duas atitudes: a atitude preventiva e a atitude curativa. As intervenções municipais têm naturalmente que actuar a estes dois níveis.



Figura 1.12 - Boas Práticas.



Figura 1.13 - Boas Práticas.

A primeira atitude, tem a ver com a capacidade de planejar e projectar a cidade acessível, aplicando as normas e a legislação em vigor e todos os requisitos que os técnicos entendam por bem para que, possamos usufruir de espaços e edificado com mais conforto, mais seguros e com mais qualidade. Esta atitude evitará a repetição dos erros actuais.

A segunda, tem a ver com a situação actual, intervindo de forma a corrigir as barreiras identificadas, por vezes designadas por nós de acções dos *Armazéns Gerais*, não obstante, algumas evidenciarem dificuldades técnicas de maior exigência nas soluções, face à falta de espaço físico, à inexistência de soluções, aos elevados custos financeiros, a questões relacionadas com o direito de propriedade, etc. Neste tipo de intervenção é necessário, muitas vezes, o envolvimento de diferentes agentes e entidades da gestão do espaço público e do edificado o que implica um maior esforço de coordenação, a exemplo, a EDP, os SMAS, a PT, as Obras Municipais.

Contudo, trabalhar a estas duas velocidades é absolutamente necessário, sob pena de que nunca teremos a cidade acessível pretendida: é necessário corrigir e prevenir.

ENVOLVIMENTO DOS POLÍTICOS

Uma outra questão, não menos importante que as anteriores, é a participação e envolvimento dos políticos em matéria da acessibilidade. Muitas dissertações se poderiam fazer do envolvimento da esfera política, relatando os casos concretos que temos conhecido nos últimos anos, tipificando comportamentos, organizando e balizando resultados. Permitam que refira a constatação de uma geometria variável de envolvimento dos políticos municipais em torno desta matéria. Se por um lado há políticos menos atentos, por outro, há políticos com uma enorme sensibilidade para o tema, agilizando todos os mecanismos possíveis para vencerem contra o tempo, face às (i) mobilidades diagnosticadas nos municípios, em particular nas áreas mais urbanas. Em diversos municípios, a Acessibilidade e Mobilidade para Todos tem impellido a participação, o envolvimento, a constituição de equipas multidisciplinares, graças à determinação política. A reflexão em torno desta matéria permite concluir uma tese muito simples: a necessidade inequívoca da envolvimento dos políticos nesta matéria. Caso esta situação aconteça, os técnicos sentem-se apoiados e as decisões tomadas obrigam a maior exigência e responsabilidade técnica.

Por outro lado, o envolvimento político permite o desenvolvimento de ações transversais, muitas delas não físicas, mas essenciais à consolidação e sustentabilidade do conceito. No que respeita à questão financeira, a ausência política no processo não permite, normalmente, rubricas orçamentais para a Acessibilidade e Mobilidade para Todos.



Figura 1.14 - Boas Práticas.

Não permite a integração no plano de actividades de acções de grande relevo e impacto, face aos custos financeiros normalmente envolvidos. Assim, é obrigatório que os políticos coloquem esta matéria na sua agenda política, marcada por estratégias prioritárias bem definidas, criando os mecanismos necessários à sua efectiva realização. A ausência desta atitude constituirá meras rótulas de *marketing* que, com o tempo evidenciarão ausência de trabalho e falta de competitividade face a outros municípios com trabalho efectivo no terreno. Precisamos de um Portugal de Todos.



Figura 1.15 - Boas Práticas.

As responsabilidades municipais apresentam-se neste início de século, também com novos paradigmas de governação. Atingem-se novos níveis de políticas municipais, face a um país que começa a estar infra-estruturado e com os equipamentos básicos necessários ao seu território. Assim, os níveis de exigência e de desafios, também municipais, acolhem agora os temas da valorização dos recursos humanos e da qualidade dos ambientes urbanos, como forma inequívoca da construção de sociedades inclusivas. Nesse sentido, nesse rumo de orientações políticas estratégicas, a participação activa dos políticos nas diferentes escalas de intervenção e, designadamente, na escala local é determinante para o sucesso da implementação da Cidade para Todos.

Em suma, os desafios que se colocam actualmente aos municípios portugueses, remetem para exigências cada vez maiores como factor essencial na construção de territórios socialmente mais inclusivos. É necessária a promoção de uma sociedade com novas formas de mobilidade e acessibilidade, numa era de total informação e comunicação, traduzida por uma Europa socialmente mais envelhecida, turisticamente mais diversificada e culturalmente mais heterogénea.



Âmbito do projecto 2

2.1. Objectivo do Projecto

Em Portugal, o trabalho desenvolvido na última década permite concluir que a acessibilidade para Todos só se conquista quando o município consegue planejar, concertadamente, as suas prioridades e intervenções. Se um dos princípios da acessibilidade para todos é garantir o percurso acessível e a eliminação de barreiras de forma pontual não garante essa continuidade, significa que, simultaneamente, é necessário agir em conformidade com as maiores necessidades e prioridades dos seus utentes, razão pela qual a inclusão da análise demográfica e sociológica é um factor determinante para o sucesso do Plano. Por outro lado, a necessidade urgente de se pensar de forma estratégica, evitando as tradicionais medidas avulso.

Estas reflexões permitem registar a importância, a esta escala, da Participação Pública, por parte dos diferentes agentes locais (entidades governamentais e não governamentais, entidades privadas, organização generalistas, pessoas individuais) que, de uma ou de outra forma, têm opinião em matéria de definição das prioridades.

À Acessibilidade para Todos tem sido atribuída uma importância crescente nos últimos anos, estando a ser gradualmente inserida e promovida nas políticas orientadoras nacionais e internacionais. O presente Plano constitui um desafio à integração dessas orientações nas políticas locais, respectivo planeamento, desenho e monitorização desses territórios.

Mobilidade para Todos

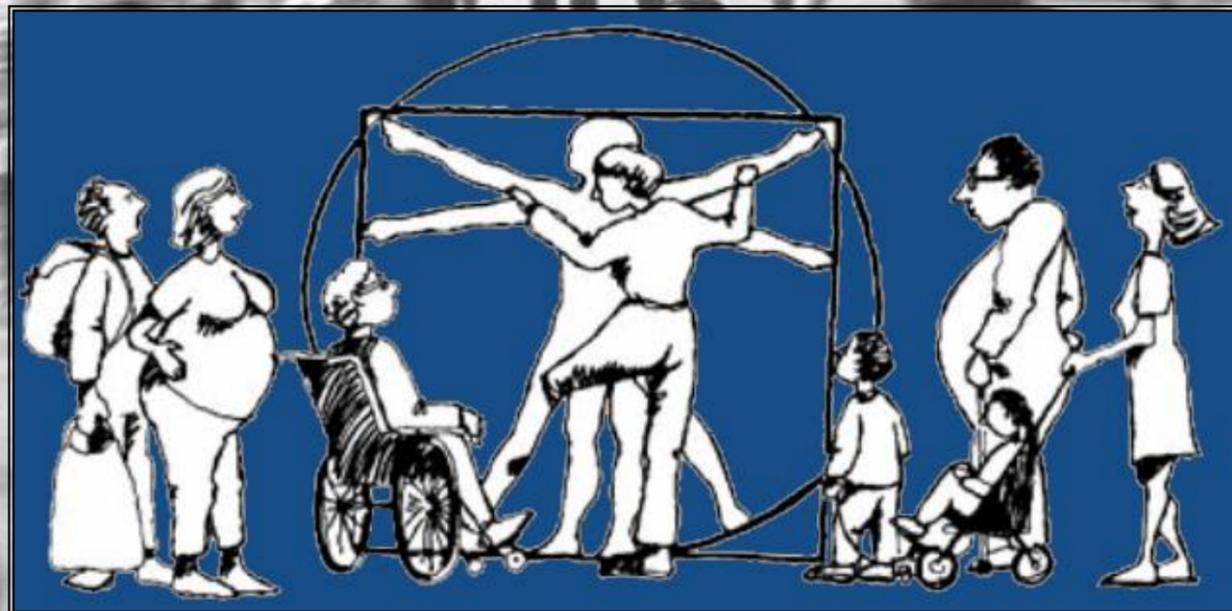


Figura 2.1 – As diferentes (i) mobilidades



Figura 2.2 - Principais pilares da metodologia para a elaboração do Plano Local de Promoção da Acessibilidade

Existem vários documentos nacionais, designadamente o Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (PAIPDI) e o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA) que lançam medidas específicas para a construção de cidades e vilas mais inclusivas. Nesse sentido, e de forma a contribuir para a aplicabilidade da legislação portuguesa em vigor (DL 163/06), a elaboração dos actuais planos de acessibilidade irá constituir medidas efectivas em prol desta estratégia.

O Município de Vila Franca de Xira enfrenta, assim, mais um desafio onde poderá reforçar a política de acessibilidade, alterando mentalidades, educando os cidadãos, e, conseqüentemente, abrindo caminho a uma nova perspectiva do espaço urbano público e privado enquanto espaço integrador.

Neste contexto, e dado o papel relevante que as questões da equidade social desempenham num quadro de desenvolvimento sustentável, o município elegeu como prioridade relevante a resolução dos problemas de acessibilidade. De resto, é uma excelente oportunidade para o Município de Vila Franca de Xira consolidar estrategicamente a matéria da Acessibilidade e Mobilidade para Todos, que já tem vindo a trabalhar, contrariando as medidas avulsas e desenhando um território mais participado e mais planeado, através da eliminação de barreiras urbanísticas, arquitectónicas e psicológicas.

A decisão de elaboração do estudo para a totalidade do município constitui uma excelente decisão face ao contexto central deste território à escala regional e nacional, nomeadamente a importância da função que desempenha do ponto de vista turístico e ainda à significativa e importante imagem arquitectónica no contexto do espaço público.

2.2. Vila Franca de Xira e as Boas Práticas

Vila Franca de Xira tem desenvolvido ao longo dos últimos anos, práticas de integração e inclusão de todas as pessoas, independentemente das suas capacidades, como tem vindo a ser patente nos vários projectos que tem executado tanto ao nível do executivo como na relação com os privados que também desenham e constroem no município.

A preocupação com a Acessibilidade e Mobilidade para Todos tem aumentado nos últimos anos. Desde logo, a sua integração no Projecto da Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, integrando-se como sócio fundador deste projecto, que contou com cerca de 80 municípios portugueses. Simultaneamente, a Autarquia tem vindo nos seus projectos internos e nas obras de reabilitação a incorporar a temática das acessibilidades e do design inclusivo, sempre que possível.

Em suma, todos estes projectos são excelentes exemplos da preocupação crescente com as acessibilidades. Nos últimos anos é conhecida a afirmação deste município, tornando-se mais competitivo entre outros, oferecendo melhor qualidade de vida aos seus cidadãos e oferecendo cada vez melhores condições a quem o quer visitar.

Caras e caros amigos,

De entre os objectivos dos Programas de Promoção da Acessibilidade, destacamos o evitar do isolamento da população envelhecida e/ou incapacitada, identificar as fragilidades do território do ponto de vista da acessibilidade e definir medidas correctivas da situação, através da implementação de estratégias de intervenção e respectiva calendarização. A realização de acções destinadas à efectiva participação pública constitui uma das estratégias mais importantes destes programas, com a dupla função de assegurar a maior sensibilização possível da população, bem como melhorar o maior número possível de propostas, através dos cidadãos e suas organizações. As localidades construídas e reabilitadas com a preocupação da Mobilidade *Para Todos* serão espaços mais agradáveis na vivência e na urbanidade, terão mais conforto e serão mais justas. É esse o desígnio que lançamos a toda a comunidade com os Planos Local e Municipal de Promoção das Acessibilidades.

A Presidente da Câmara Municipal, Maria da Luz Rosinha

PLANO MUNICIPAL

O Programa Municipal de Promoção de Acessibilidade é um programa estratégico que tem por objectivo a melhoria da acessibilidade no concelho. Este programa é simultaneamente um plano e um processo. Plano, porque enquadra medidas estratégicas e releva acções estruturantes de forma a tornar eficientes as intervenções. Processo, porque envolve populações, associações e entidades de modo a inserir dinâmicas municipais capazes de manter este desígnio cívico de integração na agenda de trabalho de toda a comunidade. Este programa, de natureza multidisciplinar, abordará as temáticas do espaço público, do edificado, dos transportes, da comunicação, do design e da infoacessibilidade.

PLANO LOCAL

O Programa Local de Promoção da Acessibilidade consiste na adopção das medidas estratégicas de acessibilidade a um território concreto. Detecta os problemas existentes, estuda as soluções apropriadas e propõe as acções específicas para dotar a área previamente definida das condições próprias do acesso universal à cidade. Porém, não é apenas um documento técnico porque engloba compromisso político, participação cívica, envolvimento e parcerias múltiplas, pesquisa de soluções orçamentais e modelos de execução das acções. É assim, o espaço exemplar para efectivar o princípio universal do *Direito à Cidade*.

Estamos a construir um Concelho mais acessível para todos

* Hoje em dia torna-se cada vez mais óbvio que a acessibilidade constitui o elemento básico e fundamental do direito à igualdade de participação de qualquer pessoa, quer tenha deficiência ou não. Sempre que uma actividade exclua alguém, meramente porque se torna impossível o acesso a um lugar ou a percepção do que lá ocorre, existe, de princípio, uma forma de exclusão e, consequentemente, de discriminação".
The European Concept for Accessibility, 2001

V. F. Xira Um Concelho Acessível

Figura 2.3. Exemplos de projectos e actividades de promoção da Acessibilidade para Todos.

2. 3. Metodologia

A elaboração de um **Plano Local de Promoção da Acessibilidade** consiste, essencialmente, no cruzamento do diagnóstico urbanístico e arquitectónico do território com o diagnóstico social do município, em matéria de necessidades de Acessibilidade para Todos.

Esta abordagem interdisciplinar, com leituras nas diferentes escalas, é a chave para que o Plano atinja os objectivos a que se propõe e ainda, supere níveis de qualidade relativamente aos instrumentos legislativos em vigor como o DL163/06 de 8 de Agosto. Tal abordagem, necessita de uma metodologia simples, mas eficaz, que permita agir de forma sistematizada, monitorizando todas as fases e acções por parte dos diferentes sectores em estudo.

Assim, a metodologia proposta assenta em 4 pilares principais que são a **Governância, a Participação, o Conhecimento e Sensibilização, e os Estudos** a desenvolver em matéria de Acessibilidade.

Esta metodologia estratégica, que assenta nos quatro pilares principais apresentados, debruçar-se-á sobre as seguintes cinco áreas temáticas fundamentais em matéria de Acessibilidade para Todos: **Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Design e Infoacessibilidade**. Os estudos de Acessibilidade para Todos, a desenvolver para a área de intervenção que seguidamente se apresenta, e posterior elaboração do Plano Local deverão ser orientados para que a autarquia possa desenvolver um Plano Operativo, à escala concelhia, que vise a supressão detalhada dos problemas identificados na área de estudo, nos diferentes temas da acessibilidade a tratar, conforme apresentado anteriormente.

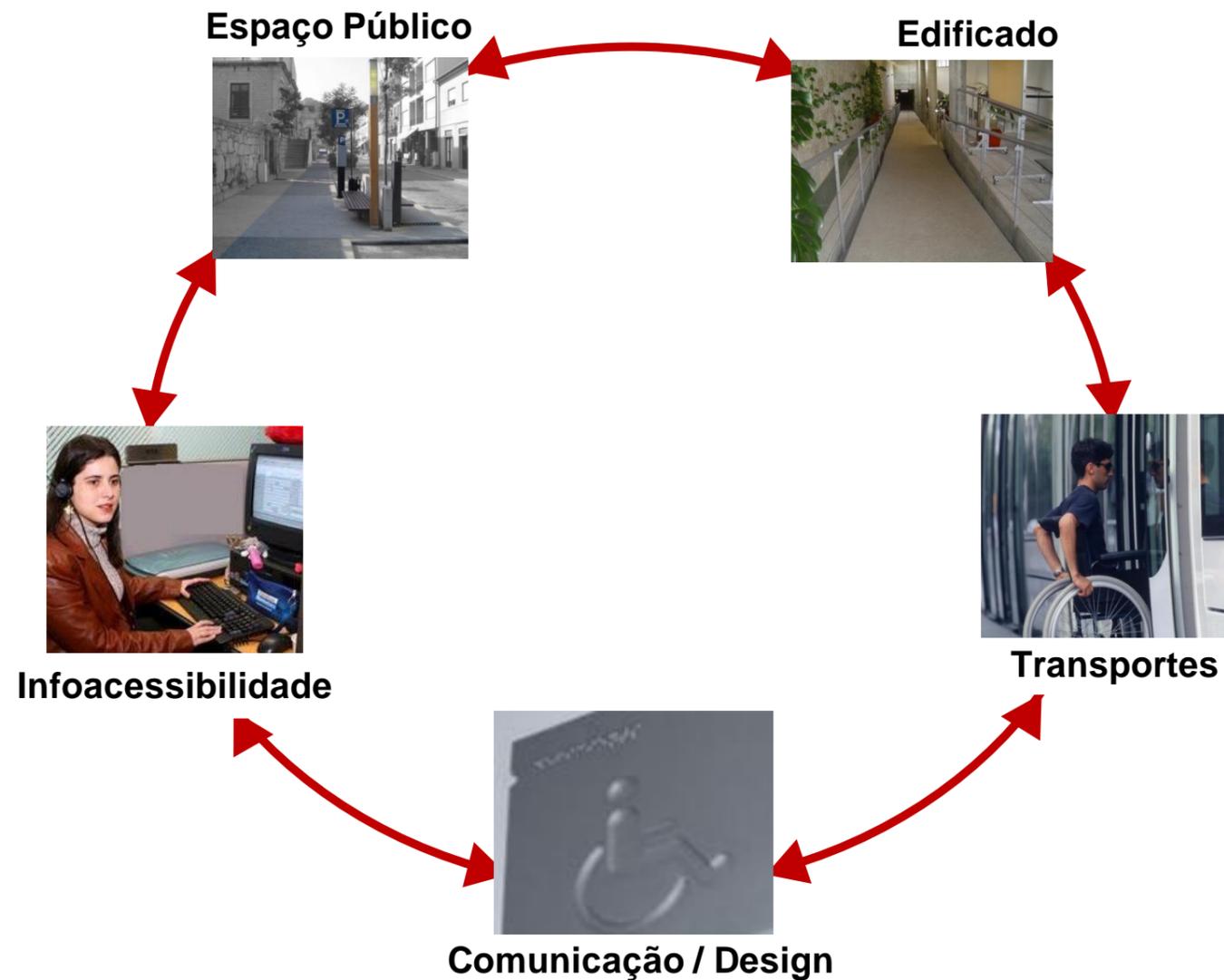
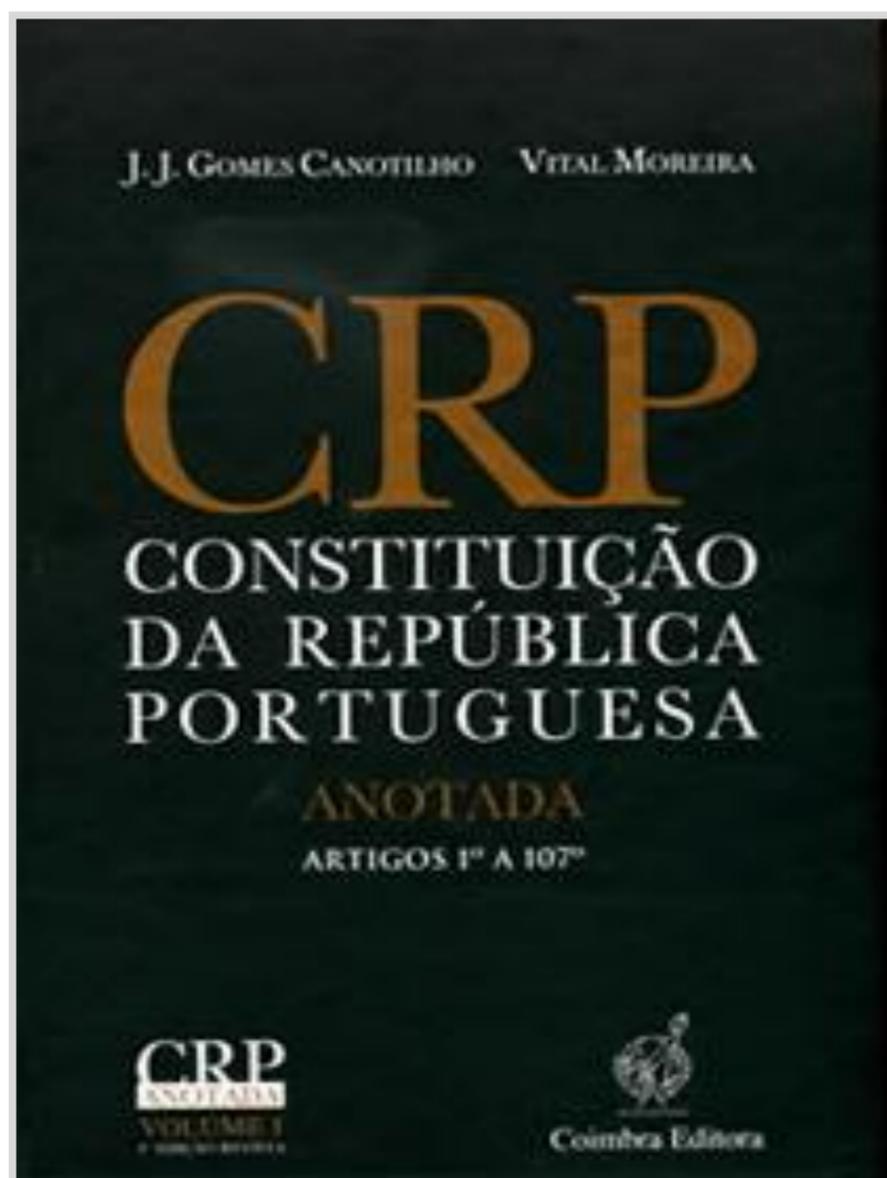


Figura 2.4 - As Áreas Temáticas Fundamentais da Acessibilidade



Legislação

3



PARTE I

Direitos e deveres fundamentais

TÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 12.º

(Princípio da universalidade)

1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.
2. As pessoas colectivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza.

Artigo 13.º

(Princípio da igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 71.º

(Cidadãos portadores de deficiência)

1. Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.
2. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.
3. O Estado apoia as organizações de cidadãos portadores de deficiência.

Uma das questões fundamentais em matéria da acessibilidade e mobilidade para todos relaciona-se, com o enquadramento legal desta matéria. A legislação sobre acessibilidade e mobilidade para todos é ainda bastante recente sendo esta matéria enquadrada legalmente, pela primeira vez, em 1997 com o Decreto-lei nº 123/1997. Este facto torna o desenvolvimento da acessibilidade mobilidade para todos em Portugal numa disciplina recente, ainda que de forma lata estivesse já consubstanciada na Constituição da República Portuguesa.

Deste modo podemos, através da legislação existente, sobre a matéria traçar o percurso da Legislação sobre acessibilidades, e constatar o espaço e a grande importância que tem conquistado.

Tal como já foi referido o percurso inicia-se nas normas de cúpula do sistema: as constitucionais. Assim, nos artigos 12.º e 13.º da Constituição, consagram-se os princípios da universalidade e da igualdade. No primeiro, entende-se os direitos e deveres constitucionais a todos os cidadãos portugueses; no segundo, reconhece-se a dignidade social e a igualdade perante a lei de todos os

indivíduos, proibindo-se qualquer tipo de discriminação negativa.



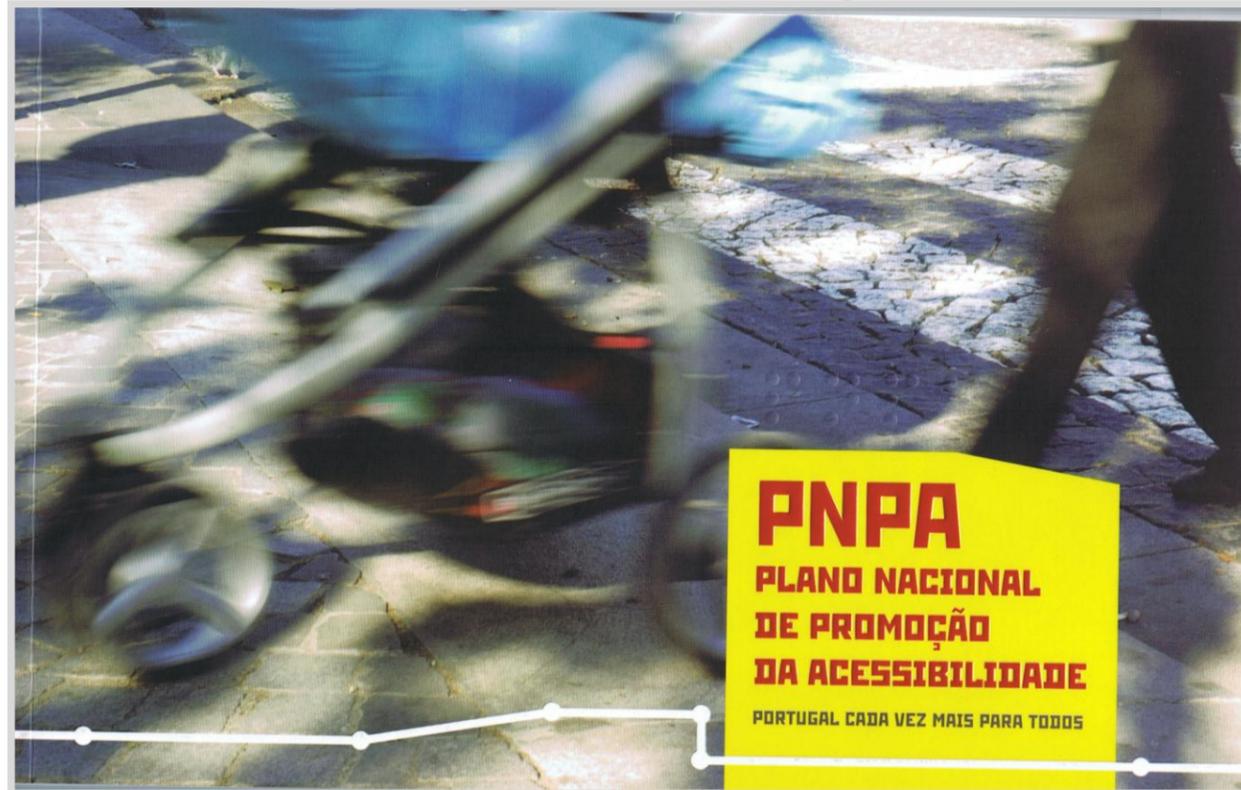
Figura 2.6 - Normas Técnicas Europeias (European Concept for Accessibility) e Decreto-Lei nº 123/97

Ainda, no artigo 71.º, verifica-se o reforço destes princípios em relação às pessoas com deficiência, afirmando no n.º 1, que estes cidadãos “gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição”, atribuindo o n.º 2 ao Estado a obrigação de promover “uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração”.

Em 1993, a Comissão Europeia avança com a aplicação de um conjunto de regras com o intuito de combater a discriminação. Cada Estado-membro ficou obrigado a implementar planos de acção capazes de garantir e promover a acessibilidade e mobilidade para todos. A partir desse momento, um conjunto de estratégias políticas e planos de acção se têm desenvolvido nesta matéria. Contudo, apenas em 2003 foi publicado o European Concept for Accessibility (ECA). Este conceito é resultado do trabalho e cooperação entre vários parceiros no intuito de proporcionar melhores condições e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos que se encontram no espaço europeu.

Portugal aprova, em 1997, a primeira legislação com normas técnicas dedicadas à acessibilidade para todos em edifícios e espaço público, o Decreto-Lei nº 123/1997 de 22 de Maio. Contudo, por diversos factores, não teve a repercussão esperada em termos de aplicação das normas nele publicadas, designadamente, por ter sido encarado como um diploma de intenções, em consequência das fracas

coimas que previa para os infractores. A falta de fiscalização permitiu que se continuasse a ignorar as



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**

Decreto-Lei n.º 163/2006
de 8 de Agosto

A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, consequentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito.

Diário da República, 1.ª série — N.º 152 — 8 de Agosto de 2006

São, assim, devidas ao Estado acções cuja finalidade seja garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, ou seja, pessoas que se confrontam com barreiras ambientais, impeditivas de uma participação cívica activa e integral, resultantes de factores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional.

Do conjunto das pessoas com necessidades especiais fazem parte pessoas com mobilidade condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos.

Constituem, portanto, incumbências do Estado, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, a promoção do bem-estar e qualidade de vida da população e a igualdade real e jurídico-formal entre todos os portugueses [alínea d) do artigo 9.º e artigo 13.º], bem como a realização de «uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias», o desenvolvimento de «uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles» e «assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais e tutores» (n.º 2 do artigo 71.º).

Por sua vez, a alínea d) do artigo 3.º da Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto) determina «a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adopção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência».

O XVII Governo Constitucional assumiu, igualmente, no seu Programa que o combate à exclusão que afecta diversos grupos da sociedade portuguesa seria um dos objectivos primordiais da sua acção governativa, nos quais se incluem, naturalmente, as pessoas com mobilidade condicionada que quotidianamente têm de confrontar-se com múltiplas barreiras impeditivas do exercício pleno dos seus direitos de cidadania.

A matéria das acessibilidades foi já objecto de regulação normativa, através do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, que introduziu normas técnicas, visando a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública.

Decorridos oito anos sobre a promulgação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, aprova-se agora, neste domínio, um novo diploma que define o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, o qual faz parte de um conjunto mais vasto de instrumentos que o XVII Governo Constitucional pretende criar, visando a construção de um sistema global, coe-rente e ordenado em matéria de acessibilidades, susceptível de proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada condições iguais às das restantes pessoas.

As razões que justificam a revogação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, e a criação de um novo diploma em sua substituição prendem-se, em primeiro lugar, com a constatação da insuficiência das soluções propostas por esse diploma.

questões da acessibilidade e, desta forma, os aglomerados urbanos, edifícios e demais equipamentos públicos continuaram a crescer com graves falhas nesta matéria. Neste sentido, perdeu-se uma enorme oportunidade na acessibilidade do edificado.

O lançamento da Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto), na alínea d) do artigo 3.º, veio estabelecer a incumbência de por parte do Estado para «a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação barreiras e da adopção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência», dando ênfase a novas políticas de acessibilidade.

Recentemente, com a publicação do Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto, que veio substituir o Decreto-Lei nº 123/1997 de 22 de Maio, e com a Lei nº 46/2006 de 28 de Agosto, um novo salto se deu nesta matéria. O primeiro, no sentido de promover a acessibilidade para todos, o segundo, com o objectivo de proibir e punir a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado para saúde. O Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto, aumentou o valor das coimas a aplicar, introduziu a participação activa das organizações de pessoas com deficiência, aperfeiçoou as normas existentes e acrescentou parâmetros que, até à data, não eram considerados. Além do exposto, nomeou a Direcção-

Figura 2.7 - Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA) e Decreto-Lei nº 163/2006

Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Inspeção-Geral da Administração do Território e as

Câmaras Municipais como entidades com competências de fiscalização. As Normastécnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas no anexo I do Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto, entre outros pontos importantes, passaram a abranger o parque habitacional que se encontrava omissa na legislação anterior e introduziu o conceito de “*Percurso acessível*”, dedicado essencialmente a questões de mensuração, áreas de ocupação, áreas de manobra, e posicionamento de elementos. Dá-se, assim, um passo importante para o desenvolvimento e aplicação da Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto, onde se “define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência”, da nova legislação, o Governo criou também o Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (PAIPDI), adoptado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 120/2006, de 21 de Setembro. O PAIPDI define um conjunto de medidas de actuação dos vários departamentos governamentais, bem como metas a alcançar no período compreendido entre 2006/2009 com vista a criar uma sociedade que garanta a participação efectiva das pessoas com deficiência.



Figura 2.8 - Guia da Acessibilidade e Mobilidade para Todos

Em 2007, o Governo Português constituiu, ainda, o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 9/2007, de 17 de Janeiro. Decorre, ainda, da Lei nº 38/2004, de 18 de Agosto (Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência) e é uma prioridade do XVII Governo Constitucional. Com a sua constituição procedeu-se à sistematização de um conjunto de medidas para proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldades sensoriais, a autonomia, a igualdade de oportunidades e a participação social a que têm direito como cidadãos. Este plano integra um conjunto de medidas que visam a construção de um sistema global coerente e homogéneo de acessibilidade, eliminando os riscos de exclusão e discriminação.

O livro “*Guia da Acessibilidade e Mobilidade para Todos*” lançado pelo Governo Português é a materialização de uma dessas acções. Este *Guia* teve como principal objectivo desenhar a legislação em vigor, apresentando-se como um instrumento precioso no sentido de ajudar tecnicamente na descodificação das normas técnicas a aplicar. Simultaneamente, ao longo do país, foram dadas formações, aumentando a sensibilização e o conhecimento dos técnicos municipais.

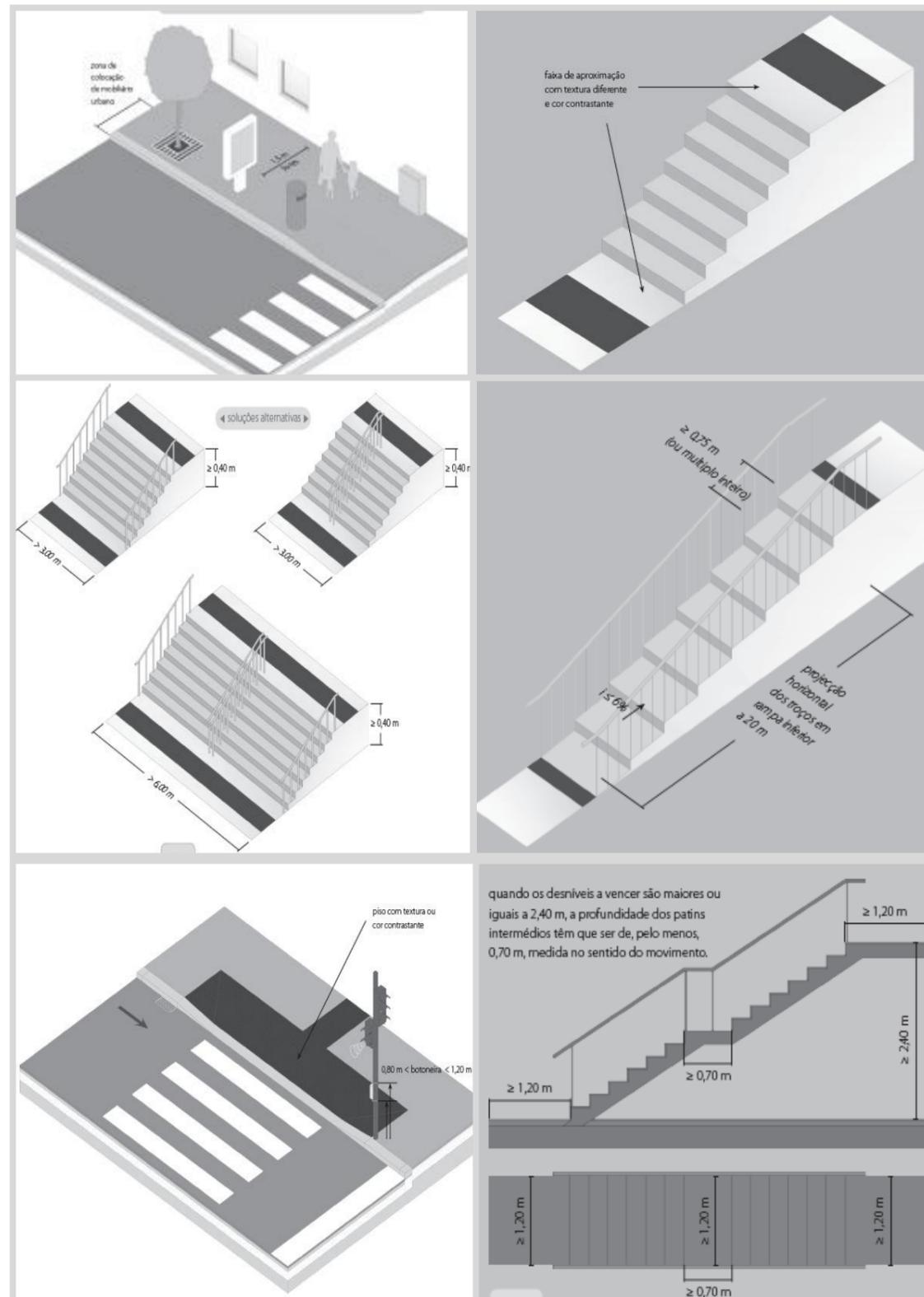


Figura 2.9 - Esquemas exemplificativos do Guia da “Acessibilidade e Mobilidade para Todos”

No dia 8 de Outubro de 2008, no Parque das Nações, em Lisboa, teve lugar a conferência “Portugal mais Acessível”, onde foram apresentadas as várias acções que o Governo tem vindo a desenvolver, no âmbito da Promoção da Acessibilidade pelos cinco Secretários de Estado, para além do Ministro António Vieira da Silva. Eduardo Cabrita, João Ferrão, Ana Paula Vitorino, Manuel Heitor e Idália Moniz, respectivamente, Secretários de Estado da Administração Local, do Ordenamento do Território e das Cidades, dos Transportes, da Tecnologia e do Ensino Superior e da Reabilitação, apresentaram as acções desenvolvidas e em curso nas diferentes Secretarias de Estado e, ainda, as candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), Eixo 6.5 - Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas, que deram origem à primeira geração de Planos de Promoção da Acessibilidade a aplicar em cerca de 20 municípios portugueses e que terão de ser elaborados entre 2009|2010.

De resto, em Portugal a Acessibilidade e mobilidade para todos começa a fazer parte das agendas políticas nas diferentes escalas de governação, provando a eficácia dos instrumentos legislativos accionados.

Equipa Técnica

Coordenação Global

Paula Teles, Eng.ª

Coordenação Estratégica

Pedro Silva, Dr.

Coordenação Sectorial

Arquitectura – Álvaro Andrade, Arq.^{to}

Comunicação – Paula Trigueiros, Arq.^{ta}

Espaço Público – Pedro Silva, Dr.

Formação/Comunicação Externa – Adelino Ribeiro, Dr.

Info-acessibilidade – Francisco Godinho, Eng.º

Transportes – Paula Teles, Eng.ª

Coordenação Operacional

Ana Silva, Arq.^{ta} Pais.

Jorge Gorito, Geog.

Equipa Técnica

Ana Moura, Eng.ª Geog. | Adriana Sá, Geog.

Carla Alves, Geog. | Catarina Marinho, Geog.

Conceição Teixeira, Geog. | Daniela Teixeira, Arq.^{ta}

Eduarda Leal, Geog. | Joana Pereira, Geog.

João Reis, Arq.^{to} | Marcelo Altieri, Arq.^{to}

Marlene Andrade, Geog. | Mateus Oliveira, Arq.^{to}

Pedro Santos, Arq.^{to} | Raquel Colaço, Arq.^{ta} Pais.

Raquel Oliveira, Arq.^{ta} | Raquel Pereira, Arq.^{ta}

Raúl Cardoso, Arq.^{to} | Soraia Pereira, Arq.^{ta}

PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira avança com a elaboração do Plano Local de Promoção da Acessibilidade, com uma nova estratégia em torno do planeamento urbano, juntando a esse processo a visão da acessibilidade nos núcleos urbanos do município.

As áreas territoriais consideradas terão agora um caminho distinto a percorrer no âmbito do desenvolvimento sustentável, na procura da melhoria da qualidade dos espaços e serviços municipais, diligenciando, nesse sentido, as medidas necessárias para a consecução de uma sociedade mais livre, democrática e inclusiva.

Seguindo estes pressupostos, facilmente o município poderá promover a melhoria da acessibilidade e o consequente aumento da qualidade de vida de todos os cidadãos que aí vivem e trabalham.

O presente documento constitui a compilação e o resultado dos estudos e propostas desenvolvidos no âmbito do Plano Local de Promoção da Acessibilidade, culminando na obtenção de um documento cujo intuito final está ligado à operacionalização do Plano, abrangendo, de igual modo, as cinco áreas transversais de Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Design e Infoacessibilidade.

O documento estrutura-se em quatro capítulos e peças desenhadas:

O documento estrutura-se em quatro capítulos e Peças Desenhadas:

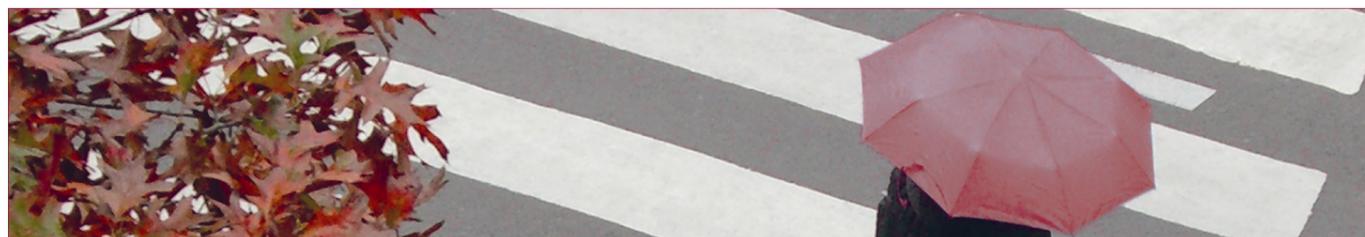
- . **Capítulo I:** Introdução
- . **Capítulo II:** Levantamento e Diagnóstico
- . **Capítulo III:** Propostas de Intervenção
- . **Capítulo IV:** Sistemas de Informação Geográfica
- . **Peças Desenhadas**

A parte escrita que se apresenta é complementada pela legislação em vigor, em matéria de acessibilidade e mobilidade para todos, e não dispensa a consulta das peças desenhadas.

A m.pt®, está a desenvolver o Plano Local de Promoção da Acessibilidade para o município de Vila Franca de Xira, e vem formalmente apresentar a fase final do referido trabalho que constitui o resultado dos estudos e propostas desenvolvidos.

Assim, o documento que se apresenta é composto por peças escritas e desenhadas sobre o diagnóstico das actuais condições de acessibilidade do município e sobre as propostas de intervenção para a melhoria da acessibilidade.

É apresentado em diversos capítulos que constituem a agregação de todas as fases do trabalho desenvolvido e ainda a obtenção de um programa de acção, no âmbito das propostas de intervenção, para os cinco sectores da acessibilidade, o debruçar sobre a importância dos Sistemas de Informação Geográfica enquanto ferramenta de gestão e monitorização da acessibilidade, passível de ser adoptado e adaptado aos procedimentos pré-existentes.



Fase III – Versão Final do Estudo Plano Local de Promoção da Acessibilidade do Município de Vila Franca de Xira

Capítulo II – Levantamento e Diagnóstico

1. Introdução ao tema
2. Espaço Público
3. Edificado
4. Transportes
5. Comunicação
6. Infoacessibilidade



Índice

Capítulo II – Levantamento e Diagnóstico

1. Introdução ao Tema	1		
2. Espaço Público	9		
2.1. Área de Intervenção	10		
2.2. Diagnóstico das barreiras à acessibilidade e mobilidade para Todos	11		
2.2.1. Diagnóstico por Tipologia de Barreira	11		
2.2.2. Quadros Resumo das Barreiras	20		
2.2.3. Análise dos Percursos Acessíveis	22		
2.3. Outras orientações – aumento do nível de qualidade da acessibilidade	24		
2.3.1. Localização de Mobiliário Urbano	24		
2.3.2. Design Inclusivo	26		
3. Edificado	27		
3.1. Introdução	28		
3.2. Metodologia de Abordagem	29		
3.3. Análise das Condições do Edificado	30		
3.3.1. Atendimento SMAS Vila Franca de Xira	31		
3.3.2. Biblioteca Municipal de Franca de Xira	34		
3.3.3. Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira	37		
3.3.4. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (Paços do Concelho)	40		
3.3.5. Casa da Juventude de Vila Franca de Xira	43		
3.3.6. Casa Museu Mário Coelho	46		
3.3.7. Centro de Emprego de Vila Franca de Xira	48		
3.3.8. Centro de Saúde de Vila Franca de Xira	51		
		3.3.9. DPGQU Norte – Departamento de Planeamento Gestão e Qualificação Urbana do Norte	54
		3.3.10. DPGQU Sul – Departamento de Planeamento Gestão e Qualificação Urbana do Sul	57
		3.3.11. Edifício DHSAS Departamento de Habitação, Saúde e Acção Social de Vila Franca de Xira	60
		3.3.12. Edifício Dr. Manuel Arriaga	63
		3.3.13. Estação de Comboios de Vila Franca de Xira	66
		3.3.14. Finanças de Vila Franca de Xira	69
		3.3.15. Hospital de Vila Franca de Xira	72
		3.3.16. Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira	75
		3.3.17. Núcleo Museológico de Arte Sacra da Igreja do Mártir Stº Sº Sebastião de Vila Franca de Xira	78
		3.3.18. Museu do Neo Realismo de Vila Franca de Xira	81
		3.3.19. Museu Municipal de Vila Franca de Xira	84
		3.3.20. Pátio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	87
		3.3.21. Comando da PSP de Vila Franca de Xira	90
		3.3.22. Quinta da Mina de Vila Franca de Xira	93
		3.3.23. Segurança Social de Vila Franca de Xira	96
		3.3.24. Tribunal 1º Juízo Cível de Vila Franca de Xira	99
		3.3.25. Tribunal de Família, Menores e Comarca de Vila Franca de Xira	102
		3.3.26. Tribunal do Trabalho de Vila Franca de Xira	105
		3.3.27. Varandas da Lezírias	108

4. Transportes	111		
4.1. Introdução	112	6.4.3. Capacitação dos monitores	154
4.2. Metodologia	113	6.4.4. Necessidade de apoio externo	155
4.3. Diagnóstico da Acessibilidade	115	6.4.5. Avaliação Global	155
4.3.1. Veículos	116	6.5. Biblioteca Municipal, Pólo de Forte da Casa	155
4.3.2. Infra-estruturas de apoio	118	6.5.1. Importância Relativa	156
4.4. Transportes Colectivos na Área Específica	120	6.5.2. Acessibilidade Digital	156
4.5. Fichas de sistematização de tipologias de problemas	128	6.5.3. Capacitação dos monitores	156
		6.5.4. Necessidade de apoio externo	156
		6.5.5. Avaliação Global	156
5. Comunicação	129	6.6. Biblioteca Municipal, Pólo da Quinta da Piedade	157
5.1. Introdução	131	6.6.1. Importância Relativa	157
5.2. Critérios da análise	132	6.6.2. Acessibilidade Digital	157
5.3. Análise – PARTE A	134	6.6.3. Capacitação dos monitores	158
5.4. Análise – PARTE B	137	6.6.4. Necessidade de apoio externo	158
5.4.1. Itens da “lista de verificação” e Metodologia de Análise	137	6.6.5. Avaliação Global	158
5.4.2. Tabelas da análise	138	6.7. Espaço Internet de Vila Franca de Xira	158
5.4.3. Resumo da Análise	147	6.7.1. Importância Relativa	159
5.5. Remate	147	6.7.2. Acessibilidade Digital	159
5.6. Referências	148	6.7.3. Capacitação dos monitores	159
		6.7.4. Necessidade de apoio externo	159
		6.7.5. Avaliação Global	159
6. Infoacessibilidade	149	6.8. www3.cm-vfxira.pt	160
6.1. Introdução	150	6.8.1. Avaliação Global após verificação com a Ferramenta Automática HERA	161
6.2. Metodologia da Avaliação	151	6.8.2. Avaliação Global após verificação manual	169
6.3. Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira	152	6.8.3. Conclusões	169
6.3.1. Importância Relativa	152		
6.3.2. Acessibilidade Digital	152		
6.3.3. Capacitação dos monitores	153		
6.3.4. Necessidade de apoio externo	153		
6.3.5. Avaliação Global	153		
6.4. Biblioteca Municipal, Pólo de Alverca do Ribatejo	153		
6.4.1. Importância Relativa	154		
6.4.2. Acessibilidade Digital	154		



CAPÍTULO II

LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO



Introdução

1

«A cidade é a rua, o lugar (...). A cidade do desejo não é a cidade ideal, utópica e especulativa, mas a cidade que se quer e reclama, repleta de conhecimento quotidiano e de mistério, de segurança e de encontro, de liberdades prováveis e transgressões possíveis, com direito à mobilidade.»

Borja, Jordi (2002)

«A nossa cidade só fará sentido quando todos a percorrermos livremente, cada um com as suas diferenças de capacidade de mobilidade.»

Teles, Paula (2006), Os Territórios (sociais) da Mobilidade.

A acessibilidade para todos é, cada vez mais, uma referência no planeamento nas diferentes escalas em que actua. Desta forma, tem vindo a ser gradualmente integrada não só nas políticas orientadoras internacionais e nacionais mas também no planeamento do território à escala local.

Os Programas de Promoção da Acessibilidade surgem como ferramenta de auxílio na integração da acessibilidade para todos no planeamento municipal, através da sensibilização das populações nesta matéria, da promoção de boas práticas, melhoria do planeamento, desenho e monitorização dos territórios, e incentivo à eliminação de barreiras físicas e sociais existentes.

O Município de Vila Franca de Xira enfrenta, assim, mais um desafio onde poderá reforçar a política de acessibilidade que tem vindo a desenvolver, alterando mentalidades, educando os cidadãos, e, conseqüentemente, abrindo caminho a uma nova perspectiva do espaço urbano público e privado enquanto espaço integrador à escala Local.



Figura 1.1 – Vistas gerais da cidade de Vila Franca de Xira

Neste contexto, e dado o papel relevante que as questões da equidade social desempenham num quadro de desenvolvimento sustentável, o município elegeu como prioridade relevante a resolução dos problemas com as acessibilidades. É desta matéria que a proposta que se apresenta irá abordar. De resto, é uma excelente oportunidade para o município de Vila Franca de Xira consolidar estrategicamente a matéria da Acessibilidade e Mobilidade para Todos que já tem vindo a trabalhar, contrariando as medidas avulsas e desenhando um território mais participado e mais planeado, através da eliminação de barreiras urbanísticas, arquitectónicas e psicológicas.

A m.pt®, empresa que está a desenvolver o Plano Local de Promoção da Acessibilidade no Município de Vila Franca de Xira, vem formalmente apresentar a primeira fase deste trabalho: Levantamento e Diagnóstico.

Na elaboração do Plano Local de Acessibilidade de Vila Franca de Xira é feita uma estruturação e faseamento que correspondem às seguintes partes:

1. Levantamento, Análise e Diagnóstico

Trata-se da fase referente ao presente documento e relaciona-se com a espacialização estratégica das barreiras físicas urbanísticas e arquitectónicas, tendo em conta os equipamentos previamente identificados e, também, em matéria de informação, sinalização, comunicação e demais aspectos que facilitem a compreensão e orientação nos edifícios e no transporte, tendo em conta não só a sua localização, mas a grande incidência no princípio do Design for all.

O levantamento tende a identificar e a tipificar os principais obstáculos, em todos os diferentes níveis transversais do tema, que impeçam a global mobilidade dos cidadãos.

Levantamento da população alvo do estudo analisando faixas etárias, pessoas portadoras de incapacidade ou mobilidade reduzida para a área de intervenção.

Análise de dados recolhidos e elaboração do diagnóstico focando os aspectos das acessibilidades, contexto territorial e demográficos e condições socioeconómicas da população. Anexo ao relatório serão produzidas plantas com identificação das principais tipificações dos problemas detectados que demonstrarão o diagnóstico elaborado.

2. Versão Inicial do Estudo

Entende-se por versão inicial do estudo as orientações e estratégias delineadas que darão origem ao Programa Local de Promoção da Acessibilidade final, depois de submetidas à autarquia e, caso esta o entenda, à explanação pública em sessão convocada para o efeito.

Será um momento importante para fazer alguns ajustes estratégicos face a parâmetros e pretensões que surgem de forma indirecta no processo, mas que a sua integração poderá fazer toda a diferença no produto final.



Figura 1.2 - Locais que consolidaram a história de Vila Franca de Xira

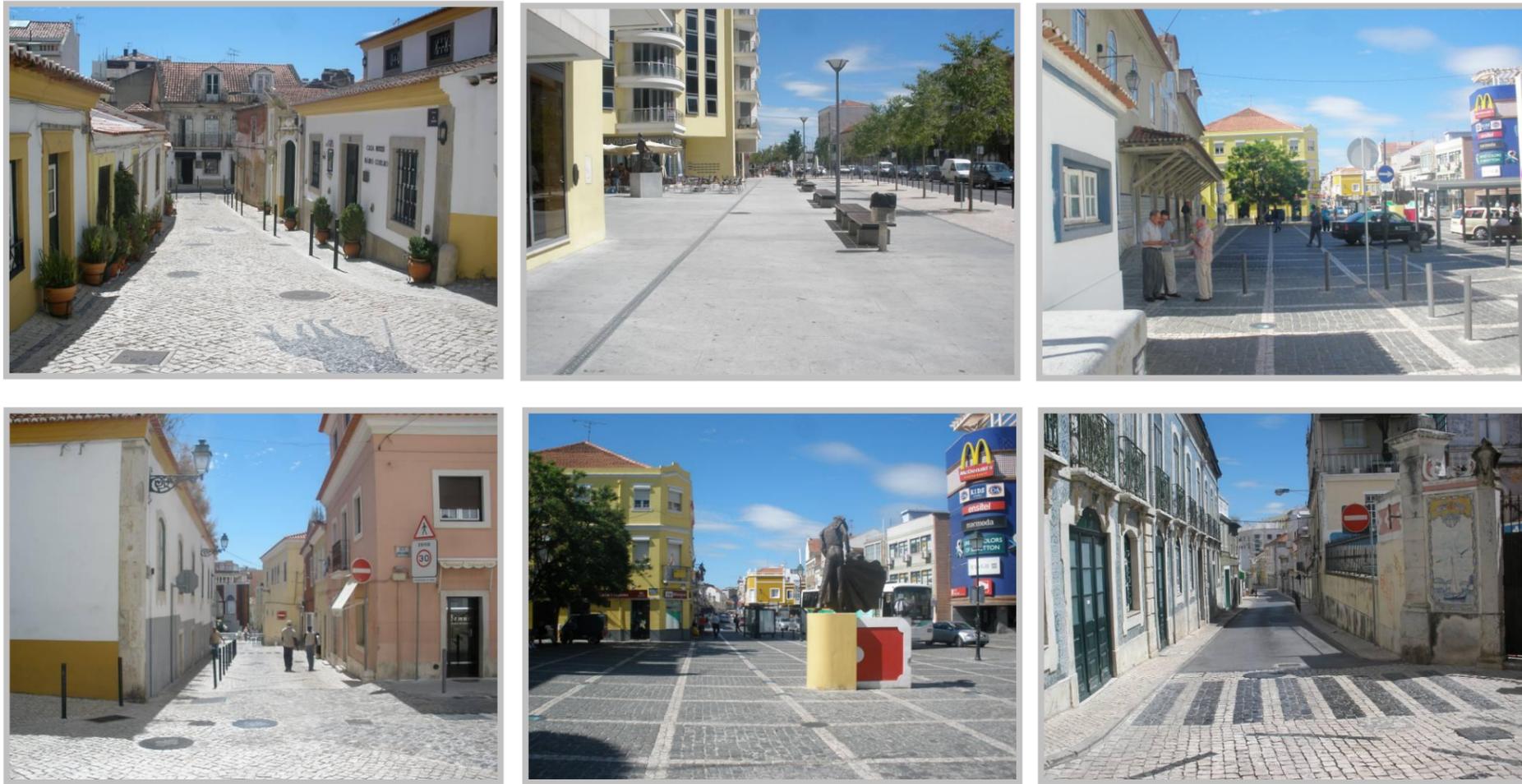


Figura 1.3 - Locais que consolidaram a história de Vila Franca de Xira

3. Versão Final do Estudo - Plano Final

Realização do documento final relativo ao Programa de Promoção da Acessibilidade. Será constituído por uma planta estratégica da acessibilidade que revele a tipificação dos problemas detectados bem como áreas em que a acessibilidade esteja garantida, em suporte SIG, e ainda um documento de execução dessas medidas, a sua calendarização e orçamentação. Por fim, a apresentação do plano à autarquia e posterior aprovação.

Assim, o presente trabalho composto por peças escritas e desenhadas sobre o diagnóstico das condições de acessibilidade das áreas urbanas, espaços edificados e demais temas sectoriais proposto, é apresentado de acordo com os seguintes temas:

- Introdução;
- Âmbito do Projecto;
- Legislação;
- Espaço Público;
- Edificado.

Breve História do Município¹

Datam do Paleolítico Inferior os mais antigos vestígios de ocupação humana deste território. Trata-se de instrumentos de pedra lascada recolhidos em Alverca e junto a Castanheira.

Por alturas da fundação da nacionalidade, existiam duas povoações, Vila Franca e Cira, que mais tarde deram origem ao topónimo do concelho. Em 1206, D. Sancho I doou a então chamada “villa de Cira” a Froilhe Erminges, que outorgaria foral a esta terra em 1212. A designação de Vila Franca de Xira será comum na documentação a partir do século XIV.

Em 1510 o concelho de Vila Franca tinha uma configuração muito diferente da actual, pois algumas das freguesias que hoje o compõem eram na altura municípios autónomos enquanto algumas estavam anexadas a outras terras.

No início do século XIX com as invasões francesas a localização estratégica da área foi posta em relevo com o início da construção no concelho do sistema defensivo, que ficaria conhecido por linhas de Torres Vedras. Ainda no século XIX, teve início a reforma administrativa que viria a dar origem ao actual concelho. Entre 1836 e 1855 foram extintos os concelhos de Povos, Castanheira Alhandra e Alverca, passando Vila Franca de Xira a integrar toda esta área administrativa. Em 1886, com a extinção do concelho de Olivais, a freguesia de Vialonga passou para o de Vila Franca. Finalmente, em 1926, a freguesia de Póvoa de Santa Iria foi também anexada, alargando para Sul a área do município.

¹ BASTOS, Helder *et al*, *Histórias das Freguesias e Concelhos de Portugal*, Vol 19, pp 42, 2004



Figura 1.4 - Locais que consolidaram a história de Vila Franca de Xira

Enquadramento Geográfico²

Situado no Ribatejo, o concelho de Vila Franca de Xira faz fronteira com os municípios de Alenquer, Azambuja, Salvaterra de Magos, Benavente, Loures e Arruda dos Vinhos. É atravessado pelo rio Tejo, em cuja margem direita fica a zona mais acidentada do concelho, mas também a mais populosa e industrializada. Na margem esquerda, encontra-se a lezíria ribatejana.

Este Concelho possui 11 freguesias, distribuídas por uma área de 323,5 Km², e com uma densidade populacional de 379,9 Habitantes/Km².

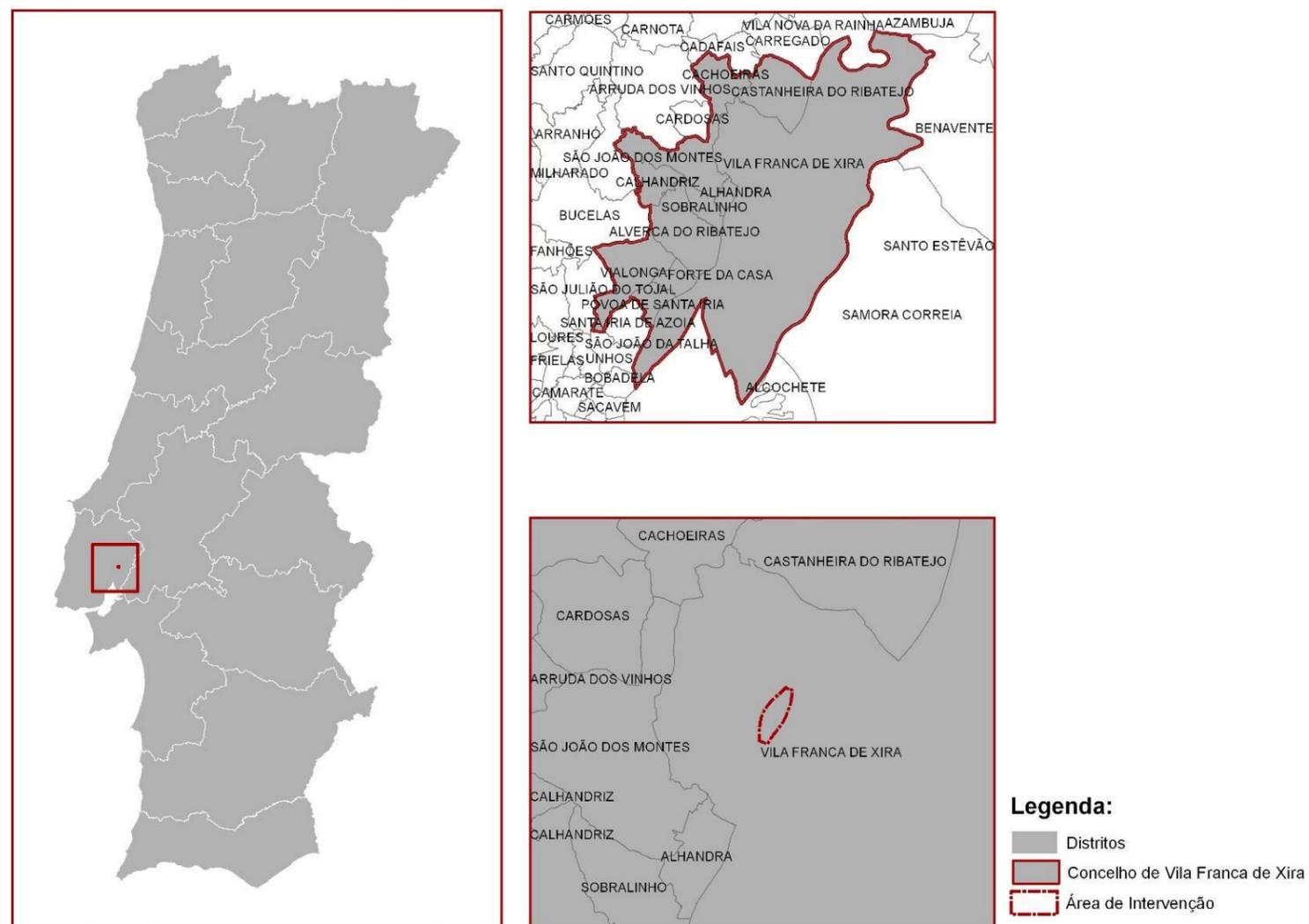


Figura 1.5 - Enquadramento Geográfico de Vila Franca de Xira, a nível nacional, regional e local

^{2 2} BASTOS, Hélder *et al*, *Histórias das Freguesias e Concelhos de Portugal*, Vol 19, pp 42, 2004



Espaço Público

2

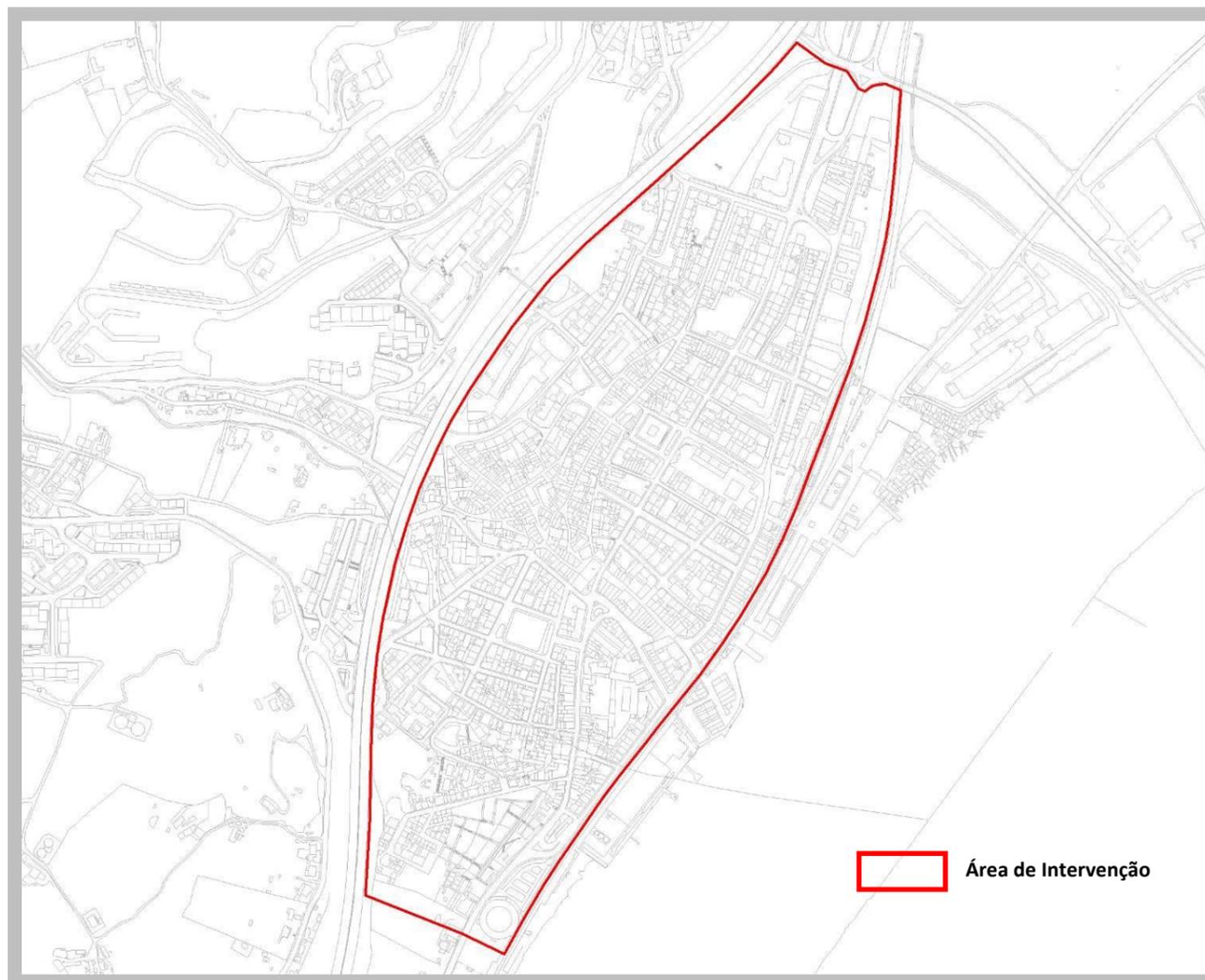


Figura 2.1 - Percurso de Diagnóstico do Plano Local de Promoção da Acessibilidade

2.1 Área de Intervenção

A área em estudo corresponde a Vila Franca de Xira que enquadra uma malha urbana constituída por tipologias de alojamentos maioritariamente plurifamiliar, onde o comércio e principais serviços se encontram instalados e desempenham um papel preponderante de dinamização deste centro urbano.

Abordagem específica sobre as áreas de estudo

A abordagem escolhida para o desenvolvimento do estudo da temática da Acessibilidade para Todos no Espaço Público estrutura-se em duas fases distintas:

Na primeira fase, através da prévia distinção de tipologias de barreiras existentes na via pública (arquitectónicas, urbanísticas ou móveis), é feita a identificação desses obstáculos no território que impeçam o percurso acessível. Desta forma, é possível perceber quais as barreiras com maior incidência no território em estudo.

Na segunda fase, procede-se à definição de áreas específicas e de carácter prioritário, de forma a entender e dar a conhecer os seus principais problemas em matéria de Acessibilidade para Todos, sendo estudadas, para o efeito, duas áreas específicas, sujeitas a esta análise de forma mais pormenorizada e aprofundada.

As áreas específicas, alvo desta abordagem, são o centro histórico da Cidade de Vila Franca de Xira e toda área envolvente a este centro. Este estudo tem de ter em conta a especificidade de cada uma das áreas, e as suas dinâmicas próprias.

Tipologias de Barreiras

Barreiras Arquitectónicas e Urbanísticas			
	Candeeiro de Iluminação Pública		Ciclo-Parque
	Semáforo		Poste com bandeira
	Degrau, Escada ou Rampa		Cabina Telefónica
	Rebaixamento de Passeio		Abrigo de Transportes Colectivos
	Ausência de passeadeira		MUPI
	Ausência de passeio ou passeio subdimensionado		Papeleira
	Pavimento Degradado		Sinal de Trânsito
	Passadeira Mal Dimensionada		Árvore
	Passadeira a Terminar em Estacionamento		Quiosque
	Caldeira de Árvore		Gradeamento
	Marco do Correio		Bola, Prumo ou Meco
	Floreira		Contentor do Lixo
	Parquímetro		
	Armário (EDP, Gás, ...)	Barreiras Móveis Temporárias	
	Boca-de-incêndio		Estacionamento Abusivo
	Gradeamento com Publicidade		Obra ou tapume de obra
	Placa Toponímica		Obstáculo Comercial
	Poste com Floreira		Iluminação de Festas e Romarias

Figura 2.2 - Tipologia de Barreiras

2.2. Diagnóstico das Barreiras à Acessibilidade e Mobilidade para Todos

2.2.1. Diagnóstico por Tipologia de Barreira

Para tornar mais ágil e perceptível o diagnóstico, na temática da Acessibilidade para Todos, recorreu-se a uma análise por “Tipologia de Barreira”, tendo em conta, que se trata da melhor forma de compreender o “estado actual e as necessidades de Acessibilidade e Mobilidade”.

De forma sistematizada, dividiram-se tecnicamente as barreiras em Arquitectónicas/ Urbanísticas e móveis. Por barreiras Arquitectónicas/ Urbanísticas entendem-se as barreiras urbanísticas e arquitectónicas. Por sua vez, as barreiras móveis correspondem ao tipo de objectos que mudam indefinidamente de posição e local e podem traduzir-se em exemplos como automóveis em cima dos passeios, esplanadas desordenadas que ocupam passeios ou mercadorias junto à entrada dos estabelecimentos comerciais.

As barreiras móveis apresentam-se como as mais complexas tendo em conta a constante variação da sua localização. Esta característica dificulta o reconhecimento por parte das pessoas portadoras de deficiência ou incapacidades, na habituação ao percurso.

Simultaneamente, e caso haja vontade por parte da sociedade civil, são as mais fáceis de remover.

Barreiras Arquitetónicas e Urbanísticas**1. Ausência de Passeios e Passeios Subdimensionados**

A inexistência de passeios ou a existência de passeios subdimensionados verificou-se de forma pontual nos arruamentos em estudo da Cidade de Vila Franca de Xira.

Passeios Subdimensionados

A ocorrência de passeios subdimensionados ocorre por exemplo na Rua da Calçada Branca, que se verifica de um dos lados da estrada, sendo que no outro lado não existe passeio. Esta situação compromete a segurança dos peões, que transitam em ambos os lados da rua. Outros exemplos de ruas onde se verifica passeio subdimensionado são: Rua José Maria Ferreira Delgado e Rua Almeida Garrett.

Ausência de Passeios

Adicionalmente, às áreas de passeios de dimensão reduzida, existem algumas áreas onde se verifica a ausência de passeios, o que condiciona a deslocação de todos os peões independentemente da sua maior ou menor capacidade de locomoção.

Relativamente à zona histórica da cidade de Vila Franca de Xira, caracterizada pelas ruas estreitas de acesso simultâneo de automóveis e pessoas, nas plantas de corredores algumas destas ruas são classificadas como inacessíveis por não estarem definidos os passeios de circulação pedonal. Mesmo que partilhadas, este problema poderia ser resolvido com a colocação de sinalização que as identifique ou como vias partilhadas por automóveis ou apenas pedonais.

2. Ausência de passadeiras e respectivos rebaixamentos

Passadeiras

Na área em análise, os locais onde se verificou de forma quase constante, a inexistência de passadeiras, coincide, de forma geral, com os atravessamentos das vias secundárias, relativamente às principais ruas e avenidas. Como é possível verificar nas imagens apresentadas, foram identificadas as necessidades de atravessamento, como tal, a m.pt®, localizou, nas plantas de barreiras anexas, a falta de passadeiras nos locais em que o atravessamento é feito por peões.

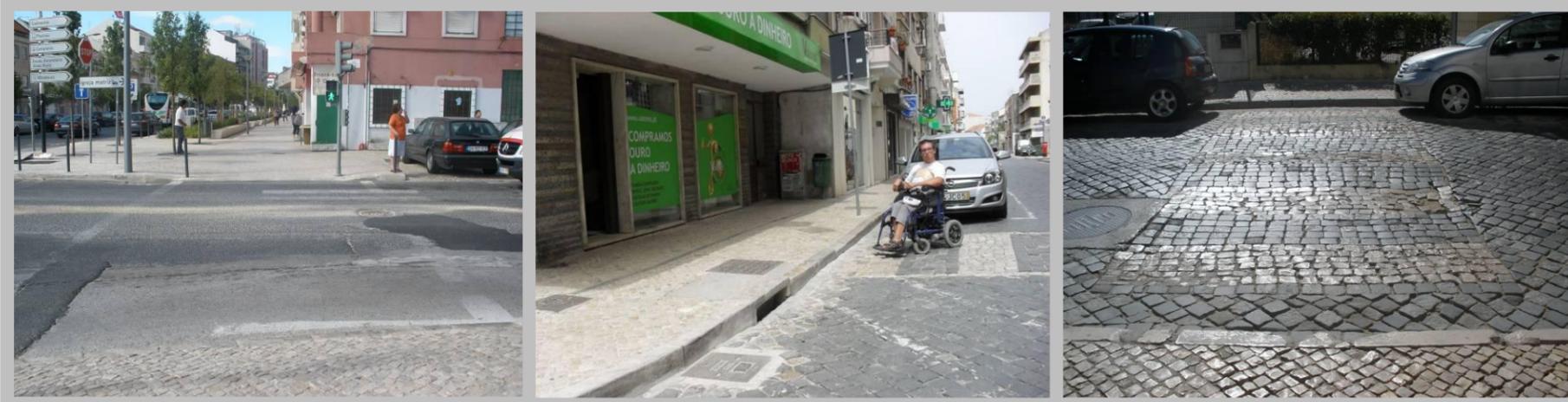
Por vezes, a necessidade de reforço da pintura das passadeiras é necessária, como sinal da sua boa manutenção e segurança do peão, e como tal, também o símbolo de passadeiras foi associado ao local.

Rebaixamentos

O rebaixamento mal construído, pela sua inadequada inclinação, ou a falta destes, aparece como uma barreira recorrente nas ruas da cidade de Vila Franca de Xira. Em alguns dos rebaixamentos existentes não é cumprido o decreto de lei, relativamente à inclinação (máxima de 8%) e altura máxima do lancil de 2 centímetros.

Assim, como é possível verificar nas plantas anexas, os rebaixamentos existentes terão que sofrer uma intervenção ou terão mesmo que ser reconstruídos de forma a facilitar o acesso às ruas da cidade e núcleos urbanos envolventes e criar mais percursos acessíveis.

Por outro lado, é de salientar, que não existe qualquer tipo de informação para invisuais em toda a área analisada, inviabilizando sua a deslocação em segurança.



3. Degrau, Escada e Rampa

Degraus ou Escadas

As escadas ou degraus na Via Pública devem satisfazer o especificado na legislação, nomeadamente a existência de patamares superior e inferior, degraus que cumpram as relações dimensionais dispostas na lei, a existência de corrimãos se as escadas vencerem desníveis superiores a 0,4 metros e, caso a largura da escadaria for superior a 3 metros, ter corrimãos de ambos os lados e um duplo corrimão central.

Por sua vez, as imagens que aqui se apresentam ilustram alguns dos problemas encontrados que, por estarem aquém do especificado na lei, constituem barreiras à acessibilidade para Todos. Estas questões encontram-se assinaladas nas plantas de barreiras do espaço público, com o respectivo símbolo associado.

Estas situações foram diagnosticadas e assinaladas pela equipa técnica por se tratar de acessos a locais públicos e por fazerem parte do percurso acessível existente.

Rampas

As rampas deverão ter a menor inclinação possível, sendo de referir que as que vencerem desníveis superiores a 0,4 metros e tiverem uma largura superior a 3 metros deverão ter corrimãos de ambos os lados ou um duplo corrimão central. Algumas das situações demonstradas necessitam de ser revistas uma vez que constituem barreiras à acessibilidade.



4. Caldeira de Árvore**Caldeira de Árvore**

As caldeiras das árvores existentes na Via Pública não deverão ocupar o percurso acessível, de pelo menos 1,2 metros. Deverão ser, sem exceção, e mesmo que afastadas do percurso acessível, revestidas por grelhas de protecção ou assinaladas por um separador com uma altura superior a 0,3 metros, de forma a permitir a sua diferenciação por pessoas com deficiência visual.

No centro da Cidade e nas áreas periurbanas em estudo foram assinaladas algumas situações de caldeiras de árvores mal posicionadas no espaço público e ainda sem a devida grelha de protecção.

5. Pavimentos Degradados**Pavimentos Degradados**

As áreas urbanizadas devem ser servidas por uma rede de percursos pedonais acessíveis, que proporcionem o acesso seguro e confortável das pessoas com mobilidade condicionada a todos os pontos da sua estrutura activa.

Desta forma, a rede de percursos pedonais acessíveis deve ser contínua e coerente, abranger toda a área urbanizada, tendo em especial atenção o percurso acessível.

As imagens apresentadas são exemplos de pavimentos irregulares e degradados, na Cidade de Vila Franca de Xira, que não permitem que um percurso seja confortável, ou até mesmo acessível. Nestes locais, a acessibilidade a pessoas de mobilidade reduzida, como por exemplo crianças e idosos, é dificultada tornando a orientação da locomoção mais errática ou provocando situações de insegurança para os peões.

6. Candeeiros de Iluminação Pública

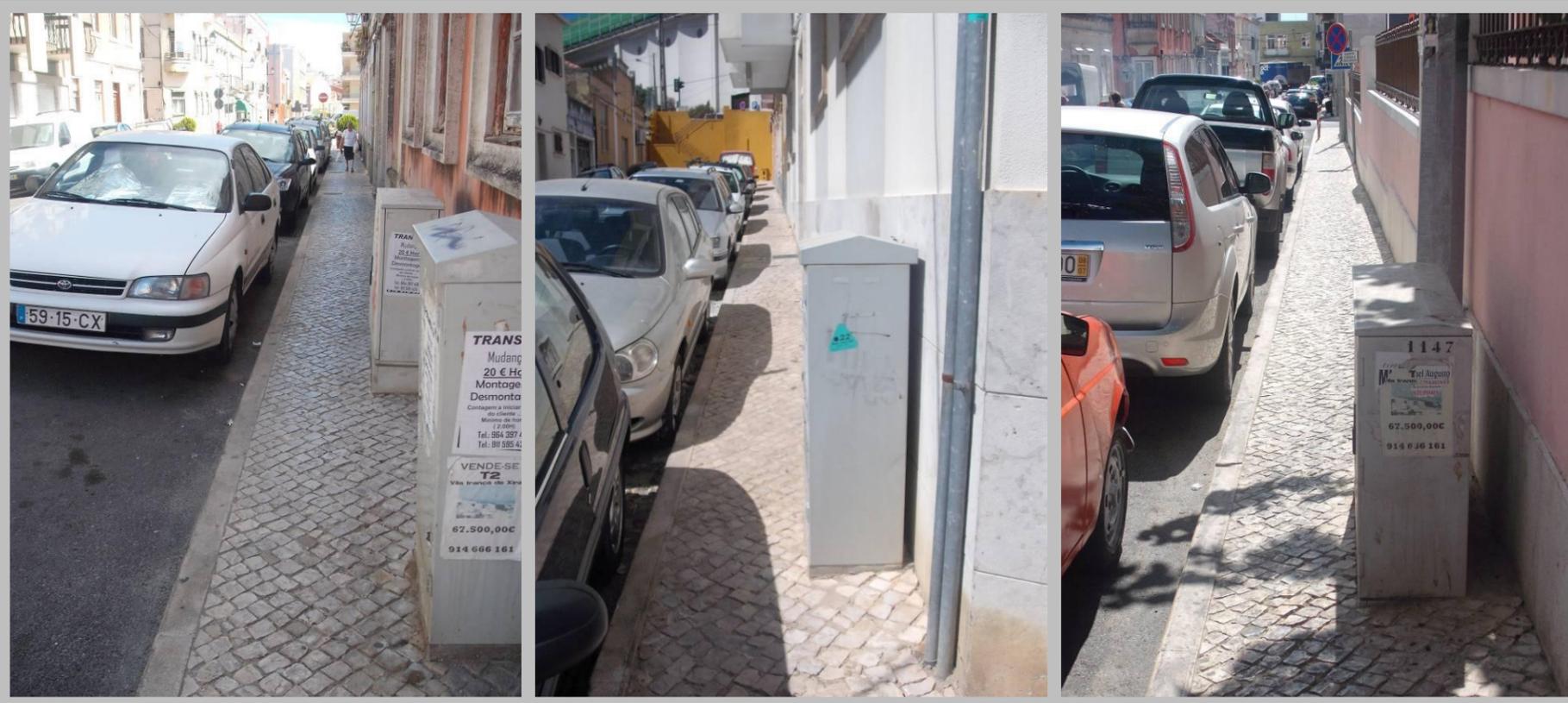


Candeeiros de Iluminação Pública

Foram registados alguns elementos urbanos desta tipologia que não se encontram bem posicionados na Via Pública, dificultando ou até impedindo o percurso acessível.

A colocação dos candeeiros de iluminação pública, quando apoiados em postes enterrados na via pública, não deverá ocupar o percurso acessível de largura mínima de 1,2 metros.

7. Armários



Armários

Os armários de infra-estruturas encontram-se na sua maioria bem localizados pois estão fora dos percursos acessíveis. Contudo, ao longo da área em análise, foram detectados alguns exemplos embora relacionados não só com a largura mínima do passeio existente, mas também dada a sua localização desajustada.

8. Bola, Prumo ou Meco**Bola, Prumo ou Meco**

A localização destes elementos no espaço público constitui uma barreira à acessibilidade dada a sua difícil detecção, causada na maioria das vezes, pelo seu design. Contudo, tem sido usado com o intuito de impedir o estacionamento abusivo, levado a cabo por muitos dos cidadãos que não respeitam as regras de trânsito instauradas.

Contudo, alguns desses elementos, especialmente quando localizados em frente às passagens de peões, ocupam parte dos passeios, não permitindo a passagem de grandes volumes transportados por peões.

Além do exposto, o design destes elementos, por vezes, não permite a sua correcta detecção podendo causar dificuldades no atravessamento destes objectos e desorientação.

Árvores

A localização das árvores nem sempre é a mais apropriada encontrando-se, por vezes, no enfiamento de passeadeiras ou no meio de passeios obstruindo assim a livre passagem dos peões.

9. Árvores

10. Floreiras



Floreiras

As floreiras podem transformar-se em obstáculo ao percurso acessível, quer pelo seu design não inclusivo, quer pela posição que ocupam no passeio, bem como a sua dimensão. Nas imagens contíguas é possível verificar exemplos das situações referidas.

Sinais de Trânsito

A sinalização vertical é um dos elementos essenciais para o bom entendimento das regras de trânsito e interação entre automobilistas e peões. Assim sendo, este elemento deverá estar em harmonia com o percurso pedonal e a visibilidade dos automobilistas, facilitando o entendimento e comunicação entre os mesmos.

Como tal, foram registados alguns elementos que poderiam estar melhor distribuídos e posicionados no espaço, tanto no passeio como em altura, dado que se tratam de objectos de difícil detecção.

11. Sinais de Trânsito



Barreiras Móveis | Temporárias**1. Estacionamento abusivo no passeio****2. Obstáculo comercial****Estacionamento abusivo no passeio**

Um pouco por toda a cidade é possível encontrar situações de estacionamento abusivo nos passeios, cortando radicalmente a acessibilidade a estes percursos. Uma das maiores barreiras das sociedades contemporâneas a todos os portadores de mobilidade reduzida. Problema de falta de fiscalização e nalguns casos de desenho urbano e gestão de tráfego.

Obstáculo comercial

Os obstáculos comerciais causam transtorno à passagem dos peões. As pessoas de mobilidade reduzida, ou com dificuldades temporárias de locomoção, têm dificuldades acrescidas em identificar e desviarem-se destes elementos, tal como as pessoas que apesar de não possuírem limitações físicas transportam objectos volumosos.

Conjunto de arruamentos analisados:**2.2.2. Quadros Resumo das Barreiras**

De forma sistematizada organizou-se o diagnóstico das barreiras por tipologia de Barreira e por Rua.

Os arruamentos analisados foram os seguintes (vistas gerais na figura adjacente):

- Rua António Lúcio Batista
- Rua de Joaquim Pedro Monteiro
- Rua Doutor Miguel Bombarda
- Rua Alves Redol
- Rua Doutor Vasco Moniz
- Rua José Maria Ferreira Delgado
- Rua dos Combatentes da Grande Guerra
- Rua Almeida Garrett
- Rua da Bélgica
- Rua António Maria Eugénio de Almeida
- Rua João de Deus
- Rua Sousa Martins
- Rua da Calçada Branca
- Rua António José de Almeida
- Rua Luís de Camões
- Rua Primeiro de Dezembro

Esta forma de abordagem permite ainda tirar conclusões relativamente às tipologias de barreiras que se detectaram mais frequentemente.

Na tabela seguinte é possível rapidamente verificar o tipo de barreiras existente em cada arruamento da área em análise.

		Plano Local - Vila Franca de Xira																																							
Barreiras	Semáforo	Candeiro de Iluminação Pública	Cabine Telefónica	Abrigo de Transporte Colectivos	Degrau, Escada ou Rampas	MUPI	Papeleira	Rebaixamento de Passadouro	Passadeira	Rebaixamento e Passadeira	Passeio	Sinal de Trânsito	Quiosque	Árvore	Gradeamento	Bolas, Prumos ou Meios	Obstáculo Comercial	Contentor do Lixo	Pavimento Degradado	Caldeira de Árvore	Marco de Correio	Floreira	Máquina de Parcômetro	Estacionamento Abusivo no Passeio	Obra Particular ou Tapume	Armários	Bocas-de-incêndio	Iluminação das Festas Romarias	Passadeira mal dimensionada	Passadeira a terminar	Estacionamento	Gradeamento com Publicidade	Cicloparque	Placa Toponímica	Poste com Floreira						
	Ruas	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Falta	Inclinação ou lançamento superior ao estabelecido no DL 163/2006	Re-marcagem	Proposta de atravessamentos	Falta	Dimensão inferior ao estabelecido no DL 163/2006	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Pavimento Irregular	Não Protegidas	Sem Árvores	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização	Localização				
Rua António Lúcio Batista										X	X																														
Rua de Joaquim Pedro Monteiro					X					X	X		X							X																	X				
Rua Doutor Miguel Bombarda							X				X	X																													
Rua Alves Redol							X						X								X			X																	
Rua Doutor Vasco Moniz								X	X				X																												
Rua José Maria Ferreira Delgado					X						X									X						X															
Av. dos Combatentes da Grande Guerra										X									X									X													
Rua Almeida Garrett																										X															
Rua da Bélgica										X			X								X																				
Rua António Maria Eugénio de Almeida										X	X						X					X	X		X																
Rua João de Deus										X		X																													
Rua Sousa Martins										X	X	X								X																					
Calçada da Costa Branca					X					X		X																													
Rua António José de Almeida										X		X					X																								
Rua Luís de Camões							X			X		X																													
Rua Primeiro de Dezembro							X			X	X									X																					

Figura 2.3 - Quadro sistematizado das barreiras georreferenciadas por arruamento

2.2.3. Análise dos Percursos Acessíveis

Após a análise das tipologias de barreiras presentes no território em causa, tanto arquitectónicas e urbanísticas como as consideradas temporárias e móveis, o resultado apresenta-se agora na forma de desenho dos dois tipos de percursos, acessível (representado a verde) e inacessível (a vermelho).

Analisando a Figura 2.4, a área em estudo apresenta alguns percursos que foram considerados acessíveis, sendo que a sua maioria se localizam numa zona pedonal. Os restantes possuem a largura mínima exigida pela legislação em vigor, para a via pública, livre de obstáculos, favorável a uma boa circulação do peão.

Contudo, foi possível verificar que muitos desses troços são interrompidos por atravessamentos inacessíveis, o que provoca a perda de continuidade e o sentido de circuito seguro e confortável para Todos. A maioria das interrupções nos percursos acessíveis deve-se à inacessibilidade das passagens de peões: falta de rebaixamentos nos passeios que dão acesso as passeadeiras ou falta de passeadeira.

Em vários pontos do território encontraram-se uma série de percursos não acessíveis, correspondendo à falta de passeios, ou à existência de passeios subdimensionados, ou pavimento degradado que não permite a movimentação. No entanto é predominante a falta de respectivos rebaixamentos nas passeadeiras, o que se materializa numa descontinuidade no percurso acessível.

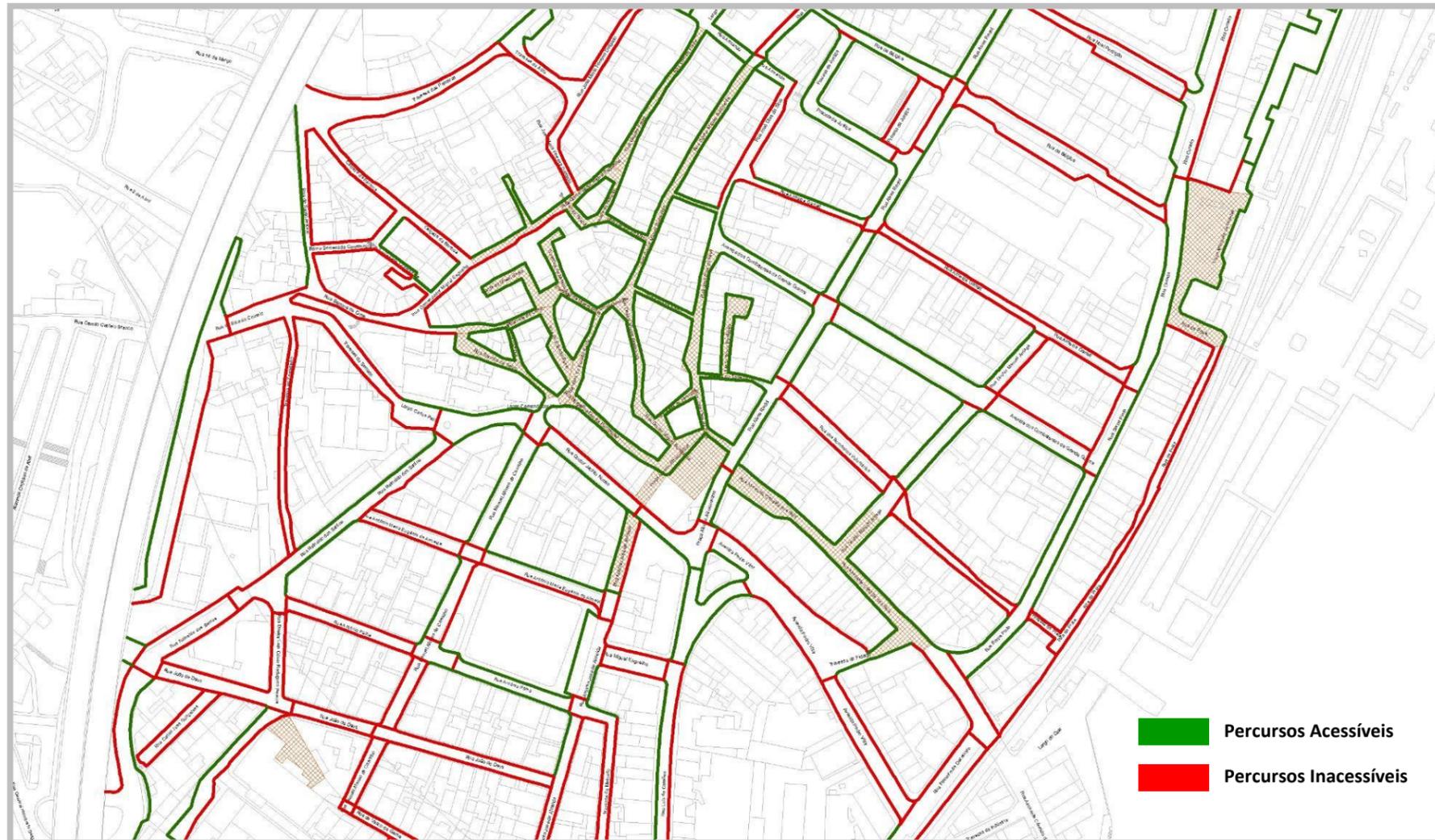


Figura 2.4 - Percursos da Cidade de Vila Franca de Xira



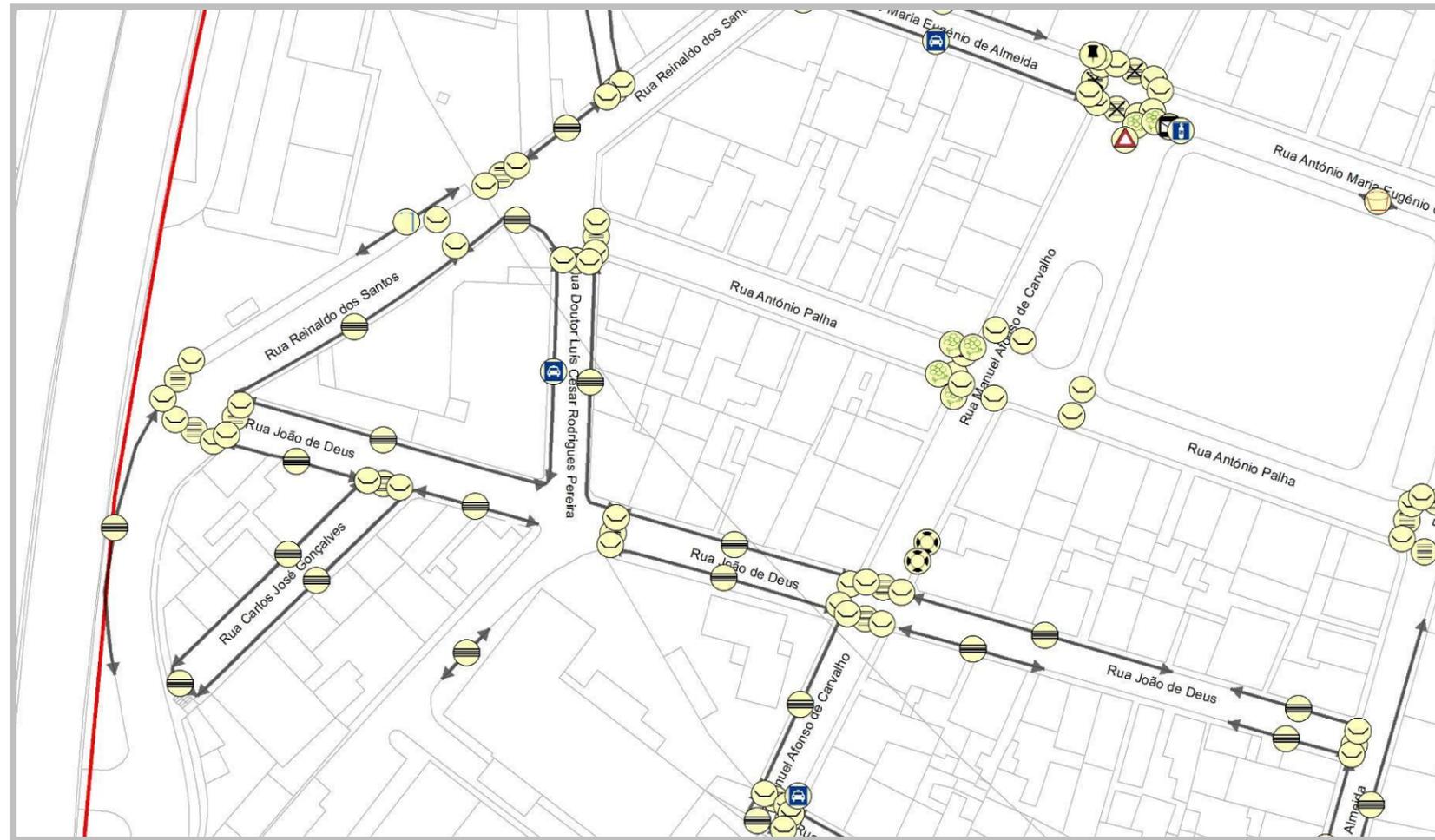


Figura 2.5 - Extracto da planta de barreiras e exemplos de barreiras

Nos percursos em análise, o estacionamento abusivo, floreiras e mecos, surgem em alguns locais como obstáculo à mobilidade, dada a sua localização no meio do percurso ou pela sua dimensão que dificulta ou impossibilita o fluxo normal das pessoas. O principal problema da área em estudo foram os passeios subdimensionados, pavimento degradado e a falta de passadeiras e/ou respectivos rebaixamentos.

De referir também que foram identificadas todas as barreiras que apesar de não impedirem o percurso acessível, a sua localização condiciona o fluxo normal de circulação, para além de dificultar a sua detecção por parte das pessoas com incapacidade visual. São disso exemplo os candeeiros de iluminação pública no meio do percurso, os mecos, semáforos e todo o tipo de barreiras localizadas no enfiamento de passadeiras.

Este diagnóstico irá permitir que se identifiquem rapidamente as áreas mais problemáticas na temática da Acessibilidade para que, de uma forma organizada e hierarquizada, se possam realizar as intervenções que se revelarem oportunas para suprimir as barreiras no território.





Figura 2.6 - Exemplos de disposição de mobiliário urbano

2.3. Outras Orientações – Aumento do nível de qualidade da acessibilidade

2.3.1. Localização de Mobiliário Urbano

No seguimento do levantamento efectuado no Espaço Público no concelho de Vila Franca de Xira, foram identificados e georreferenciados determinados elementos urbanos. Estes, que apesar de se encontrarem muitas vezes fora do percurso acessível de 1,2 m ou 1,5 m, não podemos deixar de os mencionar, já que continuam a ser perigosos para alguns transeuntes, cujos padrões de locomoção são menos lineares e mais erráticos. Falamos particularmente de idosos, crianças, indivíduos com incapacidades sensoriais e até de pessoas com dificuldades de deslocação momentânea. Toda esta problemática tem a ver, obviamente, com a má organização do espaço: por um lado, a deficiente gestão do espaço público que defina as principais orientações, por outro, o incumprimento eficaz das leis. A não organização do espaço público e dos elementos urbanos que dele fazem parte poderão levar à criação de Cidades e Vilas não pensadas e não desejadas.

No entanto, é possível a colocação de todos os elementos do mobiliário urbano, que normalmente se vêem no espaço público, nos seus devidos lugares. Esta metodologia proporcionará, assim, espaços absolutamente organizados em que é privilegiada a circulação do peão de uma forma mais intuitiva e fluida, sem elementos surpresa que de alguma forma dificultem o percurso acessível.



Figura 2.7 - Exemplos de disposição de mobiliário urbano

Assim, apesar de que não interromperem o percurso acessível, situações como as que estão apresentadas nas imagens adjacentes, e localizadas nas plantas anexas, serão de evitar, criando para isso os canais ou ilhas de infra-estruturas onde é possível colocar todo o mobiliário urbano.

Dois exemplos de possíveis barreiras urbanísticas são os candeeiros e os sinais de trânsito. Relativamente à localização de candeeiros de iluminação pública nas fachadas dos edifícios evitando assim a ocupação do canal de circulação com mais um tipo de mobiliário urbano. Solução ideal para vias de perfis de reduzida dimensão. Quanto à colocação da sinalização vertical o mais próximo possível das fachadas dos edifícios. A altura do sinal deverá estar compreendida entre 2,20m e 2,40m.

Os contentores do lixo e/ou ecopontos, devem ser localizados – preferencialmente – em zonas próprias evitando, assim, interferir com a circulação pedonal e adjacentes ao passeio. Quando tal não for possível, devem ser posicionados de modo a garantir um percurso acessível de, pelo menos, 1.20m.

2.3.2. Design Inclusivo

Os MUPI, peças de mobiliário urbano cada vez mais frequente nas cidades, devem assumir um design adequado, respeitando as características formais de design inclusivo, e localizados para não constituírem um obstáculo à mobilidade. Os MUPI devem ser facilmente identificados, e detectados, pelos cegos. Facto que justifica a necessidade de investir em formas monobloco e sem afunilamentos junto ao piso.

Os prumos ou mecos, apesar de serem um assumido obstáculo à mobilidade, são usados frequentemente em função do seu carácter utilitário. Não sendo possível evitar a sua colocação, os mesmos devem possuir características que os tornem facilmente detectáveis, estar colocados fora do percurso acessível e ter um design capaz de reduzir os riscos a quem, eventualmente, choque com eles. Aconselha-se que a forma do prumo ou meco seja inversa à forma da perna humana – mais largos junto ao piso e ligeiramente afunilados no topo. As cabinas telefónicas, embora estejam colocadas fora do percurso acessível, deverão poder ser utilizadas por todos, inclusivamente por um utilizador em cadeira de rodas.

As papeleiras não devem ter arestas vivas, devem ser monoblocos sem afunilamentos junto ao piso. Na maioria dos casos na área de intervenção deparamo-nos com papeleiras que se encontram suspensas em candeeiros de iluminação pública ou em barras de apoio. Alerta-se para a correcção deste erro comum. Ao estar suspensa a papeleira não é detectada pela ponteira auxiliadora dos cegos e, muitas vezes, é ignorada por peões mais distraídos.

Porém, fica a advertência para a necessidade de correcta localização. Uma má localização poderá transformar estas peças em perfeitos obstáculos à mobilidade para todos.



Figura 2.8 - Exemplos de disposição de mobiliário urbano



Edificado

3

3.1 Introdução

A elaboração do Plano Local de Promoção da Acessibilidade de Vila Franca de Xira integra também o estudo da acessibilidade em matéria do edificado. Percorrer a cidade livremente é um dos desígnios da cidade. Uma cidade com uma estrutura sem continuidade é a negação da liberdade, um dos maiores requisitos que as cidades democráticas devem possuir.

Assim, reorganizar, esboçar e projectar espaços é garantir continuidades, é incluir crianças, grávidas, mães com carrinhos de bebé, deficientes de cadeira de rodas, invisuais, idosos e pessoas temporariamente incapacitadas. Estas pessoas representam cerca de 60% da população total (Secretariado Nacional de Reabilitação, 1994), por isso é essencial fomentar a mobilidade integrada.

O acto de liberdade que está implícito no desenho da cidade e no âmbito deste projecto deve estar presente no edificado, nas suas soluções e funcionalidades. Outorgando o princípio, de que a Arquitectura deve servir o Homem e ser funcional, o construído revela-se uma peça fundamental na criação de uma cidade acessível a todos e sem limites de mobilidade.

Neste contexto, verificando as diversas escalas entre o Homem e as formas construídas é iminente analisar e diagnosticar os problemas inerentes aos edifícios, designadamente os de utilização pública. Assim, alguns edifícios que representam serviços importantes no contexto da cidade são analisados neste Plano.

3.2 Metodologia de Abordagem

O relatório de análise das condições de Acessibilidade dos edifícios públicos solicitados para análise pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira é agora apresentado no presente capítulo.

A metodologia utilizada consistiu na análise em campo de todos os equipamentos, utilizando fichas de apoio, notas complementares, fotos, vídeos, entre outros, de modo a permitir posteriormente o estudo mais detalhado em gabinete.

A análise de cada edifício ou equipamento é exposta em relatório, tipo tabela, dividida em duas colunas que integram o levantamento fotográfico e o diagnóstico do edifício.

O diagnóstico teve a seguinte abordagem:

- 1 - Identificação do edifício (Localização e descrição de funções);
- 2 - Acesso exterior ao edifício, público e privado;
- 3 - Acesso ao edifício (portas principais);
- 4 - Distribuição no edifício;
- 5 - Acesso a dependências e instalações
- 6 - Dependências e sinalética.

Os problemas encontrados no edificado são verificados segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto que regula a promoção da acessibilidade como elemento essencial na qualidade de vida das pessoas.

3.3 Análise das Condições do Edificado

Os edifícios públicos solicitados para análise pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira são os seguintes:

- Atendimento SMAS
- Biblioteca Municipal
- Bombeiros Voluntários
- Câmara Municipal
- Casa da Juventude
- Casa Museu Mário Coelho
- Centro de Emprego
- Centro de Saúde
- Departamento de Habitação Norte
- Departamento de Habitação Sul
- Edifício DHSAS
- Edifício Manuel de Arriaga
- Estação de Comboios
- Finanças
- Hospital de Vila Franca de Xira
- Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira
- Museu de Arte Sacra
- Museu do Neo-Realismo
- Museu Municipal
- Pateo da Câmara Municipal
- PSP
- Quinta da Mina
- Tribunal 1º Juízo Cível
- Tribunal da Família
- Tribunal do Trabalho
- Varandas da Lezíria

Todos estes equipamentos serão analisados nos relatórios que a seguir se apresenta.



Figura 3.1. Equipamentos públicos alvo de análise.

Identificação

Designação: Atendimento SMAS, Vila Franca de Xira

Localização: Rua Almirante Cândido dos Reis

Descrição, Função ou Uso do Edifício: É um serviço público de interesse local que tem por objecto a captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo, bem como a recolha, drenagem e o tratamento das águas residuais produzidas no Concelho.



3.3.1

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



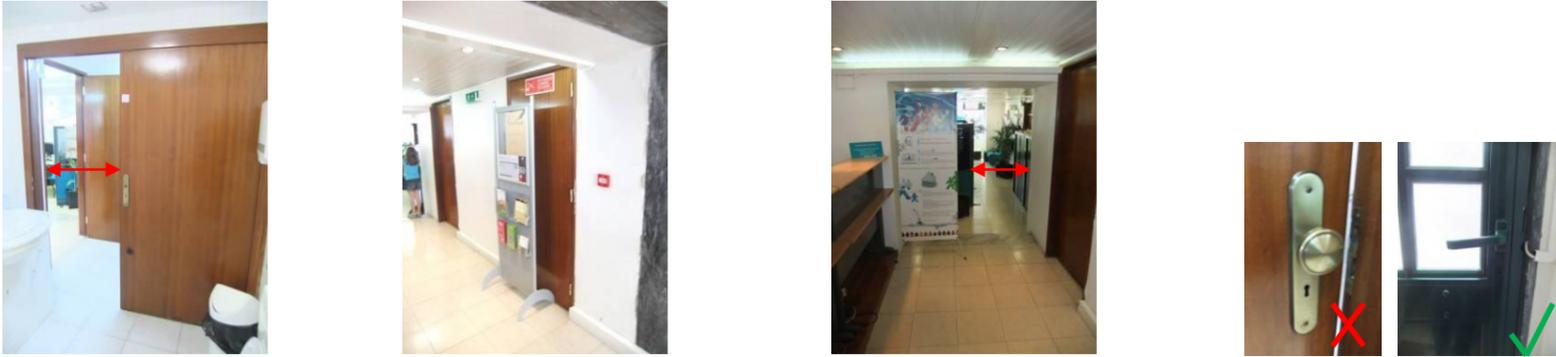
Acesso exterior ao edifício

- Este espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo situa-se numa área pedonal, num espaço nivelado. Os acessos pavimentados são compostos por um material regular, mas escorregadio. **(Nível 2)**
- Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano existente direcciona-se para um design não inclusivo, como floreiras e bancos. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- Existe uma valeta mesmo na entrada do edifício que não permite o fácil acesso. **(Nível 3)**
- A porta de entrada tem 0.90m de largura e é automática, regulamentar. **(Nível 1)**
- A soleira tem 0.01m de altura, regulamentar. **(Nível 1)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este estabelecimento desenvolve-se num só piso e existem desníveis no interior vencidos por degraus isolados. Estes degraus têm dimensões regulamentares. (Nível 2) - Os corredores, átrios e espaço de distribuição têm larguras regulamentares. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - As portas interiores de acesso às dependências têm largura regulamentar. (Nível 1) - O design dos puxadores das portas nem sempre está direccionado para um design inclusivo, tornando difícil um manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - As dependências têm a disposição do mobiliário de forma organizada o que permite espaços de passagem e de manobra. (Nível 1) - Não existe Instalação Sanitária dirigida a pessoas com Mobilidade Reduzida, contudo existe espaço para adaptação e colocação dos respectivos equipamentos. (Nível 3) - O balcão de atendimento da tesouraria tem 1,17m de altura e não tem rebaixamento, no entanto os restantes balcões de atendimento têm alturas regulamentares e são vazados. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta uma localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

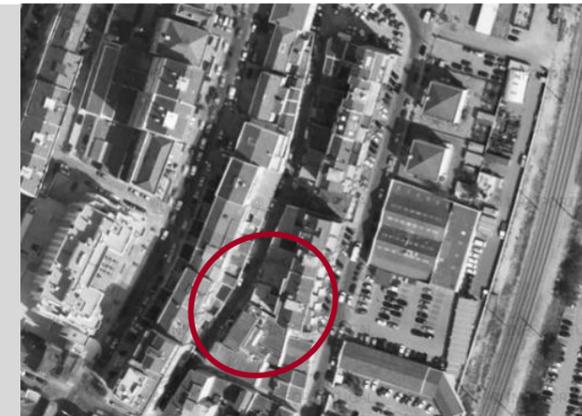
Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 2
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	Nível 2
▪ Dependências	Nível 3
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira

Localização: Rua do Curral

Descrição, Função ou Uso do Edifício: espaço de acesso ao conhecimento através da consulta e requisição de livros vídeos e outros formatos.



3.3.2

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- Os passeios não possuem um vão útil regulamentar, devido ao seu mau dimensionamento ou à má localização de mobiliário urbano, como floreiras, mecos, bancas comerciais ou estacionamento abusivo. **(Nível 2)**
- Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- Não existem passadeiras. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A porta de entrada no edifício é de folha dupla e só apresenta um vão útil com largura superior ao mínimo regulamentar quando abertas ambas as usas folhas. A sua soleira tem uma altura superior ao máximo regulamentar de 0.02m. **(Nível 3)**
- O puxador apresenta um design não inclusivo que dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - O edifício organiza-se em 2 pisos. O acesso ao piso superior pode ser feito através de escadas e elevador. As escadas possuem degraus com dimensões regulamentares, faixa antiderrapante e patamar intermédio. (Nível 1) - As escadas têm degraus com medidas regulamentares, bem como corrimão a altura regulamentar. No entanto o mesmo não se verifica no seu vão útil que apresenta largura inferior ao regulamentar. (Nível 2) - A circulação horizontal nem sempre cumpre vão útil com largura regulamentar devido à má localização de mobiliário. (Nível 2) - O elevador não possui medidas regulamentares. (Nível 2)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem várias portas com medidas inferiores ao mínimo regulamentar de 0.77m. As portas de folha dupla, apenas atingem o mínimo regulamentar quando abertas ambas as folhas. (Nível 3) - O design dos puxadores em forma de maçaneta dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existe instalação sanitária para pessoas com mobilidade reduzida, no entanto não se encontra devidamente equipada, pois apenas possui barras de sanita. (Nível 2) - O balcão de atendimento ao público possui uma zona rebaixada a uma altura regulamentar, no entanto encontra-se ocupada. (Nível 2)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar de algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira

Localização: Rua António Lúcio Batista

Descrição, Função ou Uso do Edifício: Tem como objectivo atender e socorrer os cidadãos do concelho.



3.3.3

Registo Fotográfico



Diagnóstico do Edifício

Acesso exterior ao edifício

- O espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo tem os acessos pavimentados com um material irregular. Os passeios são abrangentes. **(Nível 2)**
- Existe passeira e os passeios adjacentes têm rebaixamentos. **(Nível 1)**
- Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A cota interior dos vários edifícios é mais elevada que a do exterior. Esta diferença de cotas é feita por meio de escadas e rampas. **(Nível 2)**
- As rampas de acesso à entrada principal têm inclinação e dimensões regulamentares, faltando somente as faixas contrastantes. **(Nível 2)**
- As escadas de acesso à entrada principal têm dimensões regulamentares e o corrimão está a 0.90m de altura. **(Nível 1)**
- Mesmo antes da porta de entrada principal, existe uma rampa de acesso com dimensões e inclinação regulamentares. **(Nível 1)**
- A entrada principal é feita por uma de folha dupla. A porta simples tem 0.94m de largura, regulamentar. **(Nível 1)**
- Existe uma entrada secundária, pública, de acesso directo ao bar, a qual é antecedida por dois degraus. A porta é composta por duas folhas de abrir que estão sempre abertas com 1.40m de largura total. Tem uma soleira de 0.02m, regulamentar. **(Nível 1)**
- Os puxadores são de alavanca e por isso regulamentares pois permite o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 1)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este edifício estrutura-se em 2 pisos e existe um meio piso. O acesso aos diferentes pisos é feito somente por escadas. (Nível 3) - As escadas têm dimensões regulamentares e o corrimão é unilateral e está a 0.90m de altura. As escadas não têm faixas antiderrapantes nem cor contrastante, não regulamentar. (Nível 2) - Existem umas escadas secundárias, situadas na entrada secundária e que dá acesso directo ao bar. Estas escadas têm dimensões não regulamentares. (Nível 3) - Os corredores, átrios e espaço de distribuição são amplos. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem portas interiores com 0.75m de largura, inferior à largura mínima regulamentar (0.77m). (Nível 3) - A porta das instalações sanitárias dirigida a pessoas com mobilidade reduzida é de correr e permite um vão útil de 0.80m, regulamentar. (Nível 1) - O design dos puxadores das portas nem sempre está direccionado para um design inclusivo, tornando difícil um manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - As dependências têm a disposição do mobiliário de forma organizada o que permite espaços de passagem e de manobra. (Nível 1) - Existe Instalação Sanitária dirigida a pessoas com Mobilidade Reduzida, contudo apresenta-se incompleta devido à falta de betoneira de alarme, a torneira não é de alavanca, o espelho e o lavatório não são reguláveis. A luz é de acender pelo exterior. (Nível 2) - Os balcões de atendimento não têm altura não regulamentar. Balcão da recepção: 1.03m de altura. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta uma localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 2
▪ Acesso ao Edifício	Nível 2
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	Nível 2
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (Paços do Concelho)

Localização: Praça Afonso Albuquerque

Descrição, Função ou Uso do Edifício: espaço destinado à administração, gestão e atendimento dos diferentes assuntos de ordem municipal.



3.3.4

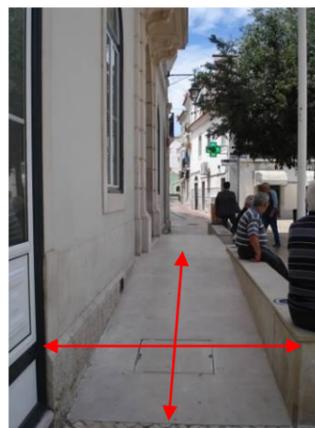
Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- Os passeios exteriores são pavimentados num material muito escorregadio. **(Nível 3)**
- O espaço envolvente é amplo e nivelado. **(Nível 1)**
- Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, na proximidade do edifício. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A entrada no edifício está a uma cota ligeiramente superior. Esse desnível é vencido com escadas com degraus de dimensões regulamentares, mas sem faixa antiderrapante e de aproximação visual em textura e cor contrastante. Verifica-se ainda a ausência de corrimão. **(Nível 3)**
- A rampa de acesso à entrada no edifício possui inclinação superior ao máximo regulamentar. Verifica-se ainda a ausência de corrimão e de faixa de aproximação em material de textura e cor contrastante. **(Nível 3)**
- A porta de entrada da antecâmara é automática e tem vão útil com largura superior ao mínimo regulamentar. **(Nível 1)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - O edifício organiza-se em rés-do-chão e 3 pisos. A circulação vertical faz-se através de escadas e elevador. (Nível 1) - As escadas possuem degraus com medidas regulamentares e altura de corrimão correcta, no entanto deve existir em ambos os lados das escadas. Verifica-se ainda a presença de faixa antiderrapante em textura e cor contrastante. (Nível 2) - O elevador possui todas as medidas regulamentares. (Nível 1) - A circulação horizontal cumpre sempre o mínimo regulamentar de 1,2m. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem várias portas que têm vão útil com largura inferior ao mínimo regulamentar de 0.77m. (Nível 3) - O design dos puxadores em forma de alavanca facilita o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - A instalação sanitária para pessoas com mobilidade reduzida não está totalmente equipada, uma vez que apenas tem barras na sanita. (Nível 2) - Existem balcões de atendimento que não possuem uma zona rebaixada que permita o correcto atendimento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) - A disposição do mobiliário por vezes impossibilita a circulação de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;">   </div>	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar de algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 2
▪ Acesso ao Edifício	Nível 2
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

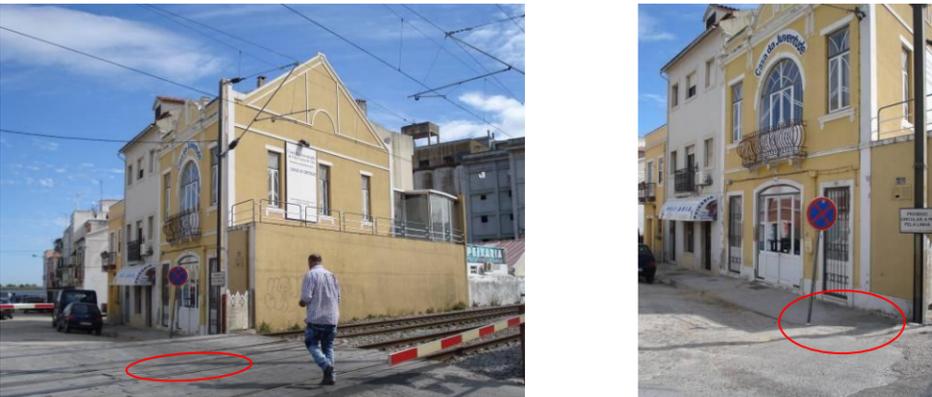
Designação: Casa da Juventude de Vila Franca de Xira

Localização: Rua Almirante Cândido dos Reis

Descrição, Função ou Uso do Edifício: A casa da Juventude é um espaço que dedica a sua actividade aos jovens do Concelho procurando, de forma abrangente, dar visibilidade aos seus projectos e iniciativas, promovidas quer de forma associativa ou individual.



3.3.5

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Acesso exterior ao edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os pavimentos e percursos são irregulares e em algumas situações as dimensões e os acessos não são regulamentares. (Nível 3) - Não existe lugar de estacionamento dirigido a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) - O mobiliário urbano não tem um design inclusivo. (Nível 3)
	<p>Acesso ao edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - A porta de entrada para o edifício é de folha dupla, com um vão livre de 1,42m, dimensão não regulamentar. (Nível 3) - A soleira (0,15m) da porta da entrada é não regulamentar, altura superior ao máximo regulamentar 0,02m. (Nível 3) - Os puxadores das portas não têm o design mais indicado dificultando a utilização a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este edifício tem dois pisos, sendo o primeiro piso aberto ao público e o segundo a zona de gabinete e atendimento. Não existe elevador. (Nível 3) - A zona de percurso é ampla e não existe mobiliário a condicionar os percursos. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - As dimensões das portas interiores são regulamentares. O vão das portas varia de 0,84m a 0,90m. (Nível 1) - Nem todos os puxadores das portas têm o design mais indicado para uma utilização facilitada e apropriada a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 2)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento feito através de secretária, regulamentar, pois facilita a aproximação de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1) - Não existe mobiliário a condicionar o percurso na sala. (Nível 1) - Não existe Instalação Sanitária dirigida a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - A sinalética é quase nula. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	Nível 2
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Casa Museu Mário Coelho

Localização: Travessa do Alecrim - Vila Franca de Xira

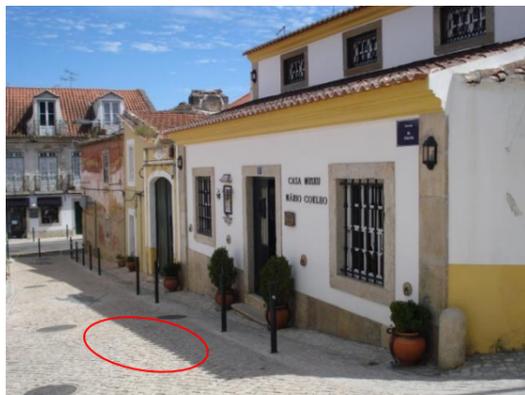
Descrição, Função ou Uso do Edifício: Casa onde nasceu o toureiro Mário Coelho agora transformada em museu é um ponto de visita obrigatório para os aficionados em touradas.



3.3.6

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- Não existem passeios nem passadeiras nas proximidades do edifício. **(Nível 3)**
- Os pavimentos e percursos são irregulares e em algumas situações as dimensões e os acessos não são regulamentares. **(Nível 3)**
- Não existe um lugar de estacionamento dirigido a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano não tem um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A porta de entrada para o edifício é de folha dupla, com um vão livre de 1,06m, não regulamentar. **(Nível 3)**
- Existem dois degraus na entrada para a porta, dificultando o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- Os puxadores das portas não têm o design mais indicado dificultando a utilização a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento é feito por um balcão não regulamentar de 1,15m de altura, não rebaixado nem vazado, dificultando a aproximação a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) - Não existem Instalação Sanitária para pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - A sinalética neste edifício é nula. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	
▪ Acesso a Dependências	
▪ Dependências	Nível 3
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Centro de Emprego de Vila Franca de Xira

Localização: Rua Dr. Manuel De Arriaga

Descrição, Função ou Uso do Edifício: O Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P. ou simplesmente IEFP) é um organismo do Estado Português de abrangência nacional, que tem como missão combater o desemprego através da gestão de empregos e formação profissional.



3.3.7

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- O espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo tem os acessos pavimentados com um material irregular, passeios abrangentes, contudo nem sempre é nivelado. **(Nível 2)**
- Não existe estacionamento destinado a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano existente direcciona-se para um design não inclusivo, como mecos de protecção, sinalização vertical e iluminação. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- Existe umas escadas e uma rampa de acesso à entrada do edifício.
- A rampa tem largura inferior à estipulada em regulamento e por isso não é regulamentar. Não possui corrimão somente guardas que têm 1.05m de altura. **(Nível 3)**
- A porta de entrada é composta por duas folhas e cada folha tem 0.80m, largura inferior à largura mínima regulamentar. **(Nível 3)**
- Existe uma soleira com 0.03m de altura, não regulamentar. **(Nível 3)**
- Os puxadores são de alavanca e por isso possibilita o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 1)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este edifício desenvolve-se em cinco pisos. Somente o piso 0 e o piso 1 são de atendimento ao público. O acesso aos pisos faz-se através de elevador e de escadas. (Nível 1) - As escadas não são regulamentares, devido à sua largura que é inferior à estipulada em regulamento. (Nível 3) - A cabine do elevador tem dimensões regulamentares. O corrimão está a altura regulamentar. Os botões interiores têm alto-relevo e escrita Braille. A porta é automática e tem largura regulamentar. (Nível 1) - Os corredores, átrios e espaço de distribuição são amplos. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem portas interiores de acesso a dependências que não são regulamentares devido à sua largura, pois têm dimensão inferior a 0.77m (estipulado em regulamento). (Nível 3) - O design dos puxadores das portas está direccionado para um design inclusivo, tornando acessível o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - As dependências têm a disposição do mobiliário de forma organizada o que permite espaços de passagem e de manobra. (Nível 1) - Existe Instalação Sanitária dirigida a pessoas com Mobilidade Reduzida, que é a geral, contudo está incompleta devido à falta da torneira de alavanca e as barras não são reguláveis. (Nível 2) - Os balcões de atendimento não têm dimensões regulamentares. Balcão da recepção: 0.73m; Balcão de atendimento: 0.75m. (Nível 3) - Existe atendimento automático. (Nível 1)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta uma localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 2
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	Nível 2
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Centro de Saúde de Vila Franca de Xira

Localização: Rua 1º de Dezembro

Descrição, Função ou Uso do Edifício: Local onde se presta uma atenção primária de saúde a indivíduos e famílias, considerando estas como elementos de uma comunidade com os seus problemas, necessidades e comportamentos.



3.3.8

Registo Fotográfico



Diagnóstico do Edifício

Acesso exterior ao edifício

- O espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo tem os acessos pavimentados com um material irregular. Os passeios são abrangentes. **(Nível 2)**
- Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Acesso ao edifício

- Existe um patamar que antecede a entrada do edifício com altura compreendida entre 0.04m e 0.08m, não regulamentar. **(Nível 3)**
- A porta de entrada do edifício é dupla e o tem 0.96m de largura, regulamentar. O acesso é de nível. **(Nível 1)**



Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este edifício estrutura-se em três pisos. O acesso aos restantes pisos é somente feito por escadas. (Nível 3) - As escadas de acesso aos diferentes pisos não são regulamentares devido à sua largura. O corrimão também não está a altura regulamentar e é unilateral. (Nível 3) - Existem corredores com 1.08m de largura e com extensão de 9m aproximadamente, não regulamentares. (Nível 3) - Não existe elevador. (Nível 3)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - As portas interiores de acesso às dependências não são regulamentares devido à sua largura, pois têm dimensão inferior a 0.77m. (Nível 3) - O design dos puxadores das portas não está direccionado para um design inclusivo, tornando difícil um manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - As dependências têm a disposição do mobiliário de forma organizada e que permite espaços de passagem e de manobra. (Nível 1) - Não existe Instalação Sanitária dirigida a pessoas com Mobilidade Reduzida, mas as existentes têm espaço para adaptação e colocação dos respectivos equipamentos. (Nível 3) - Os balcões de atendimento não têm dimensões regulamentares. Balcão de atendimento: 1.20m. (Nível 3) - Na zona de entrada existe um espaço de espera em que tem uma altura de pé direito 1.75m. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta uma localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 – Baixo

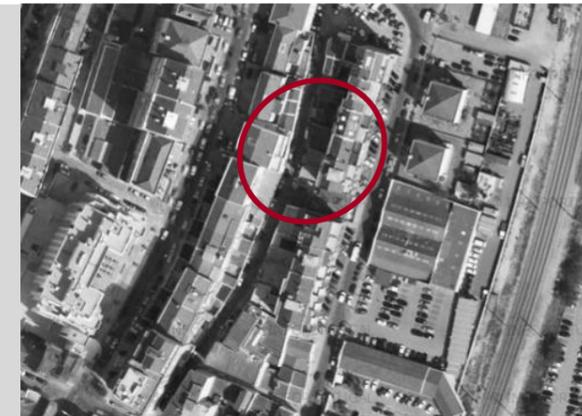
Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 2
▪ Acesso ao Edifício	Nível 2
▪ Distribuição no Edifício	Nível 3
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: DPGQU Norte – Departamento de Planeamento Gestão e Qualificação Urbana do Norte

Localização: Rua do Curral

Descrição, Função ou Uso do Edifício: espaço onde funcionam diversos serviços camarários de serviço ao cidadão.



3.3.9

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



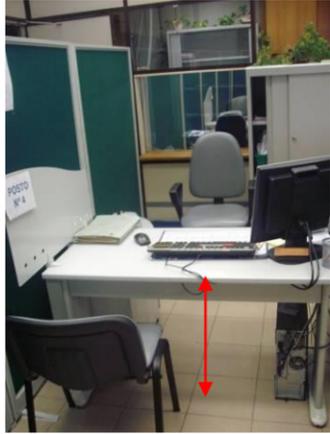
Acesso exterior ao edifício

- Os passeios não possuem um vão útil regulamentar, devido ao seu mau dimensionamento ou à má localização de mobiliário urbano, como floreiras, mecos, bancas comerciais ou estacionamento abusivo. **(Nível 3)**
- Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- Não existem passadeiras. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A porta de entrada no edifício não apresenta um vão útil com largura regulamentar. A sua soleira tem uma altura superior ao máximo regulamentar de 0.02m. **(Nível 3)**
- O puxador apresenta um design não inclusivo que dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico				Diagnóstico do Edifício
				<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - O edifício organiza-se em 2 pisos. A única forma de circulação vertical é através de escadas. (Nível 3) - As escadas têm degraus com medidas regulamentares, bem como corrimão a altura regulamentar. No entanto o mesmo não se verifica no seu vão útil que apresenta largura inferior ao regulamentar. (Nível 3) - A circulação horizontal nem sempre cumpre vão útil com largura regulamentar devido à má localização de mobiliário. (Nível 3)
				<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem várias portas com medidas inferiores ao mínimo regulamentar de 0.77m. (Nível 3) - O acesso às diferentes dependências nem sempre é nivelado. Em alguns casos as portas são precedidas de degraus, sem corrimão. (Nível 3) - O design dos puxadores em forma de maçaneta dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
				<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não existe instalação sanitária para pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) - O atendimento ao público é feito por secretária, a uma altura regulamentar. (Nível 1) - Existem dependências onde a organização do mobiliário impossibilita a boa circulação de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 2)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;">   </div>	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar de algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 – Baixo

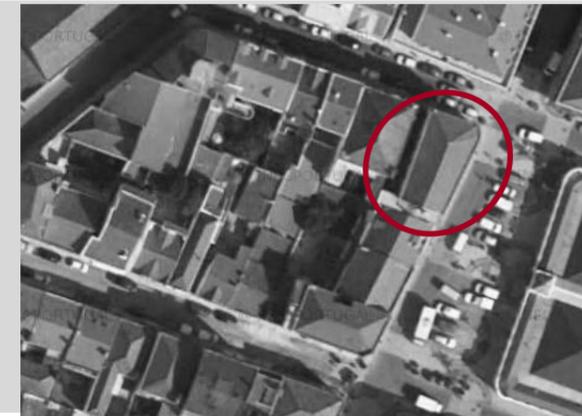
Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 3
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: DPGQU Sul – Departamento de Planeamento Gestão e Qualificação Urbana Sul

Localização: Rua Manuel Afonso de Carvalho

Descrição, Função ou Uso do Edifício: espaço onde funcionam diversos serviços camarários de serviço ao cidadão.



3.3.10

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- Os passeios nem sempre possuem um vão útil regulamentar, devido ao seu subdimensionamento ou à sua errada localização de mobiliário urbano, como floreiras, mecos, bancas comerciais ou estacionamento abusivo. **(Nível 3)**
- Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- Não existem passadeiras claramente definidas. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- As três portas de entrada no edifício apresentam os mesmos problemas: soleira superior ao máximo regulamentar (0.02m), ou degraus em material escorregadio e sem faixa antiderrapante. São de folha dupla, no entanto só possuem vão útil com largura superior ao mínimo regulamentar quando abertas ambas as suas folhas. **(Nível 3)**
- Os puxadores têm uma forma não inclusiva que dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico				Diagnóstico do Edifício			
				<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - O edifício organiza-se em 3 pisos. A única forma de circulação vertical é através de escadas. (Nível 3) - As escadas têm degraus não regulamentares, uma vez que o seu cobertor possui medidas inferiores ao mínimo regulamentar (0.28m). A altura do corrimão encontra-se regulamentar. Verifica-se ainda o uso de faixa antiderrapante. (Nível 3) - A circulação horizontal nem sempre cumpre vão útil com largura regulamentar devido ao seu mau dimensionamento ou a má localização de mobiliário. (Nível 3) 			
						<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem várias portas com medidas inferiores ao mínimo regulamentar de 0.77m. (Nível 3) - O acesso às diferentes dependências nem sempre é nivelado. Em alguns casos as portas são precedidas de degraus, sem corrimão. (Nível 3) - O design dos puxadores em forma de maçaneta dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. Os puxadores em forma de alavanca são mais indicados. (Nível 3) 	
			<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não existe instalação sanitária para pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) - O atendimento ao público é feito por secretária, a uma altura regulamentar. (Nível 1) - Existem dependências onde a organização do mobiliário impossibilita a boa circulação de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) 				

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
<div style="display: flex; justify-content: space-around;">   </div>	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar de algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 3
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Edifício DHSAS – Departamento de Habitando, Saúde e Acção Social de Vila Franca de Xira

Localização: Rua Alves Redol

Descrição, Função ou Uso do Edifício: Este edifício é um departamento da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.



3.3.11

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



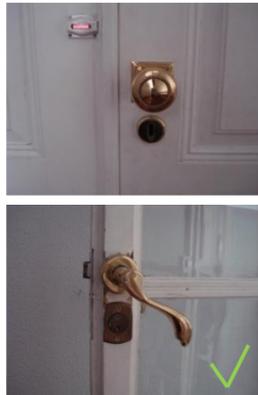
Acesso exterior ao edifício

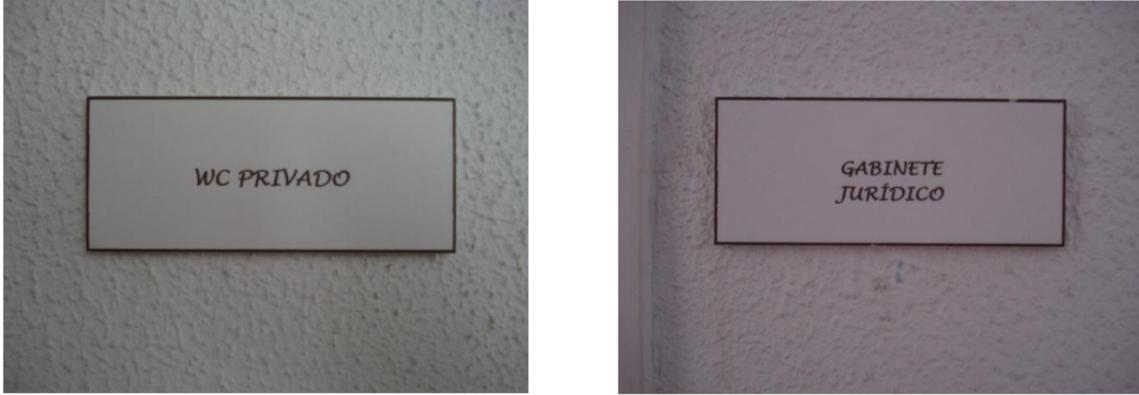
- Os pavimentos e percursos são irregulares e em algumas situações as dimensões e os acessos não são regulamentares dificultando a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- Não existe lugar de estacionamento dirigido a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A porta de entrada para o edifício é de folha dupla, com um vão livre de 1,08m, não regulamentar. **(Nível 3)**
- A porta da entrada tem uma soleira não regulamentar, pois a sua altura é superior ao máximo regulamentar (0,02m). **(Nível 3)**
- Os puxadores das portas nem sempre têm o design mais indicado dificultando a utilização a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico				Diagnóstico do Edifício
				<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem umas escadas de acesso ao piso da DHSAS não regulamentares. (Nível 3) - Os acessos horizontais são estreitos e muitas vezes o percurso é condicionado pelo mobiliário. (Nível 3) - Existem diversos desníveis para a ceder aos diferentes gabinetes e dependências. (Nível 3)
				<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - As dimensões das portas interiores são não regulamentares, com exceção da porta interior de vidro que tem de vão total 0,84m. (Nível 3) - Existem soleiras com aproximadamente 0,09m de altura nas entradas de algumas das dependências. (Nível 3) - Os puxadores das portas nem sempre têm o design mais indicado para uma utilização facilitada e apropriada a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
				<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento é feito por secretárias. (Nível 1) - Não existem Instalação Sanitária dirigidas a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) - Nem sempre os gabinetes são acessíveis por pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 3
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Edifício Dr. Manuel Arriaga

Localização: Rua Edifício Dr. Manuel de Arriaga.

Descrição, Função ou Uso do Edifício: espaço onde funcionam diversos serviços camarários de serviço ao cidadão.



3.3.12

Registo Fotográfico



Diagnóstico do Edifício

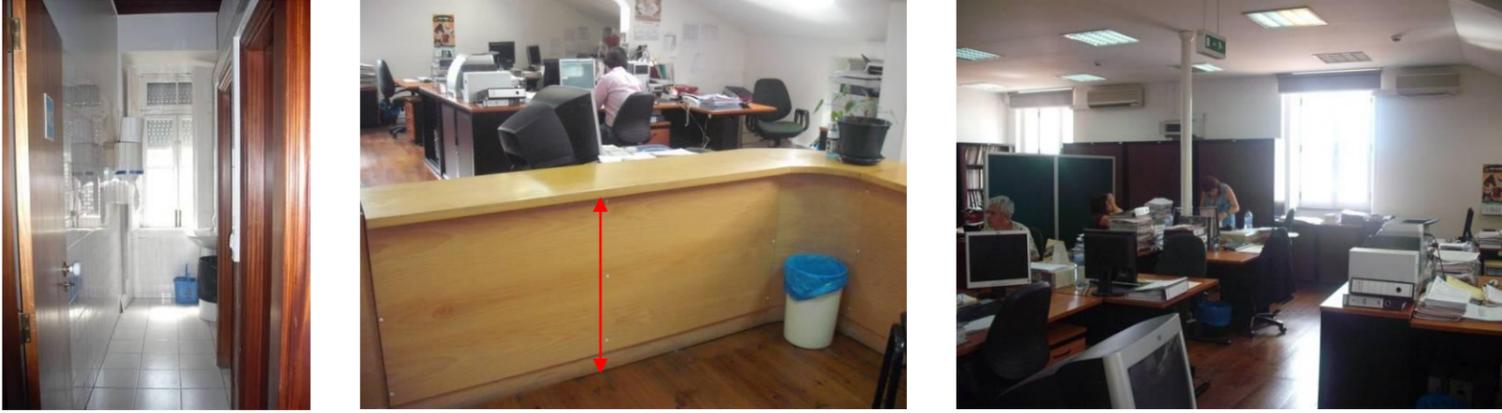
Acesso exterior ao edifício

- Os passeios estão feitos num pavimento muito irregular. **(Nível 3)**
- Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- Não existem passadeiras. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A porta de entrada no edifício é de folha dupla e só apresenta vão útil regulamentar quando abertas ambas as suas folhas. A altura da soleira é superior ao máximo regulamentar de 0.02m. **(Nível 3)**
- O puxador apresenta um design não inclusivo que dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na entrada do edifício existe uma escada com degraus regulamentares e faixa antiderrapante, no entanto o corrimão não se encontra a uma altura regulamentar, uma vez que devia estar a uma altura compreendida entre 0.85 e 0.90m. (Nível 2) - O edifício organiza-se em 3 pisos. A única forma de circulação vertical é através de escada. (Nível 3) - As escadas têm degraus com medidas regulamentares, bem como corrimão a altura regulamentar. Apresentam também faixa antiderrapante. (Nível 2) - A circulação horizontal nem sempre cumpre vão útil com largura regulamentar devido à má localização de mobiliário ou maquinas. (Nível 3)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - As portas de folha simples apresentam sempre vão útil com largura regulamentar, no entanto as de folha dupla apenas o conseguem quando abertas ambas as suas folhas. (Nível 2) - O acesso às diferentes dependências nem sempre é nivelado. Em alguns casos são as portas são precedidas de degraus. (Nível 3) - O design dos puxadores em forma de maçaneta dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não existe instalação sanitária para pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) - O balcão de atendimento da recepção é feito através de secretária, no entanto o balcão de atendimento do piso de sótão (Gestão de recursos humanos) não tem uma zona rebaixada que possibilite o atendimento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 2)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar de algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 3
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 3
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Estação de Comboios de Vila Franca de Xira

Localização: Rua da Estação

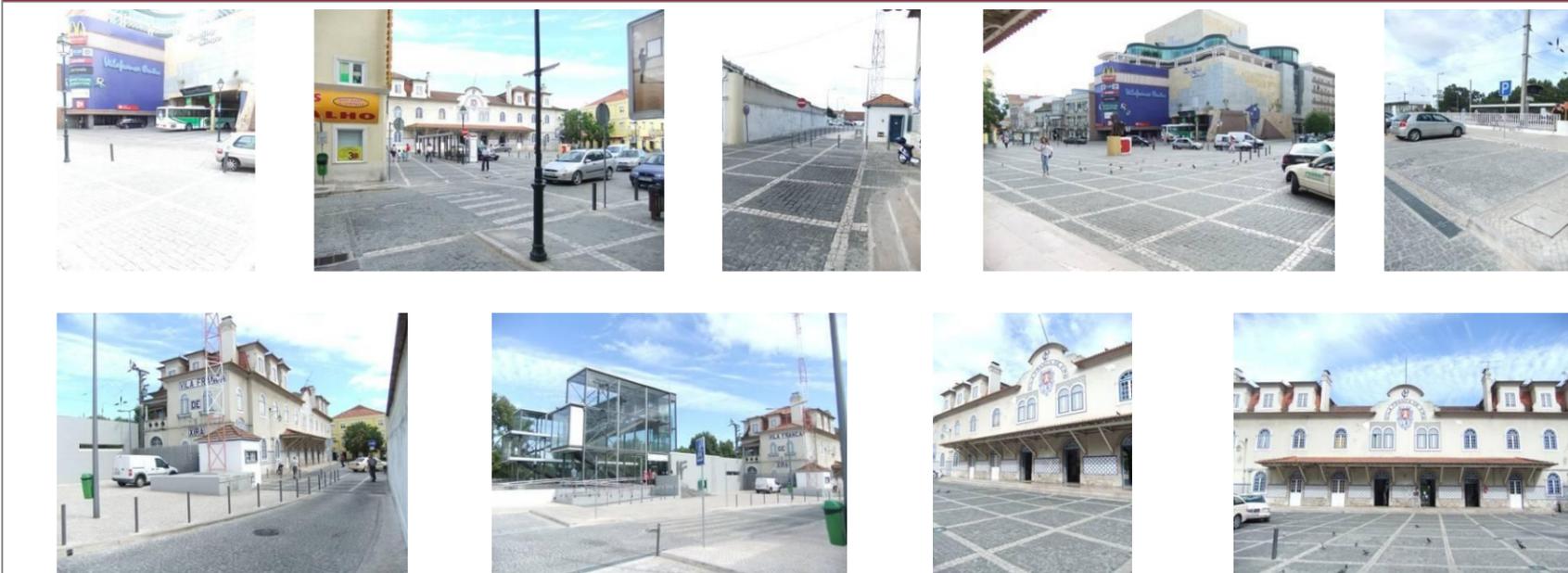
Descrição, Função ou Uso do Edifício: é uma construção destinada a embarque ou desembarque de passageiros de trem e, secundariamente, ao carregamento e descarregamento de carga transportada. Usualmente consiste em pelo menos um edifício para passageiros (e possivelmente para cargas também), além de outras instalações associadas ao funcionamento da ferrovia.



3.3.13

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- O espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo tem os acessos pavimentados com um material irregular. Os passeios são abrangentes. **(Nível 2)**
- Existe passeira e passeios com os respectivos rebaixamentos. **(Nível 1)**
- Existe estacionamento destinado a pessoas com mobilidade reduzida, no entanto falta a respectiva faixa lateral de 1.00m. A demarcação horizontal e a sinalização de pavimento já não se notam. **(Nível 2)**

Acesso ao edifício

- Existem duas entradas: uma entrada que dá acesso ao edifício antigo onde se localizam as bilheteiras e a segunda entrada dá acesso directo às linhas de comboio. Ambas entradas são servidas por rampas e escadas.
- As rampas de acesso da entrada directa às linhas têm dimensões e inclinação regulamentares, no entanto faltam as faixas contrastantes. A rampa de acesso ao edifício antigo não tem corrimão e tem inclinação 20%, não regulamentar. **(Nível 3)**
- O acesso ao interior do edifício é garantido pela rampa de acesso às linhas.
- Existem várias entradas. As portas de entrada têm largura regulamentar. **(Nível 1)**
- O acesso ao interior ora é de nível ora existe uma soleira com 0.02m de altura, regulamentar. **(Nível 1)**



Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - As rampas de acesso às linhas têm dimensões e inclinação regulamentares, no entanto faltam as faixas contrastantes. (Nível 2) - Os corredores, átrios e espaço de distribuição são amplos. (Nível 1) - Existe um elevador e uma caixa de escadas que dão acesso ao outro lado das linhas de comboio. - O elevador tem dimensões regulamentares. Os botões interiores têm alto-relevo e Braille. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não foi possível a análise.
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não foi possível análise.

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não existe sinalética no interior. Os placares exteriores de informação estão a uma altura regulamentar e estão bem localizados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 – Baixo

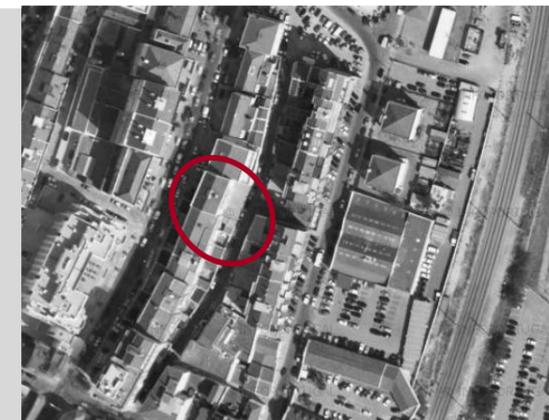
Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 2
▪ Acesso ao Edifício	Nível 2
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	
▪ Dependências	
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Finanças Vila Franca de Xira

Localização: Rua Joaquim P. Monteiro.

Descrição, Função ou Uso do Edifício: edifício destinado a liquidar e arrecadar receitas, Prevenir e combater a fraude e a evasão fiscais, Informar o cidadão e exercer a acção de justiça tributária, Contribuir para o aperfeiçoamento do sistema fiscal.



3.3.14

Registo Fotográfico



Diagnóstico do Edifício

Acesso exterior ao edifício

- Os passeios exteriores são pavimentados num material muito irregular. **(Nível 3)**
- Existe um estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, no entanto não se encontra totalmente sinalizado, faltando para isso sinalização de pavimento. Para que o seu dimensionamento esteja correcto falta faixa lateral de saída com 1m de largura, bem como rebaixamento no passeio. **(Nível 2)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**

Acesso ao edifício

- A entrada no edifício apresenta dois degraus. A porta é de folha dupla e só apresenta vão útil regulamentar quando abertas ambas as folhas. **(Nível 3)**
- Após entrar no piso das finanças existe uma diferença de cotas apenas vencida através de escadas. As escadas possuem degraus com medidas regulamentares, bem como corrimão a uma altura regulamentar, no entanto verifica-se a ausência de faixa antiderrapante e de aproximação visual em cor e textura contrastante. **(Nível 2)**
- O puxador da porta de entrada não possui um design inclusivo que facilite o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**



Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - O espaço de finanças organiza-se num só piso sem desníveis interiores. (Nível 1) - Os espaços de circulação horizontal possuem vão útil regulamentar. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - A porta de entrada no espaço de atendimento é de folha dupla e só possui vão útil superior ao mínimo regulamentar quando abertas ambas as folhas. (Nível 2) - O design dos puxadores em forma de maçaneta dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não existe instalação sanitária para pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) - O balcão de atendimento não possui uma zona rebaixada a uma altura regulamentar (0.75m – 0.85m), que permita o correcto atendimento de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) - O espaço de distribuição nas dependências é amplo e permite uma boa circulação de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar de algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 1
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Hospital Vila Franca de Xira

Localização: Rua Dr. Luís César Rodrigues Pereira.

Descrição, Função ou Uso do Edifício: espaço destinado a consulta de pacientes de rotina, bem como de urgência.



3.3.15

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



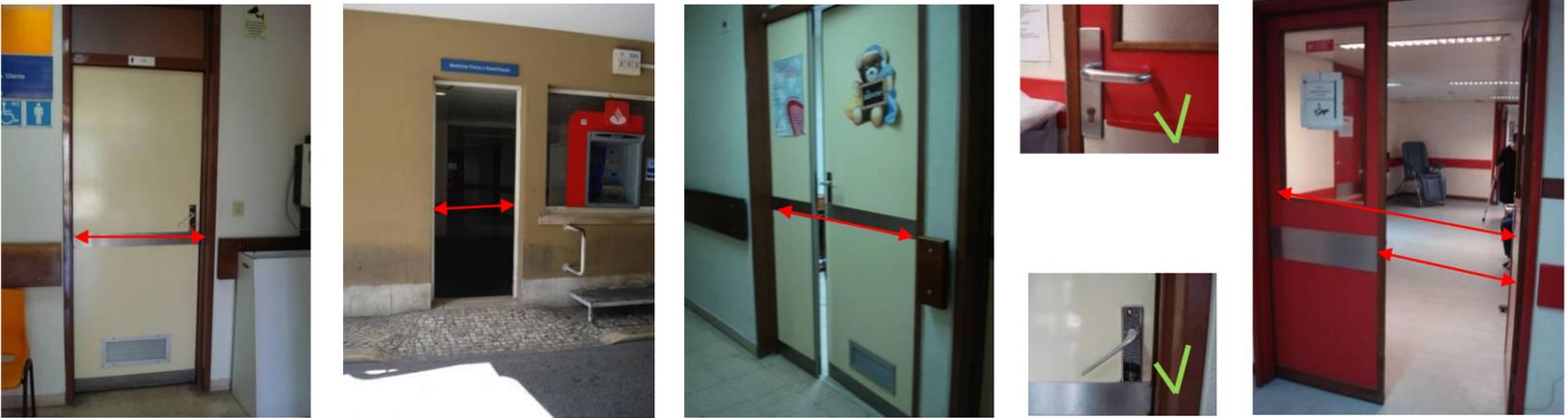
Acesso exterior ao edifício

- Os passeios nem sempre possuem um vão útil regulamentar, devido ao seu subdimensionamento ou à errada localização de mobiliário urbano, como floreiras, mecos, bancas comerciais ou estacionamento abusivo. **(Nível 3)**
- No espaço exterior de acesso ao edifício existem diferenças de cota vencidas com rampas de inclinação não regulamentar. **(Nível 3)**
- Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- Não existem passeadeiras na envolvente próxima ao edifício. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A porta de entrada principal é de folha dupla, no entanto só possui vão útil regulamentar quando abertas ambas as folhas. O mesmo se aplica a porta de antecâmara. **(Nível 2)**
- Os puxadores têm uma forma não inclusiva que dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - O edifício organiza-se em 5 pisos. A circulação vertical faz-se através de elevador e escadas. (Nível 1) - As escadas têm degraus regulamentares patamar intermédio e faixa antiderrapante. Verifica-se no entanto a ausência de corrimão de ambos os lados. (Nível 2) - A circulação horizontal é ampla, cumprindo sempre um vão útil superior ao mínimo regulamentar. (Nível 3)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem portas que só atingem vão útil regulamentar quando aberta a aba lateral. (Nível 2) - Existem dependências com acesso pelo exterior que possuem uma soleira vencida com inclinação superior aos máximos regulamentares. (Nível 3) - O design dos puxadores em forma de alavanca facilita o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - A instalação sanitária para pessoas com mobilidade reduzida não está totalmente equipada, faltando para tal, botoneira de alarme, e a porta abre para dentro quando deveria abrir para fora. (Nível 2) - O atendimento ao público é feito por secretária, a uma altura regulamentar. (Nível 1) - Existem dependências onde a organização do mobiliário impossibilita a boa circulação de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 2)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar de algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira

Localização: Rua Dr. Vasco Moniz

Descrição, Função ou Uso do Edifício: A junta de freguesia é o órgão executivo colegial de cada uma das freguesias de Portugal.



3.3.16

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- Existe uma rampa de acesso ao edifício com uma inclinação superior ao mínimo regulamentar. Não existem faixas de aproximação marcadas no pavimento. **(Nível 3)**
- As escadas são regulamentares, contudo o corrimão de 1m é não regulamentar. **(Nível 2)**
- Os pavimentos e percursos são irregulares e em algumas situações as dimensões e os acessos não são regulamentares. **(Nível 3)**
- Existe um lugar de estacionamento dirigido a pessoas com mobilidade reduzida com sinalização vertical e horizontal, contudo não tem dimensões regulamentares. **(Nível 2)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A porta de entrada para o edifício é de folha dupla, com um vão livre de 1,55m, não regulamentar. **(Nível 3)**
- Não existem soleiras. **(Nível 1)**
- Os puxadores das portas não têm o design mais indicado dificultando a utilização a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - A junta de freguesia estrutura em 2 pisos, sendo o segundo piso utilizado como arquivo. O acesso é feito por umas escadas metálicas vazadas, não regulamentares. (Nível 3) - Os acessos horizontais são amplos, sem mobiliário a travar o percurso, logo são regulamentares. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dimensões das portas interiores variam de 0,92m a 0,74m, Existem portas de folha simples e duplas. As dimensões inferiores a 0,77m são não regulamentares. (Nível 2) - Não existem soleiras nem desníveis. (Nível 1) - Os puxadores das portas têm o design mais indicado para uma utilização facilitada e apropriada a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento é feito por secretárias, altura 0,81m. (Nível 1) - O auditório tem lugares exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1) - A Instalação Sanitária está devidamente sinalizada e equipada á excepção do espelho rebatível e botoneira de alarme. (Nível 2) - Todos os gabinetes de acesso público são acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

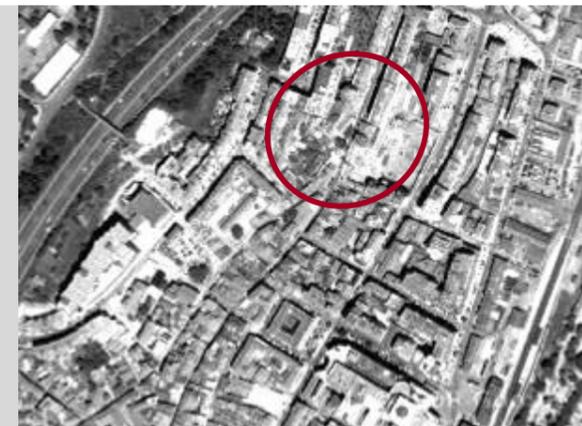
Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 2
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	Nível 2
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Núcleo Museológico de Arte Sacra da Igreja do Mártir Santo São Sebastião - Vila Franca de Xira

Localização: Rua Dr. Miguel Bombarda

Descrição, Função ou Uso do Edifício: Este espaço alberga uma exposição permanente, intitulada "Vila Franca de Xira - Formas de Devoção", organizada em cinco núcleos: Registos de Devoção; Capela do Mártir São Sebastião; Santo António, o Taumaturgo Franciscano; Arqueologia e Multimédia; Colecção Antoniana do Dr. Vidal Baptista.



3.3.17

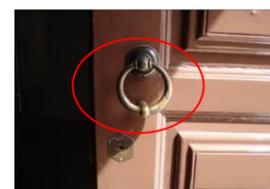
Registo Fotográfico



Diagnóstico do Edifício

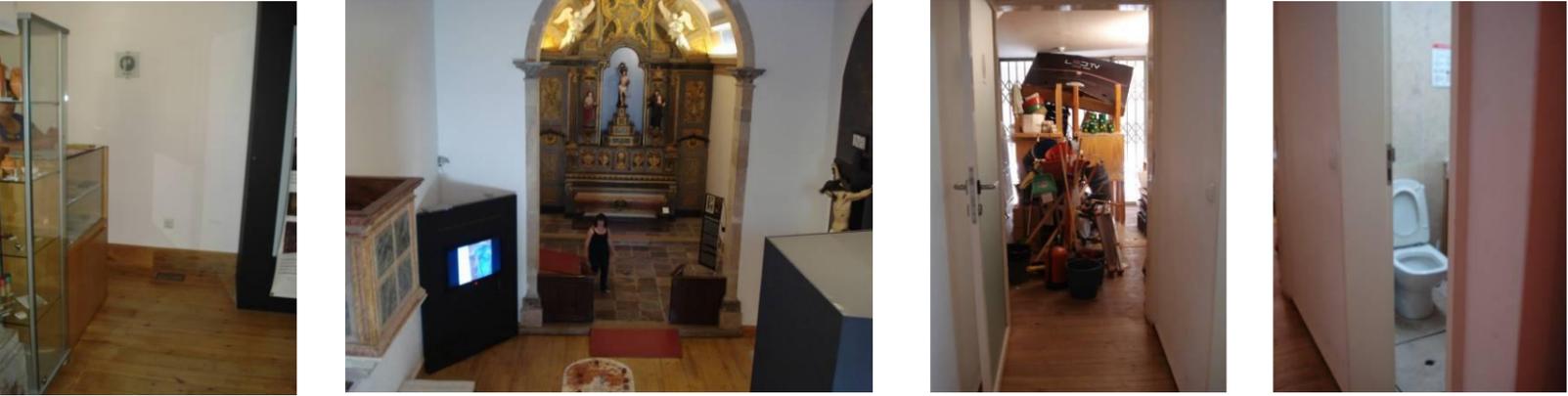
Acesso exterior ao edifício

- O pavimento é irregular (cubos de basalto, material escorregadio). As dimensões dos passeios são muitas vezes não regulamentares, obrigando as pessoas a percorrerem a faixa automóvel. **(Nível 3)**
- A passeadeira tem rebaixo, contudo o rebaixo não está no mesmo enfiamento da passeadeira. **(Nível 2)**
- Nas proximidades não existe lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- Existe um desnível entre o passeio público e o adro da igreja, o qual poderá ser um obstáculo para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- O acesso ao edifício é condicionada devido a uma soleira não regulamentar. **(Nível 3)**
- A porta de entrada do edifício é de folha dupla, com um vão regulamentar. **(Nível 1)**
- O puxador da porta não têm o design mais indicado, dificultando a utilização a pessoas com mobilidade reduzida, contudo esta porta só é aberta e fechada uma vez por dia, pelo funcionário do museu. **(Nível 2)**
- Existe um ante câmara com duas portas em vidro de vão regulamentar. **(Nível 1)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este edifício é inacessível a pessoas com mobilidade reduzida. Não existe elevador para vencer as diferentes cotas e as escadas existentes não tem dimensões para aplicar uma plataforma elevatória. Existem diversas soleiras não regulamentares ao longo do percurso das exposições, embora tenham sido colocadas rampas para vencer os diferentes desníveis, estas rampas são não regulamentares. (Nível 3) - Existe mobiliário a condicionar os percursos. (Nível 3)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dimensões das portas interiores variam quanto à sua dimensão, sendo todas as portas de vão inferior a 0,77m não regulamentares. (Nível 3) - Existem soleiras e desníveis nas dependências do edifício. (Nível 3) - Os puxadores das portas nem sempre têm o design mais indicado para uma utilização facilitada e apropriada a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento é feito por um balcão não rebaixado nem vazado, contudo o atendimento pode ser feito lateralmente. (Nível 2) - As salas de exposições do 1º piso não são acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3) - Em algumas dependências o mobiliário condiciona as zonas de passagem. (Nível 3) - Não existem Instalações Sanitárias dirigidas a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <p>- Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3)</p> <p>- Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)</p>

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 2
▪ Distribuição no Edifício	Nível 3
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 3
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira

Localização: Rua Alves Redol

Descrição, Função ou Uso do Edifício: Museu do Neo-Realismo é um espaço que alberga diferentes exposições e ao mesmo tempo possui um centro de documentação especializado em acervos bibliográficos, arquivísticos e iconográficos do movimento nacional neo-realista. Alberga um importante espólio literário, com destaque para esta corrente, além de uma área dedicada às artes plásticas.



3.3.18

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- O pavimento é irregular (cubos de basalto, material escorregadio). As dimensões dos passeios são regulamentares, contudo deparamo-nos com alguns pilaretes a condicionarem percursos, surgindo como obstáculos a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- Nas proximidades não existe um lugar de estacionamento dirigido a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- O acesso ao edifício é nivelado. **(Nível 1)**
- A porta de entrada para o edifício é de folha dupla, com um vão regulamentar. **(Nível 1)**
- O puxador da porta não têm o design mais indicado, dificultando a utilização a pessoas com mobilidade reduzida, contudo esta porta só é aberta e fechada uma vez por dia, pelo funcionário do museu. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - O museu estrutura-se em diferentes pisos. A distribuição vertical é feita através de um elevador e escadas regulamentares, à exceção da ausência das faixas anti-derrapantes nas escadas. (Nível 1) - Os acessos horizontais são amplos, sem mobiliário a travar o percurso, logo são regulamentares. (Nível 1) - Todos os pisos são de fácil acesso a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dimensões das portas interiores são regulamentares, o sistema varia de folha simples e folha dupla. (Nível 1) - Não existem soleiras nem desníveis nas dependências do edifício. (Nível 1) - Os puxadores das portas têm o design mais indicado para uma utilização facilitada e apropriada a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento é feito por um balcão não rebaixado nem vazado, contudo o atendimento a pessoas com mobilidade reduzida poderá ser feito, sempre que necessário lateralmente. (Nível 2) - O auditório não tem lugares sinalizados e exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida, contudo existe espaço para uma futura adaptação ou sinalização. (Nível 2) - As Instalações Sanitárias dirigidas a pessoas com mobilidade reduzida, estão devidamente sinalizadas e equipada á exceção da ausência da botoneira de alarme. (Nível 2) - Todos os gabinetes de acesso público são acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <p>- Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3)</p> <p>- Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)</p>

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

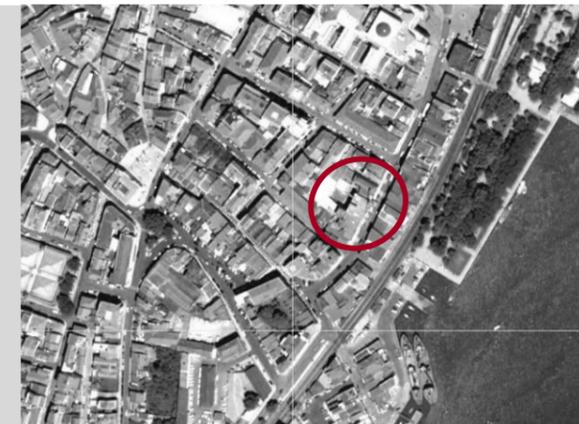
Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 2
▪ Distribuição no Edifício	Nível 1
▪ Acesso a Dependências	Nível 1
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Localização: Rua Serpa Pinto

Descrição, Função ou Uso do Edifício: é uma instituição de carácter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de recolher, conservar, pesquisar e valorizar de diversas maneiras um conjunto de elementos de valor cultural e ambiental.



3.3.19

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- O espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo tem os acessos pavimentados com um material irregular mas os passeios são abrangentes. **(Nível 2)**
- Existe uma passeadeira que fica distante do museu. Os passeios não têm rebaixamento. **(Nível 3)**
- Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- Existem dois acessos ao museu: um dos acessos encontra-se normalmente fechado pois é somente destinado a pessoas com mobilidade reduzida devido a ter uma rampa no interior. A outra entrada costuma ter sempre as portas abertas e estas dão a acesso a uma antecâmara. **(Nível 2)**
- Ambas as entradas são compostas por duas folhas de abrir com 1.32m de vão total, em que uma das entradas mantém as portas abertas. **(Nível 2)**
- O acesso menos utilizado tem uma pequena rampa interior com largura inferior à regulamentar. **(Nível 3)**
- O acesso mais utilizado dá para uma antecâmara, com portas em vidro com largura regulamentar, mas muito pesadas. **(Nível 2)**
- Ambas as entradas têm soleira com 0.025, não regulamentar. **(Nível 3)**
- Os puxadores não são de alavanca e por isso não regulamentares pois dificulta o seu manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este edifício estrutura-se em dois pisos mais sótão (arrumos). O acesso ao piso superior é feito por escadas e elevador. Existe uma diferença de cota no piso 0 de 0.30m. Este desnível é feito por um patamar e por rampa. (Nível 2) - A cabine do elevador tem dimensões regulamentares. Os botões interiores têm alto-relevo e Braille. O corrimão também está a altura regulamentar. (Nível 1) - As escadas são vazadas e por isso não são regulamentares. No entanto tem dimensões regulamentares e o corrimão está a altura regulamentar. Falta ainda as faixas contrastantes e existe um intervalo no patamar intermédio que pode enganar que as utiliza. (Nível 2) - O acesso ao piso do sótão é feito somente por umas escadas internas com dimensões não regulamentares. (Nível 3) - Os corredores, átrios e espaço de distribuição são amplos. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem portas interiores que possuem 0.67m de largura, não regulamentar (acesso a gabinetes internos). (Nível 3) - Existe um espaço exterior que não é acessível. Para além de ter um desnível de 0.30m as portas de acesso são muito pesadas. (Nível 3) - O design dos puxadores das portas está direccionado para um design inclusivo, tornando acessível o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - As dependências têm a disposição do mobiliário de forma organizada e que permite espaços de passagem e de manobra. (Nível 1) - Existe Instalação Sanitária dirigida a pessoas com Mobilidade Reduzida, contudo apresenta-se incompleta devido à falta de alavanca de torneira e ralo de pavimento. (Nível 2) - O balcão de atendimento tem 1.07m de altura, não regulamentar. No entanto permite o atendimento lateral. (Nível 2)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta uma localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Pátio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Localização: Avenida Pedro Victor – vão mudar de instalações

Descrição, Função ou Uso do Edifício: Estabelecimento de ensino onde são ministrados o 2º e 3º ciclo de escolaridade do ensino básico, correspondente ao 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano de escolaridade.



3.3.20

Registo Fotográfico



Diagnóstico do Edifício

Acesso exterior ao edifício

- O espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo tem os acessos pavimentados com um material irregular e os passeios são abrangentes. **(Nível 2)**
- Não existe passeadeira nem rebaixamentos nos passeios e nalguns casos não existe continuidade dos passeios. **(Nível 3)**
- O acesso ao interior do Pátio é somente feito por via automóvel, não existe passeio de acesso ao interior. **(Nível 3)**
- Existe um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, mas este está mal dimensionado, não possui faixa lateral de acesso e a sinalização do pavimento não é a correcta. **(Nível 2)**

Acesso ao edifício

- O Pátio é composto por vários edifícios onde funcionam vários estabelecimentos. Os blocos são compostos ora por dois pisos, ora por um piso.
- O espaço exterior privado é desnivelado, não existe passeios e o pavimento é muito irregular e degradado. **(Nível 3)**
- Existem várias portas de entradas, e estas geralmente têm dimensões inferiores às estipuladas em regulamento e por isso não são regulamentares. **(Nível 3)**
- Existem diferenças de cotas entre o exterior e o interior dos diferentes edifícios. Os acessos a estas entradas são feitos por degraus isolados ou soleiras com alturas superiores às estipuladas em regulamento e por isso não regulamentares. Por vezes temos acessos feitos em rampa. **(Nível 3)**
- O bloco do refeitório é o único que tem uma plataforma vertical exterior permitindo o acesso ao piso 1. **(Nível 2)**
- O design dos puxadores das portas nem sempre tem um design inclusivo, tornando difícil um manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**



Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Pátio é composto por vários edifícios onde funcionam vários estabelecimentos. Os blocos são compostos por dois pisos e por um piso. - No caso dos edifícios compostos por dois pisos estes são servidos somente por escadas, excepto o bloco do refeitório que tem uma plataforma vertical exterior para dar acesso ao piso 1. (Nível 2) - As escadas não são regulamentares devido às dimensões e devido às alturas dos corrimãos. (Nível 3) - Alguns blocos compostos por um piso, têm acessos desnivelados, ora vencidos por degraus isolados, ora por espaços em rampa. (Nível 3) - Existem corredores que têm larguras inferiores às estipuladas em regulamento. (Nível 3)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem portas interiores com largura inferior a 0.77m e por isso não são regulamentares. (Nível 3) - O design dos puxadores das portas nem sempre tem um design inclusivo, tornando difícil um manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - As dependências têm a disposição do mobiliário de forma organizada o que permite espaços de passagem e de manobra. (Nível 1) - Não existe Instalações Sanitárias dirigidas a pessoas com Mobilidade Reduzida, e as existentes não têm espaço para adaptação e colocação dos respectivos equipamentos. (Nível 3) - Existem alguns balcões de atendimento que têm 1,10 de altura e não têm rebaixamento, não regulamentar. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta uma localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 – Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 3
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 3
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Comando PSP Vila Franca de Xira

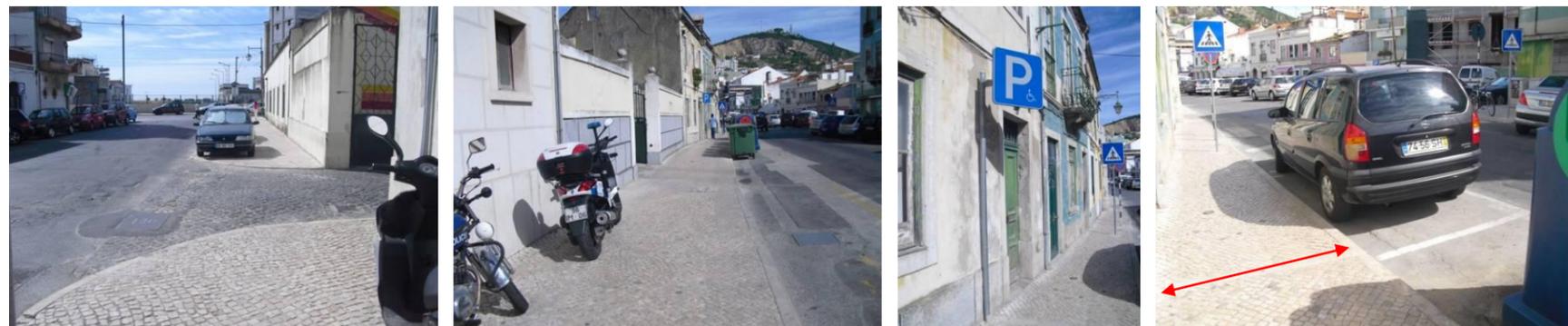
Localização: Avenida Pedro Victor

Descrição, Função ou Uso do Edifício: Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.



3.3.21

Registo Fotográfico



Diagnóstico do Edifício

Acesso exterior ao edifício

- O espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo tem os acessos pavimentados com um material irregular e os passeios são abrangentes. **(Nível 2)**
- Não existe passeira nem rebaixamentos nos passeios e nalguns casos não existe continuidade dos passeios. **(Nível 3)**
- Existe um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, mas este está mal dimensionado, não possui faixa lateral de acesso e a sinalização do pavimento não é a correcta. **(Nível 2)**



Acesso ao edifício

- O acesso a este estabelecimento é feito a partir do passeio da via pública.
- A porta de entrada é composta por duas folhas em que cada uma tem 0.65m de largura não regulamentar. **(Nível 3)**
- Existe uma soleira com altura compreendida entre 0.05 e 0.06m, não regulamentar. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este posto da PSP desenvolve-se num só piso e existe muitos desníveis no interior. (Nível 3) - Os corredores, átrios e espaço de distribuição não têm dimensões regulamentares de passagem e de manobra. (Nível 3)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - As portas interiores de acesso às dependências não são regulamentares devido à sua largura, pois têm dimensão inferior à estipulada em regulamento. (Nível 3) - Existem desníveis e soleiras com altura superior à regulamentar (0.02m) em vários acessos a dependências. (Nível 3) - Nem sempre o design dos puxadores das portas está direccionado para um design inclusivo, o que dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - As dependências têm a disposição do mobiliário de forma não organizada o que não permite espaços de passagem e de manobra amplos. (Nível 3) - Não existe Instalação Sanitária dirigida a pessoas com Mobilidade Reduzida, contudo as instalações sanitárias do comandante têm espaço para adaptação e colocação dos respectivos equipamentos. As instalações sanitárias gerais não têm espaço. (Nível 3) - Existem balcões de atendimento que não têm dimensões regulamentares. Balcão da recepção com 1.04m, não regulamentar. O atendimento da secretaria é por secretária e tem altura regulamentar. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta uma localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 3
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 3
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Quinta da Mina

Localização: Rua Quinta da Mina - Vila Franca de Xira

Descrição, Função ou Uso do Edifício: É um espaço que alberga algumas das dependências da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.



3.3.22

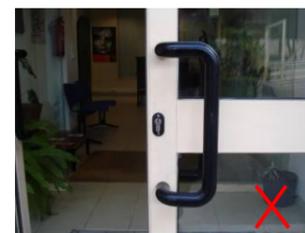
Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- As escadas de ligação da cota alta à cota baixa são não regulamentares, pela ausência de corrimão e faixas antiderrapantes. **(Nível 3)**
- Os pavimentos e percursos são irregulares e em algumas situações as dimensões e os acessos não são regulamentares. **(Nível 3)**
- Existe um lugar de estacionamento dirigido a pessoas com mobilidade reduzida com sinalização vertical e horizontal, contudo não tem dimensões regulamentares nem rebaixo no passeio. **(Nível 2)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A porta de entrada para o edifício é de folha dupla, com um vão livre de 1,32m, não regulamentar. **(Nível 3)**
- A soleira de 0,03m é não regulamentar. **(Nível 3)**
- O puxador da porta não tem o design mais indicado dificultando a utilização a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**
- Existe uma antecâmara de porta automática regulamentar, vão útil de 1,17m. **(Nível 1)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este edifício estrutura-se num único piso, sem desníveis nem rebaixos no pavimento. (Nível 1) - Os acessos horizontais são amplos, com 1,25m de largura e sem mobiliário a travar o percurso, logo são regulamentares. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - O sistema de todas as portas interiores é de abrir, com dimensão de 0,75m não regulamentar, com exceção da porta da instalação sanitária dirigida a pessoas com mobilidade reduzida, 0,89m. (Nível 2) - Não existem soleiras nem desníveis no interior do edifício. (Nível 1) - Os puxadores das portas não têm o design mais indicado para uma utilização facilitada e apropriada de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento é regulamentar. (Nível 1) - A Instalação Sanitária dirigida a pessoas com mobilidade reduzida é não regulamentar, pois apesar de ter as dimensões adequadas só tem barras na sanita. Existindo ausência do restante equipamento e acessórios descritos no regulamento. (Nível 2) - Não existe mobiliário a condicionar percursos nas dependências. (Nível 1)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 1
▪ Acesso a Dependências	Nível 2
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Segurança Social de Vila Franca de Xira

Localização: Alameda Capitães de Abril

Descrição, Função ou Uso do Edifício: é um organismo criado pelo estado para prover condições de provisionamento e condições de vida a todos os cidadãos portugueses.



3.3.23

Registo Fotográfico

Diagnóstico do Edifício



Acesso exterior ao edifício

- O espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo tem os acessos pavimentados com um material irregular. Os passeios são abrangentes. **(Nível 2)**
- Não existem rebaixamentos nos passeios, nem na zona da passadeira. **(Nível 3)**
- Não existe estacionamento dirigido a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- A porta de entrada tem largura regulamentar (0,87m). Esta porta dá acesso a uma antecâmara. **(Nível 1)**
- Existe uma soleira com altura compreendida entre 0,03 e 0,05m, não regulamentar. **(Nível 3)**
- O puxador da porta de entrada não é o mais aconselhado, pois dificulta o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este edifício distribui-se num só piso. Existem desníveis no pavimento que são vencidos por rampas e degraus. (Nível 3) - Alguns degraus não têm dimensões regulamentares porque o espelho é demasiado alto. (Nível 3) - A rampa tem 8% de inclinação aproximadamente e é regulamentar. O corrimão é unilateral e está a 0.84m de altura. (Nível 2) - Os corredores, átrios e espaço de distribuição, embora tenham medidas regulamentares, por vezes têm mobiliário a dificultar a passagem. (Nível 2)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem portas interiores que têm largura inferior à largura mínima regulamentar. (Nível 3) - O design dos puxadores das portas não está direccionado para um design inclusivo, dificultando o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existe Instalação Sanitária dirigida a pessoas com Mobilidade Reduzida, que é geral, no entanto não é regulamentar. Ela apresenta-se incompleta devido à falta da betoneira de alarme, do espelho não regulável (1,18m de altura), do lavatório não regulável. A porta é de abrir para o interior e tem largura regulamentar. O puxador não é o mais apropriado para o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 2) - Existem balcões de atendimento, como é o caso do atendimento para tesouraria, que têm 1,10m de altura, não regulamentar. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta uma localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 – Baixo

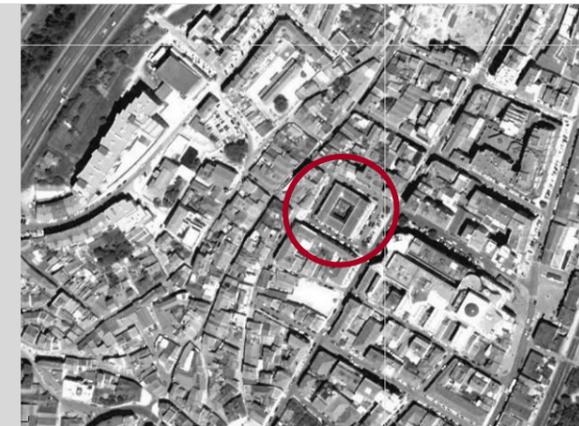
Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 3
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Tribunal 1º Juízo Cível de Vila Franca de Xira – edifício em obras

Localização: Praceta da Justiça

Descrição, Função ou Uso do Edifício: espaço destinado à audiência e julgamento de processos de ordem jurídica.



3.3.24

Registo Fotográfico



Diagnóstico do Edifício

Acesso exterior ao edifício

- O espaço exterior público envolvente ao edifício em estudo tem os acessos pavimentados com um material irregular. Os passeios são abrangentes. **(Nível 2)**
- Existe passeadeira e os passeios adjacentes têm os respectivos rebaixamentos. **(Nível 1)**
- Existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, mas este não possui sinalização no pavimento e não tem a respectiva faixa lateral e por isso não é regulamentar. **(Nível 2)**

Acesso ao edifício

- A cota interior do edifício é mais elevada que a do exterior e o acesso é feito somente por escadas. **(Nível 3)**
- Existem duas entradas, a entrada principal e a entrada de reclusos. Esta última é mais utilizada por pessoas com mobilidade reduzida uma vez que tem menos degraus. **(Nível 3)**
- O acesso à entrada principal é de nível. A porta de entrada é composta por duas folhas de abrir, mas só uma está aberta e tem 0.90m de largura, regulamentar. **(Nível 1)**
- O acesso à entrada secundária é feito a partir de escadas. A porta de entrada é dupla mas a folha simples só tem 0.49m de largura, não regulamentar. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este edifício estrutura-se em dois pisos, sendo o piso 1 alcançável através de escadas. Não existe elevador. (Nível 3) - Os corredores, átrios e espaço de distribuição têm dimensões regulamentares. (Nível 1) - Existem duas escadas, uma de acesso privado e a outra de acesso público. A escada de acesso público situa-se no átrio de entrada e tem dimensões regulamentares e o corrimão está a altura não regulamentar e é unilateral. Os degraus não apresentam faixa anti-derrapante. (Nível 2) - As escadas de acesso privado, têm dimensões não regulamentares e o corrimão não está a altura regulamentar. (Nível 3) - Existem desníveis no piso 0 os quais são resolvidos com degraus isolados. (Nível 3)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - As portas interiores de acesso a dependências não são regulamentares devido à sua largura que é inferior ao estipulado em regulamento (0.77m). (Nível 3) - Existe soleira em muitos acessos às dependências. Esta tem 0.06m de altura, não regulamentar. (Nível 3) - O design dos puxadores das portas está direccionado para um design inclusivo, permitindo o manuseamento por parte de pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Por vezes a disposição do mobiliário não permite espaços de passagem e de manobra. (Nível 3) - Não existe Instalação Sanitária dirigida a pessoas com Mobilidade Reduzida, e as existentes não têm espaço para adaptação e colocação dos respectivos equipamentos. (Nível 3) - Os balcões de atendimento não têm altura regulamentar e não têm rebaixo. Balcão de atendimento: 1,12m. (Nível 3)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta uma localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 2
▪ Acesso ao Edifício	Nível 3
▪ Distribuição no Edifício	Nível 3
▪ Acesso a Dependências	Nível 3
▪ Dependências	Nível 3
▪ Sinalética	Nível 3

Identificação

Designação: Tribunal de Família, Menores e Comarca de Vila Franca de Xira

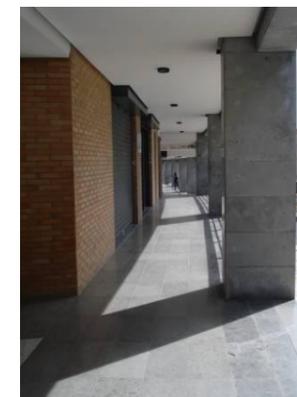
Localização: Edifício Varanda das Lezíria – Rua Dr. Vasco Moniz

Descrição, Função ou Uso do Edifício: A maior parte dos tribunais são organismos públicos, pertencentes ao sistema judicial de uma nação ou de um território com autonomia judicial.



3.3.25

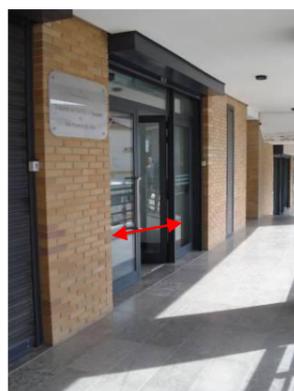
Registo Fotográfico



Diagnóstico do Edifício

Acesso exterior ao edifício

- O pavimento é irregular (cubos de basalto, material escorregadio). As dimensões dos passeios são regulamentares, contudo deparamo-nos com algum mobiliário urbano a condicionar percursos, surgindo como obstáculos a pessoas com mobilidade reduzida. **(Nível 2)**
- As passeadeiras nas proximidades não são rebaixadas, não regulamentares. **(Nível 3)**
- Nas proximidades existe um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, contudo este não apresenta dimensões regulamentares nem sinalização horizontal. Existe espaço para uma adaptação. **(Nível 2)**
- O mobiliário urbano bem como a sua localização no espaço não está direccionado para um design inclusivo. **(Nível 3)**



Acesso ao edifício

- O acesso ao edifício é nivelado. **(Nível 1)**
- A porta de entrada para o edifício é de folha dupla, com um vão regulamentar. **(Nível 1)**
- Não existem soleiras. **(Nível 1)**
- O puxador da porta não têm o design mais indicado, dificultando a utilização a pessoas com mobilidade reduzida, contudo esta porta só é aberta e fechada uma vez por dia, pelo funcionário do museu. **(Nível 3)**

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Distribuição no edifício</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este tribunal estrutura-se em dois pisos e existe um meio piso k é vencido por uma plataforma elevatória, regulamentar. O piso que não tem acesso a pessoas com mobilidade reduzida é de uso exclusivo a funcionários, sendo uma zona de arquivo. (Nível 2) - Os acessos horizontais são amplos, sem mobiliário a travar o percurso, logo são regulamentares. (Nível 1)
	<p>Acesso a dependências e instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dimensões das portas interiores variam quanto à sua dimensão (0,73m a 0,90m) e sistema (portas de folha simples, duplas e com aba). (Nível 2) - Não existem soleiras nem desníveis nas dependências do edifício. (Nível 1) - Os puxadores das portas nem sempre têm o design mais indicado para uma utilização facilitada e apropriada a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 3)
	<p>Dependências</p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento é feito por um balcão não rebaixado nem vazado, 1,17m de altura, não regulamentar. (Nível 3) - As salas de audiências e os gabinetes são acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. Não existe mobiliário a condicionar o espaço. (Nível 1) - As Instalações Sanitárias dirigidas a pessoas com mobilidade reduzida, são não regulamentares, pela ausência de alguns equipamentos, botoneira de alarme, lavatório rebatível, entre outros. (Nível 2) - Todos os gabinetes de acesso público são acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. (Nível 1)

Registo Fotográfico	Diagnóstico do Edifício
	<p>Sinalética</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar algumas dependências terem presença de sinalética, esta mostra-se ineficaz, uma vez que apresenta um design, localização e dimensionamento não recomendados. (Nível 3) - Detectou-se uma completa ausência de sinalética dirigida para os invisuais (Braille) e para os surdos (sinais luminosos). (Nível 3)

Níveis de Acessibilidade:

Nível 1 – Alto

Nível 2 – Médio

Nível 3 - Baixo

Parâmetros de Avaliação	Classificação de Acessibilidade
▪ Acesso exterior ao Edifício	Nível 3
▪ Acesso ao Edifício	Nível 2
▪ Distribuição no Edifício	Nível 2
▪ Acesso a Dependências	Nível 2
▪ Dependências	Nível 2
▪ Sinalética	Nível 3